

TABULEIRO DE LETRAS

v.12, n.1
[jul-dez 2018]

Catálogo na fonte – Biblioteca Prof. Edivaldo Machado Boaventura / UNEB

Tabuleiro de Letras / Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens – PPGEL-UNEB. v. 12 n. 2 (jul-dez 2018) – Salvador: UNEB; 2018.

Semestral ISSN
2176-5782

1. Letras; Literatura; Linguística – Periódicos I. Universidade do Estado da Bahia. – Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens.

CDD-800
CDU-821.134.3

Os textos publicados na revista *Tabuleiro de Letras* são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da Comissão Editorial e do Conselho Científico.

TABULEIRO DE LETRAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS – PPGEL

REITOR

José Bites de Carvalho

VICE-REITOR

Marcelo Ávila

PRÓ-REITORA DE PESQUISA

Tânia Hetkowski

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

Márcia Rios da Silva (Coord.)

Norma da Silva Lopes (Vice-Coord.)

EDITOR

Ricardo Oliveira de Freitas

EDITOR CIENTÍFICO

Elizabeth Lima

Thiago Prado

COMISSÃO EDITORIAL

Adelaide Augusta de Oliveira

Celina Márcia Abbade

Gilberto Sobral

Sayonara Amaral de Oliveira

REVISÃO DE TEXTOS

Reinaldo Miranda

PARECERISTAS Ad Hoc

Adeílato Manoel Pinho – UEFS

Célia Regina da Silva – UFSB

Gilberto Sobral – UNEB

Rodrigo Oliveira Fonseca – UFSB

Rita de Cássia R. de Queiroz – UEFS

CONSELHO CONSULTIVO

Alana de Oliveira F. El Fahl – UEFS

Alba Valéria Silva – UFBA

Cilza Carla Bignotto – UFOP

Denise Zoghbi – UFBA

Diógenes Cândido de Lima – UESB

Elmo Santos – UFBA

Enivalda Nunes Freitas Souza – UFU

Helson Flávio da S. Sobrinho – UFAL

Janaína Weissheimer – UFRN

Josane Moreira de Oliveira – UEFS

José Henrique Santos – UNEB

Kênia Maria de Almeida – UFU

Lúgia Negri – UFPR

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra – UFMG

Maria Jose Bocorny Finatto – UFRGS

Mairim Linck Piva – FRUG

Nancy Rita Ferreira Vieira – UFBA

Nelly Medeiros de Carvalho – UFPE

Regina Kohlrusch – PUCRS

Rejane Vecchia – USP

Renata Maria de Souza Nascimento – UNEB

Ricardo Postal – UFPE

Tanya Saunders – University of California, EUA

EDITORAÇÃO

Ricardo Oliveira de Freitas

HOMEPAGE E E-MAILS

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/index>

tabuleirodeletras@gmail.com

É sempre um grande prazer apresentar um novo número da Revista Tabuleiro de Letras.

Como sempre, é importante lembrar que esse número, assim como os outros, não seria possível sem a imprescindível ajuda dos muitos pareceristas e dos colegas professores do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens – PPGEL, da Universidade do Estado da Bahia.

Também vale lembrar que esse número é um número produzido graças às ações colaborativas, do esforço coletivo desse editor e dos autores, já que o contingenciamento instaurado pelo Estado impactou, diretamente, o Programa e expressiva parcela da verba destinada à publicação. Mas, como temos ouvido nos últimos tempos, “ninguém larga a mão de ninguém”.

Esse número conta, em seu primeiro artigo, intitulado *Abrir a significação à alteridade: Multidões de Exu na Academia*, de autoria de Alexandre de Oliveira Fernandes, com as discussões acerca de um trajeto teórico/metodológico, que reflita sobre a divindade nagô Exu a luz do conceito de Desconstrução, proposto por Jacques Derrida. O autor afirma que a Desconstrução trouxe à cena da escrita, suplementos de Exu, dobras de Exu, que fez de Exu uma explosão em multidões de alteridades.

O segundo artigo, *Sentenças existenciais à luz da semântica de frames*, de autoria de Lucas Alves Costa, analisa o sentido existencial em sentenças existenciais no uso dos verbos Haver, Ter e Existir recorrentes no português brasileiro. Para tanto, o autor utiliza dados da língua portuguesa contemporânea presentes em textos veiculados pela mídia brasileira.

No terceiro artigo *O silêncio como estratégia para o diálogo em "Silence" da obra Vastafala*, de Antonio Barreto, as autoras Guaraciaba Micheletti e Janusa Guimarães Gomez analisam o poema “Silence”, presente no livro *Vastafala*, de Antonio Barreto, a fim de revelar os recursos utilizados pelo sujeito poético para promover o diálogo, evocando a necessidade intrínseca do ser humano que é expressar-se e comunicar-se. As autoras defendem a ideia de que o enunciador de “Silence” explora várias possibilidades do léxico.

Uma proposta para classificação das inferências: teorias revistas, o quarto artigo, de autoria de Geraldo Emanuel De Abreu Silva, faz uma análise dos estudos que consideram que o aprendizado da leitura vem sofrendo expressivas mudanças. Para tanto, o autor faz uso de teóricos que acreditam que as inferências são centro da compreensão leitora e elemento imprescindível na apreensão de significados. Com isso, o autor busca oferecer uma revisão teórica sobre conceitos chave para compreender o que são as inferências, como os tipos de memórias envolvidos na leitura, os espaços mentais, o conceito de frames e os tipos de inferências que se pode elaborar ao longo de uma leitura.

Iury Almeida e Belchior, autor do quinto artigo, intitulado *Os caminhos do anjo das trevas: reflexões sobre poesia moderna no ensaio Contre l'obscurité, de Marcel Proust*, analisa o ensaio intitulado “Contre l'obscurité”, publicado na Revue Blanch, em 1896, por Marcel Proust. A fim de analisar os postulados proustianos, em particular a ideia de tipos diferentes de obscuridade, o autor opta por um diálogo com críticos que se empenharam em compreender a poesia moderna, como Hugo Friedrich, Estrutura da Lírica Moderna, e Alfonso Berardinelli, em Da Poesia à Prosa.

Em A heterogeneidade discursiva no discurso de Dilma Rousseff: uma análise do discurso relatado na sua carta de defesa e no seu último pronunciamento como presidenta, nosso sexto artigo, a autora Andréssa dos Santos Galvão, utiliza a Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana a fim de investigar dois discursos proferidos pela ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, com o objetivo de apresentar a heterogeneidade discursiva nesses presente.



No sétimo artigo, *Escrita de si e memória: a narrativa como testemunho de vidas*, de autoria de Josimere Maria da Silva e Hudson Marques da Silva, o leitor tem acesso à uma discussão em torno dos conceitos de “memória”, “escrita de si” e “literatura de testemunho”. Os autores analisam duas obras da literatura latino-americana, de autoria de Hermilo Borba Filho e Isabel Allende, a fim de identificar a reconstrução, em tom memorialístico, das vidas de seus autores, através de uma narrativa em primeira pessoa. Tentam, desse modo, compreender como a recorrência à memória contribui para a construção de uma escrita de si nos textos analisados.

O oitavo artigo, *A importância do trabalho com a variação linguística em um primeiro ano do ciclo de alfabetização*, Débora Tatiane Costa Rosa e Taíse Simioni, apresenta os resultados de uma pesquisa baseada em uma proposta de intervenção, que buscou a reflexão sobre a língua oral e escrita e a discussão sobre a variação linguística envolvendo alunos do primeiro ano do ensino fundamental.

Temos, ainda, duas resenhas e uma entrevista.

Na primeira resenha, *Compreendendo norma linguística para desatar outros nós*, os autores, Clézio Roberto Gonçalves, Mariana Mendes Correa da Costa e Valter de Carvalho Dias apresentam o livro “Para Conhecer Norma Linguística”, de Carlos Alberto Faraco e Ana Maria Zilles, que discute os principais questionamentos sobre ideia de *norma*, sobretudo na Língua Portuguesa

Na segunda resenha, *A Tradução como ferramenta pedagógica no Ensino de Línguas*, Alane Melo da Silva apresenta o livro “Translation and Language Education: Pedagogic Approaches explored”, de Sara Laviosa, que a relação entre tradução e o ensino de Línguas Estrangeiras.

Por fim, a entrevista feita com o professor, pesquisador e crítico cultural Miguel Jost, realizada por Maria do Socorro Carvalho, Rodrigo Maurício Freire Soares e Qhele Jemima Pinheiro de Melo Barros, revela os caminhos das políticas públicas de cultura no Brasil, com especial atenção para o caso da TV e da comunicação públicas.

Que tenham uma prazerosa leitura.

Ricardo O. de Freitas
Editor



Abrir a significação à alteridade: Multidões de Exu na Academia

To open meaning to otherness: Crowds of Exu at the academy

Alexandre de Oliveira Fernandes¹

Resumo: Inscrito e escrito sob a lógica de certo rito de passagem e de “dar nomes”, o gênero textual “Qualificação para Tese de Doutorado”, sintoniza-se com o dever de escrever para uma banca de avaliação, privilegiando o encontro com o outro, a partilha, o desejo e o dever de partilhar, e dirigir-se a; mas, a quem, seria uma primeira e complexa questão e depois, por que se dirige a alguém quando o “trabalho” poderá não chegar “inteiro” ao destinatário. No artigo aqui apresentado, autor avança reflexões presentes em sua “Qualificação de Tese de Doutorado” intitulada “Aláfià – Um corpo/corpus para Exu”, discutindo um trajeto teórico/metodológico, a partir do qual Exu, deus nagô, foi pensado e lido por um doutorando, e como a ele(s) se foi dando consistência marcada pela Desconstrução de Jacques Derrida. A Desconstrução – um nada que é tudo – trouxe à cena da escrita, suplementos de Exu, dobras de Exu, simultaneamente veneno e remédio, identidade e diferença a derrotar qualquer ato performativo que pudesse se supor soberano. Exu explodiu em multidões de alteridades.

Palavras-chave: Exu; Desconstrução; Jacques Derrida; Alteridade.

Abstract: Inscribed and written under the logic of a certain rite of passage and of “naming”, the textual genre “Qualification for Doctoral Thesis”, is attuned to the duty of writing to an evaluation of the board of doctorate, privileging the meeting with the other sharing, the desire and the duty to share, and address; however, to whom, would be a first and complex question and then, why is it addressed to someone when “work” may not reach “the whole” of the recipient. In this article, the author advances reflections present in his “Qualification of Doctoral Thesis” titled “Aláfià” – “A body/corpus for Exu”, discussing the theoretical / methodological path from which Exu, god nagô, was thought and read by a doctorate, and how they were given consistency marked by the Deconstruction of Jacques Derrida. The Deconstruction – a nothing that is everything – brought to the writing scene, Exu supplements, folds of Exu, simultaneously poison and remedy, identity and difference to defeat any performative act that could be assumed sovereign. Exu exploded into multitudes of alterities.

Keywords: Exu; Deconstruction; Jacques Derrida; otherness.

¹ Professor Adjunto no Instituto Federal da Bahia – IFBA, Porto Seguro. Doutor em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – PPGREC/UESB, Jequié. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Educação das Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB.

Exu não toma chás em academias

Em fevereiro de 2013, apresentei à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, “Aláfia – Um corpo/corpus para exu”, texto para Qualificação de Tese de Doutorado, tendo como orientadora a professora Dra. Helena Gomes Parente Cunha e como avaliadores, os professores Dr. Eduardo Coutinho e Dr. Muniz Sodré. Nem um Projeto de Pesquisa, nem uma Tese de Doutorado, um “entre” um e outro, um “entre” “assombrado” pelo que um dia foi e pelo que um dia será, inscrito e escrito sob a lógica de certo rito de passagem e de “dar nomes”, o texto da qualificação seguiu normas acadêmicas e tipologia específica, mas também se constituiu como uma promessa e uma dívida, um ajuste de contas momentâneo que sugeria um envio posterior, qual seja, uma Tese assentada em uma leitura derridiana de Exu.

Prometendo privilegiar o encontro com o outro, demarcando no campo da significação, processos que produzem sentido sobre Exu, o deus nagô da comunicação, segundo as regras da Academia, deveria dirigir-se a, mas, a quem, seria uma primeira e complexa questão e, depois, por que se dirigir a alguém quando aquele “trabalho-ebó” poderia não chegar “inteiro” ao destinatário.

Endereçado à banca de avaliação – uma espécie de nome comunidade (e toda comunidade é sempre mais de um), nome guarda-chuva que esconde interesses, conflitos e poder –, cujos sujeitos complexos, de identidades fissuradas e desejos movediços, fariam interpretações de interpretações – processo de intervenção hermenêutica, nem dicotômico a separar a verdade do seu oposto, nem simplista dialético –, não havia garantias de que “Exu” pudesse chegar “inteiro” ao processo de comunicação.

O texto apresentado à banca constituiu-se então, de um mosaico de citações, repleto de jogos intertextuais, rastros e assombramentos, através do qual, pretendia ampliar indefinidamente o campo da significação sobre Exu. Como estava interessado em romper com estruturas que pudessem tentar conter o corpo/corpus de Exu, a escrita fora atravessada por ultrapassagens, trocas, *continuuns*, intersecções e influências, diálogos constantes, retomadas e empréstimos, consentimento e apropriação que propunham um pensamento pensante, reflexivo, crítico, capaz de examinar, de submeter a exame a mim mesmo, aos outros, a Exu (n)ele mesmo, em mim e nos outros.

O objetivo era corroer a estruturalidade da estrutura que toma o outro de assalto, inviabilizando suas agências e performatividade. Seria importante, então, denunciar cenas de apagamento e jogos fascistas que tentam fundar o outro como um homogêneo e fixo, constituído a partir de uma suposta imobilidade fundadora, como se uma linha não precisasse da outra para existir.

Não se trataria, contudo, de uma denúncia panfletária, mas de historicizar a “operação” do outro – o que não significa atribuir-lhe um “passado” –, para que no “presente” fique flagrante a impossibilidade (e a fragilidade perversa) de se resumir, recolher, reduzir o outro em qualquer narrativa que lhe faça perder o “volume” e os sentidos. Neste percurso, admiti que meu texto e eu – como separar um do outro, como ocultar nossas histórias, seus atravessamentos e equívocos de memória? –, tínhamos dívidas e retorno de crédito a ser feito.

Dívidas impagáveis, até porque, quem senão Deus cuja “infinidade positiva da razão divina poderia reconciliar em absoluto a temporalidade e a verdade”? (DERRIDA, 2009, p. 82). Dívidas fiduciárias de um crédito, qual seja, que ao menos as questões levantadas resultassem produtivas, cinicamente inventivas, por vezes irônicas e algumas vezes, meramente retóricas.

Como ignorar que meu texto (qual deles? Este, o outro? O outro qual?) é devedor de bolsa de pesquisa paga com os impostos dos contribuintes? É possível esquecer que recursos financeiros foram alocados para que os serviços da universidade auxiliassem na escrita? Havendo auxílio, deve-se perguntar, numa volta ética, de quem é o texto? É público? Publicável? Sob qual rubrica? De quem é a coautoria? Quem de nós assinará o texto e com que direitos de *copyright* sobre Exu? Quem detém direitos sobre Exu? Detém direitos a Universidade que acolheu o texto, os leitores à banca, os diversos colegas para os quais enviei os escritos antes da avaliação, zeladoras de axé que cederam entrevistas, os antropólogos lidos por mim?

O “valor” que este (ou aquele) texto pretende devolver, portanto, não é apenas intelectual, pois está atrelado às questões da economia, do capital, está relacionado à “liberação” para estudos de doutoramento que o pesquisador recebeu durante certo tempo. Afora estes credores, a quem mais se deve? Quanto? A quem se deveria perguntar quanto e como se deve? “Devo” perguntar se devo e o que devo (a Exu)?

Sob que condições alguém – mas, quem? – “responderá” a tais dívidas e com quanto medo, pois, ora, escrever e “falar mete[m]-me medo, porque, nunca dizendo o suficiente, sempre digo também demasiado” (DERRIDA, 2009, p. 10)? Em que “moeda-língua” a devolução de/à Exu? A minha? Qual minha? Eu, mas “eu” quem? Quem em mim responde quando respondo à interpelação que me assujeita?

Falo tantas línguas em “um” só português porque, não existe “a” língua que se supõe mono, absoluta, nem numa perspectiva de língua materna (única); desde “já” atravessada pelas diversas línguas que a enxertam, como tradução de tradução: em que língua então? “Minha” língua, estrangeira na “minha” própria língua, fica emparedada se levo em conta distinções e aproximações entre língua e escrita, oralidade e *hiperlinks*, borraduras que sabotam limites, introduzido parênteses, intertextos, aspas, notas, barras, hifens explicativos, rastos, imagens como fantasmas dentro de fantasmas, a postergar o sentido que vacila e difere.

Que língua seria capaz de restituir Exu? A da universidade que não é a mesma dos terreiros e das senhoras que com seu axé fertilizam a terra convocando Exu à presença? Como saldar a dívida que, como se vê, constitui-se impagável (com essas zeladoras, com os estudiosos do tema, com a orientadora)? Que língua restituiria a Exu um *corpo/corpus*, se, paradoxalmente, todo Exu – que se supõe único e original –, é, ao mesmo tempo, cada Exu, numa tradução de outro Exu para outro Exu, sempre afetado pela linguagem?

Todo *corpo/corpus* está atravessado pela linguagem e não passa ao largo dos processos de tradução/traição com sua estrutura performativa e deformadora. Todo Exu é, sempre e desde já, um “original” e cada um é, ele mesmo, tradução/traição distinta, logo, nenhum deles vem pronto à tradução, ou seja, não há um significado fixo que possa ser transportado de uma “fala” para outra como se fosse um pacote, um embrulho: cada um – e “um” aqui não é numeral – é invenção. Por óbvio, é “único”, exatamente porque, o “tradutor” ao “restituir” “seu” significado na “sua” língua, imagina-o, modela-o, sob perspectiva e interesses – supostamente “seus” –, e o lança como uma escrita escrevível (BARTHES,

1992), a qual, os leitores, herdeiros desse Exu, põem-no em movimento não finito de proliferações, disseminações e traduções.

Isto garante pluralidade de sentidos ao indecifrável, o que nos levou a um questionamento ético em nosso texto de qualificação, a saber, o recalque de “informações” estrategicamente condensadas para se conformarem sobre a capa de um “nome”, um rótulo, uma marca, um pré-conceito. Tal ação problematizadora “liberta” Exu de seu “nome” – resultado de jogos pelo poder de representar –, permite que diga algo mais do que dizer “a” verdade. Esta vacila e passa a ser lida como realidade criada, invenção e teatro que possui uma verdade, a saber, a de sua própria existência.

Ao seguir os ritos acadêmicos enunciei um “prometo” e, respondendo ao dever de dizer por escrito nomeadamente à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, à orientadora e demais partícipes da banca de avaliação, ao Curso de Doutorado em Ciência da Literatura, Área de Literatura Comparada, Linha de Pesquisa “Estudos Culturais e Pós-Coloniais” (entradas que demonstram haver bem mais do que três pessoas à banca), acabei por me comprometer a contribuir para o debate acerca de Exu, sabendo que, contribuir é prestar tributo a e, ao mesmo tempo, ser tributário de. Mas, veja-se que prestar tributo a Exu, não se relaciona com o simples fato de levá-lo à Academia. Importante seria não neutralizá-lo por meio da “ordem” dos discursos acadêmicos, tomando severo cuidado para não torná-lo mais um personagem de academia.

Acompanhando o poeta e mestre Cuti (2002, p. 37), levava em conta que “orixás não tomam chás de academias”, logo, deveria estar atento contra possível apropriação do Outro, em “folclóricas nuvens e teses negrófobas”, que desempoderam os textos (mitos, ritos) negros, transformando-os em “águas paradas” e embranquecidas “que lhes salvem da chuva de negrizo”. Deveria levar a termo a dívida e a promessa de produzir Exu na Academia, devolvendo à sociedade um texto sobre Exu que não se deixasse afagar pela Academia – historicamente branca, paternalista, Ocidental –, ao contrário, deveria abrir “a porta enferrujada de silêncio”. Teria de encontrar caminhos que ajudassem a produzir um texto-Exu desconcertante, o qual, como uma espécie de “greve geral” da definição, não buscaria definir nada, haja vista que todo ato de definir implica em tentar por fim em algo, encontrar “o” objeto, delimitar, colocar limites a.

Nada mais incoerente do que tentar definir Exu, deus nagô das comunicações, da linguagem e dos caminhos cuja instabilidade carrega seus sentidos para a dispersão e a divergência. Meu objetivo era manter Exu firme, disseminado, sempre a traduzir, inventando-lhe um corpo/*corpus* – um que seria sempre mais que um –, numa operação criativa de multiplicidade, relatividade e contingência do sentido. Não haveria uma convergência da pluralidade, ou seja, em vez de pensar em uma pluralidade de Exus como signo de totalização, o caminho disseminante não se subordinaria a um ponto de chegada, mas apontaria para encruzilhadas de caminhos encruzilhados, sem qualquer retorno a ser feito, álibi ou salvo conduto.

Não haveria limites, mas, então o quê? Um Exu-Tradução, signo intervalar, rastros de entre-lugar a entre-lugar, levando certo monolingüismo a um assombro, rasurando o delírio das certezas positivistas. Haveria explosões de Exus, miragens de outros tantos Exus e não-Exus. Era preciso evocar Exus, ler e inventar Exus, tantos quantos fossem possíveis numa perspectiva democrática que acolheria a diferença, sem domesticação, sem pudor e castidade.

Desconstruir Exu na Academia

Meu estudo sobre o Corpo/*Corpus* de Exu asseverou (i) a necessidade de romper com verdades metafísicas; (ii) a compreensão de que “textos” são assombrados por outros “textos”, infinitamente, sem “origem” e “retorno” a ser feito; (iii) a necessidade de colocar em questão, sob suspeita e em suspenso todas as convenções e discursos “neutros” e “naturais”; (iv) a impossibilidade do processo de fechamento da significação; (v) a busca de uma linguagem aforística e fragmentária em contrapartida ao *logus* cartesiano, dual, causal; (vi) a “dor” da dispersão ao extremo, o suplemento, a dobra, a inter-relação, o *continuum*, a desconstrução de Exu.

Sem confundir “desconstrução” com “destruição” busquei dar ênfase à abertura interpretativa, colocando como de primordial importância, o jogo relacional de elementos, ou seja, substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. Desconstruir não significa apenas e simplesmente desfazer, desmontar, mas, reler a cadeia de significantes, excluindo qualquer forma sob a qual possa aparecer qualquer significado transcendental.

A desconstrução é a invasão do discurso do outro rasurando o discurso da metafísica da presença, é a alteridade radical, advento do que já está aí, mas que foi estrategicamente recalcada. É um movimento que coloca em risco a totalidade da tradição vinda de Aristóteles porque se abre à ética, “relação não-violenta com o infinito, como infinitamente-outra, com outrem –, única a poder abrir o espaço da transcendência e libertar a metafísica (DERRIDA, 2009, p. 117). Logo, nem um único Exu, nem um pensamento único sobre Exu, o que contava era o desejo de aumentá-lo sem esgotamento possível, dessacralizando-o e revelando seu caráter de adaptação, tradução, filmagem, cena. Daí nasceria um Exu sem centro, um outro Exu, um outrem-Exu, um Exu-outro, oposto à centralidade, ao coágulo, ao estanque, múltiplo, heterogêneo e radical.

Além de outros, serviu-me na caminhada, o conjunto em aberto de dispositivos que os textos de Jacques Derrida produzem para demonstrar a inviabilidade do discurso metafísico. O corpo/*corpus* de Exu, do começo ao fim, teve que lidar com “a” questão da tradução e da língua dos conceitos, do *corpus* conceitual da metafísica dita “ocidental” (DERRIDA, 1987, p.19), num “pensamento” aberto à dúvida, à inferência, à pretensão de verdade, à perenidade, ao provisório, ao entendimento crítico e problematizador de que os objetos são complexos e heterodinâmicos. Assim, apontei que só faria sentido tal estudo, se aberto a contextos intercambiáveis, como “promessa” não de uma verdade, mas de uma “invenção” na disjunção, na aporia, numa lógica alógica, segundo a qual, opostos hierarquizados – bem, mal, Exu, Diabo, Exu, Pomba-gira – seriam deslocados por meio de enxertos cujo movimento não tem começo, não tem fim, sendo pensados em termos de relação com implicação mútua e transformação.

Um modo de pensar desnorteante, tal qual uma postura questionadora, reflexiva, com vistas a ir “descosendo” a ordem simbólica em/e sua estrutura, demonstrando que não há, em si mesmo, nenhuma verdade una, mas sempre “um discurso outro”, deveria estar em plano evidente. Para proceder à “ordem” e à promessa de escrita, o “autor” seria autor e analista ao mesmo tempo do texto e da dinâmica que se impôs à escrita, expondo-a sílaba a sílaba como cena de escritura, símbolo, resultado de crises, arrastos, exclusões, seleções e recortes, suor, sangue, espectros, feridas, traumas, perdas, paixões, sob os quais, ninguém tem o domínio total.

O “autor” não escondeu o fato de que inventaria “seu” texto–Exu, que manipularia o *corpus* de pesquisa, que produziria corpos para Exu, encenando-o, colocando-o em cena, através da linguagem que é “arbitrária” e ideológica. Não excluiu (é possível?) sua memória, sua vivência, seu conhecimento empírico, porque estava convencido de que a precaução, supostamente científica, deveria dar lugar à audácia das ideias (MAFFESOLI, 2007, p. 15) capaz de fazer vacilar pensamentos reducionistas.

Acolhendo Exu “sob rasura” – ou seja, desinteressado por certo discurso “originário” –, a divindade, como “aquele” que “já” está sempre em transformação, seria diferido, adiado, não dado, não fixo, impossibilitado de se apresentar em um presente presentificado.

Logo, não escreveria uma biografia de Exu. “Eu” não a escreveria porque, não fixo e diferido, explodiria disseminado, escapando por entre discursos. Por outro lado, “eu” não escreveria sozinho, pois, ora, o “eu” é somente uma fuga, uma porta, um devir entre multiplicidades rizomáticas, atravessadas por clivagens de toda ordem (DELEUZE, 1992a). Por óbvio, o “sentido” do Exu escrito, apenas apontaria para “coisas” de Exu, assinalando-as, mas nunca as alcançando porque as “coisas” estão no mais além das palavras, como ensinou Octavio Paz (1996, p. 43).

Poderia “eu” ou algum outro “eu” encontrar-se com Exu? E quando se encontrasse com Exu com que(m) se encontraria? Pode-se olhar Exu de frente? Olhar em seu rosto? Com que rosto se olha o rosto de uma divindade? Com que luz? Com que efeitos de luz? A que “distância”? O que distancia o meu olhar de Exu?

Ficou posto que, o pensamento sobre Exu só seria interessante se fosse perigoso, indo de encontro a pensamentos “simplistas” consoante com Friedrich Nietzsche (2012, p.18): “‘Toda verdade é simples.’ – Não é isto uma sofisticada mentira?” e com Zigmunt Bauman (1998, p. 143) para quem a verdade é a retórica do poder, ou seja, ela revela quem são os que “tem o direito de falar com autoridade” e quem são os que têm o dever de “obedecer”.

No processo de tornar Exu perigoso, encontrei no pensamento de Roland Barthes (1999, p.226) uma discussão interessante sobre a metáfora, qual seja o signo sem fundo. A metáfora aponta para o longínquo do significado, busca-se o significado, sabendo que não se chegará a ele e, ademais, se encerrará em uma aporia (*aporéin*). Tal compreensão liberou a leitura para horizontes perigosos e infinitos porque revelou processos de tradução e a Babel exuriana em que se aportam os sentidos.

Veja-se: e se toda a história universal de Exu não for mais do que a história de algumas metáforas? Quantos Exus eternos e indecíveis caberiam em uma mesma encruzilhada de metáforas e metáforas encruzilhadas de saberes e exercícios de poder? Estas encruzilhadas são o rastro, a borda, a referência de onde saltam Exus. Ora, isto quer dizer que não há Exu para ser lido.

E que perigo, pois, Exu não existe. Só há “referências” a serem lidas, só há rastro, esse “lugar” que nada tem de objetivo, terrestre, que não se reporta à geografia, mas que “se encontra em nós, de onde a necessidade equívoca de reconhecê-lo e ao mesmo tempo dele se desfazer” (DERRIDA, 2001, p.39). Ao fim e ao cabo, Exu era uma referência – é nesta dobra, nesta reflexão que Exu se “inicia” –, resultado de um processo de diferenças que toma outra “coisa” como referência, que não é a mesmidade, que não é o mesmo, mas o Todo-Outro.

Nunca “um” tipo de Exu apenas: o Exu do álcool, o Exu drogado, o Exu demoníaco nas mãos de pastores e padres fundamentalistas. E mesmo aí não temos “um” apenas senão multidões que explodem

em correlação e dependência, interrompendo a doxa de que os “diferentes” têm que ser necessariamente opositivos e hierarquizados.

Ora, a cachaça associa-se a Exu, mas somente a ele? O que dizer de Noé, personagem bíblico, que expõe suas “vergonhas” sobre efeito daquela droga? Não fora Ló embriagado por suas filhas, com as quais teve relações sexuais? O primeiro milagre feito por Jesus Cristo não fora produzido com o vinho? Quem tomou o cálice de vinho em suas mãos e o ofereceu aos discípulos dizendo que todos deveriam beber do meu sangue, o sangue da aliança? Haveria então, que propor um Exu babelístico, um Exu bíblico, Exu-Jesus Cristo, o qual, para além do que pudesse parecer de profano e agressivo, estivesse aberto ao conhecimento, à vertigem, à busca por saber e compreender cada vez mais.

Meu Exu seria feiticeiro como um Exu-fetichado contra o recalque dos desejos; abriria caminho para um devir Exu, positivo e negativo, erótico, drogado, um “super-Exu”, bombástico, perigoso, ali mesmo onde Nietzsche encontrou o “super-homem”. Um Exu consoante com o pós-moderno em que as identidades são fluidas, múltiplas, plurais. Não mais “um” Exu, contudo, – seja ele de qual ordem o for – coeso, tipificado, limitado, mas um Exu “perdido” num complexo amplo porque sua identidade se multiplicaria.

No lugar de uma identidade estanque e alienada, isso porque constituída no e pelo corte de uma relação à alteridade (DUQUE-ESTRADA, 2004, p. 56), queria performar Exu, evocar *performances* exurianas, a movimentação, a identidade em projeto, em construção, em *modo beta*, contínua, fluida, com histórias contraditórias e narrativas diversas compondo-as – com um “s” disseminante como quer Derrida (2001) –, num espaço que é pós-identitário. Em certo sentido, Exu daria lugar à vinda do outro-Exu, sempre resultado e resultante de ato de fala ou de discurso como prática de um sujeito, que propõe, fala, escreve, ritualiza, agencia valores, desloca sentidos, produz estruturas imaginadas. Possibilitando o advento do outro, numa crítica ao pensamento ocidental como filosofia do Mesmo, Exu marcaria a diferença no discurso da Verdade, movimento que dá lugar a verdades múltiplas e disformes que não se coadunam com o uno e o idêntico a si mesmo.

Pensar (Exu) na diferença: Mas, onde?

Sabe-se que a diferença amedronta o fundamentalismo, o autoritarismo, a ortodoxia, os desejos da Verdade. Causa-lhes estranheza porque “despedaça a rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária” (BAUMAN, 1998, p. 19). A diferença é o estranho, o novo, o inusitado que vem de longe e não necessariamente partilha dos mesmos interesses do grupo que o “acolhe”.

Faz muita diferença pensar Exu na diferença, que não é nenhuma diferença em particular ou certo privilégio, mas sim “uma diferencialidade primeira em função da qual tudo o que se dá só se dá, necessariamente, em um regime de diferenças” (DUQUE-ESTRADA, 2004, p. 51), cuja operação é mais estimulante, mais potente do que todo conteúdo, toda tese e todo sentido, porque se trata de um pensamento que busca a alteridade; porque muda a perspectiva do próprio pensamento ao deslocar as metanarrativas, o puro sentido, a origem, fazendo vacilar valores sedimentados, científicos e religiosos, deixando aparecer o artifício histórico que monumentaliza e canoniza sentidos.

Trata-se de uma forte crítica à presença, às essências e categorias fixas como projeções, parte de uma cadeia infinita de significados. Ao invés de lidar com uma origem, um Pai, um começo primordial, teria de trabalhar com o rastro/rasto de processos de signifiçaõ, cujo jogo formal de diferenças, não remete o signo a si mesmo, porque só é possível no encadeamento, na produçaõ, na transformaçaõ do texto em outro texto.

Há um valor ético neste movimento que posterga a presença porque, ao adiar o sentido permite uma "presença" muito diferente, a saber, a presença do Outro. Quem é Exu, então? O que "significa" Exu? O que significa "Exu"? Em havendo mais de um – e sabemos sempre haver mais de um –, quem é "o" "mais" Exu? Quem "possui" Exu? Quem assume a responsabilidade de denominar Exu? É possível uma cartografia de Exu? Qual "o" marco regulatórios do que seja Exu?

A quem endereçar tais perguntas (senão a Exu)? Exu responderá sem "interposiçaõ", sem um babalorixá, sem um evangélico (pentecostal, neopentecostal, de qual e qual denominaçaõ, um herege segundo a Igreja Católica ou um fundamentalista), sem um padre, sem um livro, sem "o" Livro? Com que voz perturbadora e na presença de quem? Com que nome?

E que trama interessante esta a da pergunta e a da "resposta": como "responde" "quem" responde? Quem responde a resposta e narcisicamente (ignorando o espelho como possibilidade de se desprender de si) controla o que responde, ou à resposta é dada a frustraçaõ de que algum "nome" "resolva" desviar seu curso e opor-se à resposta e a ela não legar sequer "um" nome? E se o "nome" Exu for uma pragmática através da qual se tenta lidar um pouco melhor com o horror e o medo que se nos paralisa diante do inominável? Seria possível um Exu "sem" nome?

Exu "sem" nome, não poderia ser linear, nem se deixaria totalizar pelo pensamento lógico-causal e sua ânsia de completude. É despropositado, desordenado o Exu "sem" nome. Barroco – repleto de dobradiças complexas e paradoxos –, rodopia pelas frestas, rachaduras, curvas distorcidas e deformadas do pensamento, inviabilizando o "Todo-Exu", porque está aberto à alteridade. Este Exu força a passagem com suas diferenças, não se cala diante da razão arrogante do Ocidente e grita contra todo aquele que tenta petrificar a face do outro-que-sempre-está-por-vir.

Haverá de haver, pois, um "Meio-Exu", porque todo ele é impossível uma vez que já está na ordem do movimento do pensamento? O "Meio-Exu" é também um espectro de Exu. É um fantasma. É seu fantasma. É o fantasma de Exu, ou seja, há espectros sobre ele, discursos que assombam Exu, sendo ele também uma imagem fantasmática porque assombra, retorna, insurge constantemente.

Compreendido sob uma lógica espectral, segundo a qual, "um corpo nunca está presente para ele mesmo, para aquilo que ele é, aparece desaparecendo, ou fazendo desaparecer aquilo que representa um pelo outro" (DERRIDA, 2007, p. 98). Exu resiste às oposiçõs metafísicas. Mas, com quem se está tratando quando Exu "aparece"? Que "imagem" de Exu se nos "aparece" através de qual espectro, essa espécie de feixe semiótico de onde "saltam" os signos? Ali, Exu é o sim e o não, um rastro, um arrasto de sentidos conflitantes e paradoxais; é o fascínio que se procura constantemente reprimir, mas que retorna sob a pele do recalçado.

Exu, para onde, então? Era o que perguntava. Por onde? Em que carta, em que arquivo, em que *arkhé*, em que arquétipo o corpo/*corpus* de Exu, sua substância, órgãos, funçõs, história, acontecimento, movimento, afetos, pulsões, sensaçõs, inconsciente, textos e bibliotecas?

Atravessado pela complexa experiência de (des)monte de seus arquivos, o corpo/*corpus* de Exu apontaria para onde? Uma “experiência” de Exu onde, quando seu corpo/*corpus* aponta para a impotência e a agonia de compreender, datar, nomear, pontuar, representar o “já” nomeado?

Não há “um” nomeado – não há “a” Bíblia de Exu, não há o “então se fez o verbo”, senão o “absurdo” de escrever sabendo que aquilo que ainda não está produzido na letra não tem e nem terá *tropos* originário, ou seja, Exu não seria em meus escritos, aguardado como prescrição captável por uma escrita, cuja localização se encontraria deitada em prados finalísticos. Restaria a agonia de que uma certeza entre dez escolhas é que se perderam nove.

Não há qualquer entendimento teleológico e divino capaz de apreender Exu, mas haveria de haver o movimento que amplia o alcance para além das colinas e mais ainda, testaria os limites do pensamento (e da escrita) que pensando, pensou Exu. O que é o pensamento senão um meio de tentar organizar o caos?

Contudo, ao tentar tal ordem, é tomaria cuidado para não vacilar diante das opiniões dominantes, uma vez que não fomos preparados para suportar os movimentos infinitos presentes no caos (DELEUZE, 1992, p. 63). É preciso estar constantemente atento contra o desejo de totalidade que pretende enclausurar o que é da ordem do infinito e enfrentar sua mentira, sua mistificação, sua má-fé.

Ora, em torno de Exu, historicamente, discursos foram produzidos (científicos, religiosos, antropológicos, legais), discursos o produziram em constante incitação política e econômica. Sua maquinaria de produção aponta para embates, lutas, sintaxe, interpelações, figuras de linguagem, interpretações e narrativas, as quais deixam vir à tona a metafísica. Assim, não passa ao largo de questões de controle e dominação produtiva.

Exu não se aparta dos processos da globalização, da mundialização, da pós-colonização, da economia e do neoliberalismo, da mídia e do poder das grandes corporações, não ignora que práticas de poder-saber constroem “coisas”, formam subjetividades, desejos, fomentam demandas, incluem e excluem, avaliam e classificam, marginalizam e acolhem, limitam e concluem sobre o que é puro e impuro, bem e mal.

À medida que tratava Exu, como poderia ignorar a violência, o poder e a opressão, os desmandos e o autoritarismo colonial, a perseguição do Corpo, qual seja, “sanitária”, “masturbatória”, “da cruz”, “da salvação”, “do pecado”, a *Militia Christi* com seus monges soldados (ECO, 2009, p. 91), a cristandade a defender a pobreza, mas, cujos religiosos vivem suntuosamente em palácios como uma casta aristocrática?

Seria importante então, voltar atenção para questões que revelam todo um regime perverso e severo de exercício e manutenção de poder, violência, morte e sangue, inclusive com a criminalização, marginalização, ataque contra corpos “sincretizados” como Exu: o corpo que bebe, que dança demais, que fuma, que se droga, o corpo negro e pobre, o corpo vadio e vagabundo, lésbico, gay, efeminado, agitador, assassino, prostituído, sodomita, sacrílego, cujos corpos foram (e o são) vistos como a escória, a raça de canalhas, os criminosos abjetos que contrariam a ordem e a lei.

O pensamento judaico-cristão desde o Gênesis interdita o corpo, fixa identidades, produz a “*chrêsis aphrodisiôri*”, nega-o, provocando a dor “fraca”, a dor do sacrifício: não comer o fruto proibido; com dores parirás; ganharás o pão com o suor do teu corpo; terás vergonha de estar nu; com homem não deitarás como se fosse mulher. A Igreja interditou o corpo de seu Cristo negando que tenha provado um

mínimo de tentação, basta olhar o silenciamento em torno de sua juventude, a obscuridade sobre a sua sexualidade. Negou a dor dos seus mártires que, submetidos a sofrimentos atrozes, apresentam-se nos quadros da Igreja sem danos físicos aparentes. Ora, que não faria/fez a Igreja com o corpo/*corpus* de Exu?

Tanta luta e sangue desde há pelo menos 5500 anos, com mais de 14.000 guerras, mais de 1,2 bilhão de mortos (SAVATER, 2005, p. 39), mortos-vivos, mortos-perdidos, corpos que somem, não nos deixariam esquecer que a Igreja – quando digo Igreja não ignoro a nebulosa de interesses e identidades que aí se levantam, nem acredito haver total separação entre Igreja e Estado –, por meio dos jesuítas, calou-se para as perseguições aos quilombos, para as agressões aos negros. A Igreja não deixou de estender seu braço forte e mortífero por meio da Inquisição, esforçando-se para exorcizar os “feiticeiros sanguinários”, os quais, muitas vezes, “longe de fazer jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação, como a própria encarnação do pecado” (BAUMAN, 1998, p. 59).

Encruzilhadas (de Exu)

Como se tratava de um texto-oferenda, um ebó de minhas palavras, um texto “limite” entre filosofia e literatura, antropologia e religião, psicanálise e história, entre eu e Exu numa ética da alteridade, segundo a qual nenhum discurso deteria o monopólio da presença de Exu, acolhi o hibridismo cultural e histórico do mundo pós-colonial, sob o viés de que qualquer discurso sobre algo não lhe contém “a” verdade.

Evitaria, então, atenção demasiada em descrever efeitos de construções dialéticas que buscassem narrar Exu, porque ficaria restrito a um movimento constante que nomeia e cataloga preconceitos e estereótipos. O que importava era algo mais: analisar a estrutura dos discursos que inventam Exu, questionando de que lugar discursivo questões de identidade eram promovidas e institucionalizadas e de que modo seriam capazes de criar “processos de subjetivação”. Logo, interessou-me a máquina de (in)formação – retórica, comunicação, opinião pública, mídia, imagem – que acena para a “existência” de Exu, para certa “impressão” de Exu que teima em congelar a imagem e manter-se dominante, colocando-me para pensar acerca de quais mecanismos constroem efeitos de poder e verdade sobre Exu.

Minha hipótese era a de que Exu irromperia frenético no intervalo, no entre, no corte, na abertura, no contato. Logo, deveria evitar a ingenuidade de simular um Exu mais original que o “original” porque, como se sabe, a originalidade é impossível, haja vista que sempre se parte do texto de outros autores, de discursos de outras religiões, filosofias, pedagogias, leituras de leituras, tomando-os (apenas) como “encruzilhadas de partida”. Estas encruzilhadas demonstrariam que toda escrita/leitura é um “duplo”, que atua como cópia, mímesis e representação, outro nome possível para uma “teia” de relações, jogos pelo poder/saber, os quais apontam para caminhos de encontro incerto com o intangível.

Não haveria “autoridade” a se ocupar de presença singular, mas uma dobra dupla de Exu: sua invenção que não transcende o próprio processo de produção, mas que se deixa entrever na “mediação”, no “entre”, “nos interstícios primeiros da intenção e da interpretação”. Meu Exu, fruto de minha epifania a

revelar o outro-Exu em mim, lembraria a todos, insistentemente, de que “alguém o iniciou”, ao mesmo tempo em que reconheceria o fato de que ninguém é o seu autor (BHABHA, 2011, p. 109).

Minha escrita de e sobre Exu seria então uma traição – sem qualquer prejuízo religioso –, um simulacro que detém os aspectos do suposto original, que o des-apresenta, forçando-o a dizer outra coisa – gaguejante –, embora possa parecer dizer o mesmo. Minha produção acadêmica traria à tona um texto agonístico, aforístico, que transformasse o *corpus* em corpo sem partes próprias nem hegemônicas. Assim, atentei à banca que só haveria enxertos de enxertos de Exu com os quais lidar, cujo movimento congregante e dispersivo aproximou-se de uma escrita quase ensaística, fotográfica, crônica (em dois sentidos, pelo menos).

Nada de fixidez, pureza ou essência, mas, negociações complexas de interesses, conflitos, um movimento de vaivém, de fluidez e passos de dança, jogos de guerra, luta pelo poder e controle de dizer, interrogar e representar. Longe de ser espaço do homogêneo, um entre-lugar, um entrechoque de espaço e tempo em que o presente é descontínuo, poroso, líquido, em que o passado é uma confusão de vozes, uma nébula instável em que discursos disputam a hegemonia do dizer. Minha leitura intervalar levantaria véus e verdades para rasurar discursos, demonstrando haver vozes dissonantes em um mesmo texto-Exu. Exu iria dar gargalhadas de meus movimentos? Sim e não.

Percebia que Exu ria do que fosse “o” real, a Metafísica e a Verdade. Como não me importava por encontrar um Exu, mas queria produzir um encontro com Exu(s), ele(s) e “eu”, juntos na academia, num movimento em que se tem e não se tem o outro ao mesmo tempo, acabei por “decididamente dar férias a toda transcendência” (MAFFESOLI, 2007, p.21), deslocando a mesmidade cuja origem é fraca, fissurada, fendida, para cenas de escritura e simulação, jogos de simulacro que não se reportavam a nenhum centro transcendental.

Percebi que sob a marca da alteridade Exu não iria rir porque não se deixaria castrar. Múltiplo e com tantos níveis de estruturação e camadas de composição complexas, não seria entendido por meio de uma hermenêutica dogmática e gramática normativa sem constrangimentos e violências.

Pode até parecer que se pretendeu “dar conta de tudo”, de “todo” um Exu em “tudo”. Mas, o que se tentou foi questionar os limites das áreas do conhecimento, forçando-os à abertura de um campo interdisciplinar, com vistas a ampliar o entendimento de questões atreladas ao poder, à ideologia e à hegemonia cultural, por meio da produção de um texto intercomunicante, arquivo e arquivador, parte, ele mesmo, do Corpo/*Corpus* de Exu. Não passei ao largo da problemática do mal de arquivo – o desassossego de procurar o arquivo onde ele se esconde, o desejo de recuperar a “origem”, recompor a “falta” originária –, dos direitos do *copyright* – a produção, a seleção, a edição, a cópia –, nem das questões da violência e dos “direitos” de Exu.

Utopias? Sim e não, paradoxal como Exu. Um elogio à instabilidade produtiva – no sentido de *producere* –, que faz emergir, leva sentidos à superfície, consoante com Roland Barthes (2003, p. 89), para quem a “utopia é familiar ao escritor, porque o escritor é um doador de sentido”. Minha tarefa (ou meu gozo, logo Exu e “eu” existimos) consistiu em dar sentidos, disseminar nomes, o que só pode ocorrer quando há paradigma, desencadeamento do *sim/não*.

Exu, questão(ões) que dá(ão) a pensar

Como se percebeu, o texto de qualificação não passou ileso pelas questões do destinatário, do suporte, da comunicação, do contexto e da alteridade. A quem se endereçou um corpo/*corpus* de Exu? Os nomes dos componentes da banca estão lá, mas jamais saberei “quem” recebeu os textos. “Chegou” a contento? Houve “funcionalidade”? Quando? Hoje? Ontem? Ontem, quando? Em seu “começo” que se perde num emaranhado de datas e começos sem fim, sem fundo, sem meio? Uma data sem data enevoada em lembranças datadas de certo fevereiro de 2013?

Todo ponto de início é qualquer ponto. E quanto de eterno há por detrás de cada ponto? Ora, é preciso aprender a ler em um ponto mais do que uma repetição gráfica em um texto, mas a ocorrência de uma alteridade. Comecei (?) pois, “quase” pelo princípio nestas considerações finais – um paradoxo exuriano? – em que Exu deu muito o que pensar.

Certamente o trabalho não se iniciou quando o candidato à qualificação para a Tese de Doutorado teclou as primeiras letras. Não começou com o abrir da tela do computador, tampouco no momento em que certo comando ordenou que o computador fosse ligado, tampouco não começou o texto pelo seu título. Teria sentido dizer que este trabalho se iniciou no instante em que o candidato depois de cumprir as etapas solicitadas de avaliação para entrada ao doutoramento (provas, memorial, projeto de pesquisa e entrevista) fora aprovado e, portanto, “agora” de candidato transitado para a posição de doutorando e, em sua primeira visita à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ –, ouviu de uma professora: “Seu tema é bastante baiano, não é?” – questão que dá a pensar!

Ao pensar (Exu) na academia, não interessou nem a verdade nem a definição, mas o “indefinível”, o arrebatamento dos sentidos, o entusiasmo e o êxtase, capazes de manter um forte segredo sobre Exu. Qual era o segredo? O de que não havia nenhum segredo que pudesse colocar fim a Exu. Saia-se dessa encruzilhada quem puder, eu ainda hoje, não posso.

Referências

- BARTHES, R. S/Z. Tradução de Léa Novaes. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992.
 _____. Crítica e verdade. São Paulo: Perspectiva, 1999.
 BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
 BHABHA, H. K. O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses: textos seletos de Homi Bhabha. Organização: Eduardo F. Coutinho. Tradução: Tereza Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
 CUTI. Sanga: poemas. Belo Horizonte: Mazza, 2002.
 DELEUZE, G. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
 _____. Conversações. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992b.
 DERRIDA, J. A farmácia de Platão. São Paulo: Iluminuras, 1987.
 _____. Posições. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
 _____. A escritura e a diferença. São Paulo: Perspectiva, 2009.
 _____. Força de Lei: o fundamento místico da autoridade. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
 DUQUE-ESTRADA, P. C. (Org.). Desconstrução e ética: ecos de Jacques Derrida. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
 ECO, U. O pêndulo de Foucault. Tradução: Ivo Barroso. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.
 MAFFESOLI, M. O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record, 2007.

NIETZSCHE, F. W. Crepúsculo dos ídolos, ou, como se filosofa com martelo. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.
PAZ, O. Signos em rotação. Tradução: Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1996.
SAVATER, F. Os dez mandamentos para o século XXI. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

*Artigo recebido em 06/10/2018
e aprovado em 06/12/2018.*



Sentenças existenciais à luz da semântica de frames

Existential sentences in the light of semantics frame

Lucas Alves Costa¹

Resumo: Este trabalho analisa o sentido existencial, acomodado em sentenças existenciais com verbos Haver, Ter e Existir recorrentes no português brasileiro. Para tanto, a análise pauta-se na Semântica de Frames, nos termos de Fillmore (1982, 1985), Fillmore e Atkins (1992), Salomão (2009) e Ferrari (2014), pois consideram o sentido o resultado de um conjunto de conhecimentos de mundo calcados na experiência sensório-motora do ser humano no meio ambiente. Utilizam-se dados da língua portuguesa contemporânea depreendidos de textos que circulam na grande mídia brasileira. Constata-se que a sentença existencial é um perfilhamento de um frame base, uma cena conceptual-perceptiva, independente do verbo instanciado.

Palavras-chave: Semântica de frames; Léxico e sintaxe; Sentença existencial.

Abstract: This paper analyzes the existential sense, accommodated in sentences existences with verbs Haver, Ter and Existir existing in Brazilian Portuguese. In order to do this, the analysis is based on Frame Semantics, according to Fillmore (1982, 1985), Fillmore and Atkins (1992), Salomão (2009) and Ferrari (2014), since they consider meaning the result of a set of knowledge of the world on the sensory-motor experience of the human being in the environment. Data from the contemporary portuguese language are taken from texts circulating in the mainstream Brazilian media. It is verified that the existential sentence is a derivation of a base frame, a conceptual-perceptive scene, independent of the instanced verb.

Keywords: Semantics of Frames; Lexicon and syntax; Existential Sentence.

Palavras Iniciais

Pesquisas quantitativas de cunho sociolinguístico como Oliveira (2014) e Avelar (2006a) constataram a recorrência de sentenças existenciais com os verbos Ter, Haver e Existir no português brasileiro. As possibilidades sintagmáticas e as variações de sentido desses verbos são grandes, porém não é objetivo, deste trabalho, discutir as várias acepções convencionais provocadas por eles, pois esse

¹ Doutorando em Estudo Linguísticos no Programa de Pós-Graduação Letras e Linguística – FL/UFG. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: lucas.alves.77@gmail.com.

texto se restringe a investigar o sentido de existência, compartilhado por esses itens lexicais em sentenças existenciais.

A Gramática Normativa e as pesquisas Sociolinguísticas discutem a competição entre os verbos Haver e Ter. Dessa forma, em sentenças existenciais, o verbo Ter vem sendo utilizado no sentido de existência ao invés do uso do verbo Haver, considerado mais canônico nessas sentenças. Gramáticos Normativos como Almeida (1999), Cunha e Cintra (2001), Bechara (2006) e Sacconi (2001) consideram a variação entre esses verbos uma incorreção no padrão culto da língua, pois o verbo Haver, nessa perspectiva, apresenta a acepção de Existir, sendo esse o padrão correto da língua.

Cunha e Cintra (2001) afirmam que não só na linguagem coloquial do Brasil, como também no Português de nações africanas é corrente o emprego do verbo Ter como impessoal à semelhança de Haver. Porém, é preciso manter a "correção" e preferir o uso de Haver como existencial. Bechara (2006) admite que a frequência de uso de Ter por Haver seja amplamente maior em situações informais, o autor explica que esse emprego constitui uma incorreção na língua culta, devendo ser evitado.

Diferentemente das abordagens normativas, as pesquisas sociolinguísticas mostram que as sentenças existenciais são elaboradas com o verbo Ter na língua falada e na língua escrita. Assim, o processo de substituição de Haver por Ter apresenta-se num estágio avançado, dependendo da escolarização e da origem social do usuário da língua.

Leite e Callou (2002), com foco em cinco capitais brasileiras, mostram o alto percentual de uso de Ter sobre Haver em estruturas existenciais. Segundo as autoras, Ter chega a 73% em Porto Alegre e Salvador, 68% em Recife, 63% no Rio de Janeiro e a 56% em São Paulo. Para as autoras, esses percentuais de uso de Haver vêm sofrendo uma redução significativa.

Os embates entre a proposta da Gramática Normativa e as constatações da Sociolinguística para o uso concorrente entre o verbo Ter e Haver são filiadas a visão composicional do sentido. Com isso, o sentido de existência, para essas perspectivas, é acoplado no sentido lexical dos verbos utilizados nas sentenças.

Dessa forma, o procedimento de descrição semântica, nesta perspectiva, realiza-se por traços distintivos, baseados em uma oposição binária (presença ou ausência de um traço). Segundo Tamba (2012), essa abordagem é calcada no modelo fonológico de L. Hjelmslev e foi praticada pelo estruturalismo americano sob orientação de Bloomfield. Assim, léxico é tido com um elemento independente da sintaxe, e essa, por sua vez, de certa forma, autônoma.

A Gramática Gerativa também sustenta essa visão composicional do sentido. Segundo Tamba (2012), essa teoria transporta a semântica do léxico para a semântica da frase. Com isso, há o abandono de uma semântica lexical focalizada nas relações entre as palavras e as ideias em proveito de uma semântica frástica, centrada nas relações entre as estruturas sintáticas e semânticas. Chomsky (1957) defende a autonomia da sintaxe, mas estabelece uma relação mais próxima entre léxico e sintaxe. Com isso, o componente sintático permanece no núcleo do dispositivo gerativo da gramática.

De maneira geral, essas teorias são calcadas no princípio básico da constituição de gramática a partir da visão composicional (GUREVICH, 2006). De acordo com essa postura, o significado de um todo linguístico (de uma sentença ou de uma palavra) pode ser completamente concebido a partir dos significados das partes que o compõem (as palavras, no caso das sentenças, e os morfemas, no caso das palavras).

Neste trabalho, assume-se o princípio da não separação rígida entre léxico e sintaxe (FERRARI, 2014; FILLMORE, 1982). Essa visão rompe com a ótica composicional praticada pelo Estruturalismo. Na ótica composicional, em se tratando de léxico, a análise sêmica propõe a decomposição do sentido das unidades lexicais em um número finito de componentes semânticos elementares.

Para Ferrari (2014), a Linguística Cognitiva, em seus vários paradigmas, rompe com essa perspectiva, pois assume que o todo determina a parte, ou seja, o significado base que determina quais partes (palavras ou morfemas) devem ser usadas na situação de interação comunicativa. Nessa perspectiva, verifica-se a constituição do sentido de existência em ocorrências com o verbo Haver, Ter, Existir depreendidas de uma amostragem de língua escrita que circulam em textos na mídia brasileira.

Para esse propósito, acionam-se os procedimentos da Semântica de Frames, de Fillmore (1968, 1982, 1985) e Fillmore e Atkins (1992). Nesse modelo, o significado é resultado de um conjunto complexo de conhecimentos de mundo armazenados na memória individual e coletiva, sendo as experiências sensoriais-motoras do ser humano no meio ambiente sua fonte primordial.

Este trabalho organiza-se da seguinte forma: na segunda seção, acionam-se as noções básicas e procedimentais da Semântica de Frames para análise do sentido de existência proveniente em sentenças existenciais. Na terceira seção, realiza-se a análise de amostra de dados de língua escrita depreendidos para este trabalho. E, por fim, na quarta seção, as palavras finais.

Semântica de Frames

Para Fillmore (1985), a Semântica de Frames faz parte de uma Semântica da Compreensão em oposição à Semântica da Verdade. Segundo Lyons (1977), a Semântica da Verdade apresenta duas concepções básicas sobre a composição do sentido: (1) evoca teorias que se preocupam em determinar elementos necessários para a interpretação de uma sentença, palavra, considerando as situações em que se estabelece, verificando a presença ou ausência de traços pré-definidos como componente básico para uma interpretação; (2) agrupa teorias que buscam determinar sob quais condições uma sentença pode ser verdadeira, sendo o verdadeiro determinado composicionalmente.

Fillmore (1985) apresenta o modelo da Semântica de Frames como uma Semântica do Entendimento, em oposição à Semântica Formal. Segundo Lyons (1977), a Semântica Formal é baseada no silogismo que testa as condições que viabilizam uma sentença como verdadeira ou falsa a partir de categorias lógico-formais e métodos analógicos dos processos de raciocínio.

Com isso, segundo Fillmore (1982), a Semântica de Frame é uma abordagem de fraca composicionalidade, porém mantém um lado composicional, visto que considera os processos de elaboração de sentido dependentes dos itens lexicais, unidades fraseológicas e construções gramaticais individualizados. Entretanto, define-se como não composicional, pois o processo de constituição do sentido não é puramente construído por concatenações de itens ou estruturas linguísticas, mas por vários conhecimentos associados a ele.

O ponto fundamental, nessa perspectiva, é a noção de que "os significados são relativizados às cenas" (FILLMORE, 1985, p. 59). Por conseguinte, a Semântica de Frames aproxima-se da tradição da Semântica Empírica e se afasta da tradição formal, pois considera a interação entre linguagem e

experiências. Segundo Fillmore (1982), a semântica de um item lexical, tomado até mesmo isolado, interage com a cena ativada por ele, pois a constituição de significado de uma expressão requer um processo que ative a cena conceptual em que ela se insere.

Dessa forma, as palavras representam “categorias de experiências”, que aparecem a partir de um contexto de conhecimento e de experiências específicas. Assim, a Semântica de Frames pode ser concebida como um esforço para entender as motivações de um grupo de usuário de língua para elaborar determinada categoria representada pela palavra e explicar o significado da palavra demonstrando e estabelecendo suas razões.

Fillmore (1982) considera que as palavras e qualquer outra forma e categorias linguísticas indexam categorias semântico-cognitivas, essas, por sua vez, são reconhecidas como participantes de alguma estrutura de conhecimento maior, ou seja, cultural. Para Ferrari (2014), isso permite explicar por que a interpretação de um enunciado envolve sempre mais informações do que aquelas diretamente codificadas na forma linguística. O primeiro ponto necessário nessa perspectiva é a noção de frame, pois é nessa noção que as categorias semânticas ou cognitivas são indexadas às palavras ou outras formas linguísticas.

Segundo Fillmore (1982, p. 111), um frame é como “qualquer sistema de conceitos relacionados de tal forma que para entender um deles é necessário entender toda a estrutura na qual ele se encaixa”. Ferrari (2014, p. 50) destaca que o termo frame “designa um sistema estruturado de conhecimentos, armazenados na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência”. Assim, o significado das palavras é subordinado ao frame.

Por conseguinte, o conceito de frame é então postulado nos termos seguintes:

cada frame caracteriza uma pequena ‘cena’ ou ‘situação’ abstrata, de modo que, para entender a estrutura semântica do verbo, por exemplo, é necessário entender as propriedades da esquematização dessas cenas (FILLMORE, 1982, p. 30)

Com isso, essa noção de frame proporciona lidar com estruturas de conhecimentos implícitas (conhecimento do mundo) a partir das quais se operam processos semânticos de inferênciação. Segundo Fillmore (1985), a interpretação de um item lexical da língua depende, substancialmente, dos processos de inferênciação invocados por esse item lexical e por estruturas sintáticas instanciadas. Dessa forma, acessa-se o conhecimento de mundo para identificação do significado. Assim, sem recuperar o contexto conceptual (*background*) desse item não é possível estabelecer seu sentido.

Para exemplificar, utilizam-se os exemplos dados por Fillmore (1982) que apresentam os verbos Comprar, Vender, Pagar, Gastar, Custar e Cobrar. O autor afirma ser imprescindível acessar o frame de Evento Comercial para interpretá-los. Dessa forma, é esse frame que fornece a base motivadora dos processos representados nesses itens lexicais.

Por exemplo, “O professor comprou o livro”, “João vendeu o carro”, “O professor pagou R\$ 30,00 pelo livro”, “O livro custa R\$ 30,00” e “A livraria cobra R\$ 30,00”. Segundo Fillmore (1982), cada uma dessas sentenças exige o acesso ao frame Evento Comercial para serem interpretadas, mesmo cada uma delas destacando perspectivas particulares desse frame, isso é demonstrado pela seleção dos verbos. Esse contexto conceptual é fornecido pela estrutura dos frames, sendo os verbos selecionados instâncias desse frame.

Segundo Gawron (2008), frames são estruturas conceptuais que fornecem contextos para a interpretação de elementos. Explica-se, a partir dessa noção, como nosso entendimento pode ir além do que o texto está dizendo literalmente. Por exemplo, ao reativarmos o frame “restaurante”, mobilizamos um conjunto de ações, falas, rituais culturais, etc. associados a ele, podendo apresentar características variadas, mas o esquema não deixa de ser reconhecido: o restaurante, podendo ser regional ou internacional, podendo ter um funcionamento do tipo *self-service* ou de rodízio, pode ser dançante, pode ser típico, etc.

Visto a noção de frame, outro ponto essencial para entender a construção do significado nessa abordagem: a noção de perspectiva. Fillmore (1985) desenvolveu a noção de perspectiva em seu trabalho sobre a cena de transação comercial. Nessa cena, estão envolvidos dois indivíduos diferentes que atuam agentivamente: um dos indivíduos – o comprador – entrega o dinheiro para levar a mercadoria; o outro – o vendedor – recebe o dinheiro e entrega a mercadoria.

Dessa forma, segundo Fillmore (1985), a descrição completa desta cena deve identificar o comprador, o vendedor, o dinheiro e a mercadoria. Para Fillmore (1985), a escolha verbal determina a perspectiva estabelecida sobre a cena. O verbo Vender, por exemplo, põe em perspectiva o vendedor e a mercadoria (João vendeu o carro), enquanto em Comprar a mercadoria é colocada em perspectiva com o comprador (O professor comprou o livro). Já em Custar, a mercadoria é perspectivada com o dinheiro (O livro custa R\$ 30,00).

Para Fillmore (1985), cada um desses verbos designam uma perspectiva particular do evento. Assim, cada verbo escolhido pelo usuário da língua aponta para uma “rota” específica para interpretação de um determinado frame. Com isso, também o modo de relacionar os vários papéis semânticos para destacar certos aspectos do frame. Todavia, a cena básica do evento é mantida e serve de pano de fundo para compreender as “rotas” específicas escolhidas pelo usuário da língua.

Segundo Salomão (2009), frame envolve o conhecimento (cultural) de práticas sociais convencionais, isso torna possível conceptualizar e verbalizar (esse conhecimento) em sequências de ações planejadas detalhadas em frases. Assim, há a presença de diversos conhecimentos para as construções do significado, sendo esses conhecimentos estruturados em forma de frame, permitindo aos usuários de uma língua se entenderem e usarem as palavras cotidianamente.

Ferrari (2014) afirma que a noção de frame traz implicações ao entendimento de noções problemáticas como significado e conceito. Para a autora, a visão tradicional assume as palavras específicas como correspondentes a conceitos particulares, ou seja, essencialmente idênticos na mente do usuário da língua. Com isso, os conceitos são caracterizados em termos objetivos com base no estabelecimento de listas de traços semânticos. Todavia, essa noção desequilibra essa perspectiva, visto que descarta a visão de significado como entidade e, segundo a autora, trata-o como função.

Especificamente, em relação ao sentido de existência, Givón (2012) afirma que não percebemos as coisas em si mesmas, mas sim interpretamos a partir de um universo de *input* que é por si aleatórios. Assim, o universo tal como dado a nós e aparentemente ordenado deve ser o resultado da calibragem da nossa cognição-percepção.

Para Givón (2012), a existência configurada nas línguas humanas segue uma escala implicacional, ou seja, de aspectos mais genéricos, ‘concreto’, ‘temporal’ e ‘abstrato’ até a individualização. Para o autor,

na escala há 'existir no espaço', 'existir no tempo' e 'existir' respectivamente. A progressão acontece nessa escala em contínuo, onde um ponto não é possível sem o outro. Com isso, temos:

Existir no tempo > Existir no espaço > Existir

Nessa escala, Givón (2012) delinea as construções sintáticas que tratam apenas de identificação ou existência, como nos exemplos a seguir:

(1) **Há** um homem que é importante aqui. (EXISTENCIAL)

(2) **É** esse homem que é importante aqui. (IDENTIFICAÇÃO)

Em (1), a entidade 'homem' passa a existir no plano do discurso sem nenhum compromisso do locutor em individualizá-la para o interlocutor, essa inserção de entidade estabelece a função de fazer existir no plano discursivo sem compromisso ontológico. Já o (2), a própria expressão 'esse' já demonstra uma retomada da entidade presente no conhecimento partilhado dos envolvidos na interlocução, assim o compromisso é identificá-la frente a tantas outras já existente.

Considerando essa distinção entre existência e identificação, Givón (2012) apresenta a primeira dimensão para interpretação do universo, a dimensão temporal. Essa dimensão, para o autor, é codificada nas línguas pelos nos verbos. Os verbos mapeiam entidades que são menos concretas do que os nomes (ações, eventos, estados, processos), as quais tipicamente têm apenas existência no tempo. Já a dimensão espacial, mais concreta, é codificada nas *déixis* espaciais. Por fim, para o autor, os nomes, mais concretos, são caracterizados, logo individualizados, por serem indicadores de espaço aparentemente preenchidos.

Givón (2012) afirma que a ordenação das coisas no mundo é dada pelo tempo, e isso torna possível a individualização de entidades. Porém, essas entidades são pontos na escala temporal, sendo objetos da percepção, por si mesmos, não são unidades atômicas de fato. A calibragem perceptual do espaço que estabiliza a escala temporal, e é nessas ferramentas de interpretação – percepção-cognição – que as coisas passam a existir.

As considerações de Givón (2012) remetem para o pressuposto fundamental da Semântica de Frames: os significados são constituídos com base em experiências sensoriais-motoras no meio ambiente e compartilhados convencionalmente pelo grupo de usuário da língua, isso implica considerar que uma palavra ou uma sentença, na verdade, são pontos de acesso a um significado base, uma cena perceptiva-cognitiva, conceptual.

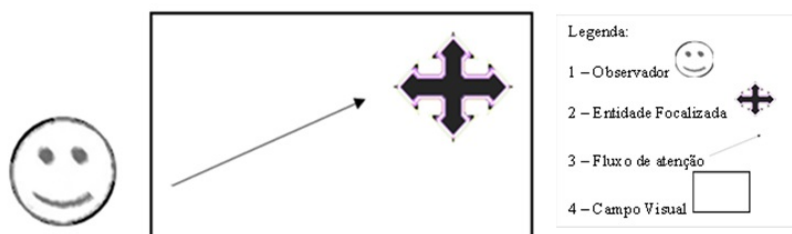
Fillmore (1982), todavia, afirma que o significado das palavras é caracterizado com base nas experiências, esquematizadas conforme o conhecimento do usuário da língua. Logo, essa esquematização em frames representa situações prototípicas da língua. Assim, um frame semântico, evocado por uma unidade lexical, conduz a uma representação de imagens e crenças, esses elementos podem variar de uma cultura para outra. Para Fillmore (1982), os elementos de frame apresentam-se como argumentos dentro de uma sentença e permitem acessar a relação entre as palavras ou elementos e um dado frame.

A Semântica de Frames lida com estruturas de conhecimento implícitas (conhecimento cultural do mundo) a partir das quais se operam processos semânticos de inferenciação. No caso das sentenças existenciais, a inferenciação recai sobre o sintagma nominal inserido no plano do discurso. Afinal, o Observador, na maioria das vezes, pressupõe que seu interlocutor compartilha do mesmo conhecimento

no momento do ato de enunciação. O padrão sintático Verbo>Sintagma Nominal>operador Locativo-Temporal é parcialmente estativo nessas sentenças, nota-se que não há uma elaboração sequencial para definir o objeto de discurso inserido, há a ação de fazer conhecer, compartilhar essa informação por meio da inserção do objeto de discurso.

Segundo Costa (2018), as sentenças existenciais acionam o frame da cena Estado de Existência. Ela inclui os seguintes elementos abstratizados: Observador, Campo Visual e Entidade Focalizada. O observador corresponde a um sujeito consciente, ou seja, alguém que já testemunhou direta ou indiretamente a cena ou evento; Campo Visual corresponde à totalidade do horizonte de consciência acessível ao Observador (incluindo o estado interno); Entidade Focalizada é inserida no plano discursivo, ou seja, existe na sequência de fala/escrita. Costa (2018) apresenta uma ilustração para representar esses elementos:

Figura 1 - Cena Estado de Existência



Fonte: Adaptado de Costa (2018, p. 69)

A Figura 1 traduz visualmente a cena Estado de Existência. Essa cena conceptual é um frame, nos termos de Fillmore (1982). Nesse frame, há a constatação da existência de algo no plano do discurso, não mantendo nenhum compromisso ontológico, se existe ou não na realidade. Dessa forma, não evidencia precisamente a fonte de conhecimento, tornando o observador a fonte principal da informação dada e codificada na sentença existencial.

Assim, aplicam-se essas noções na análise do sentido de existência em sentenças existenciais no português brasileiro. A alternância entre os verbos é licenciada pelo frame básico Estado de Existência, proveniente de conhecimentos experienciados na intersubjetividade. Na próxima seção, realiza-se a análise de uma amostra de dados escritos da língua, verificando as relações de sentido estabelecidas na sentença com o frame básico configurado pela gramática.

Análise de sentenças existenciais

Metodologicamente, o *corpus* deste trabalho foi constituído a partir de um conjunto de exemplários de frases depreendidas de textos escritos em jornais divulgados na internet. Verificou-se, nos últimos três meses, em páginas públicas de jornais brasileiros na rede social *Facebook*, frases com verbos Ter, Haver e Existir em notícias, propagandas, manchetes e comentários de seguidores dessas páginas.

Para a identificação de sentenças existenciais utilizam-se os critérios de Pezzati (1993), ou seja, presenças de verbos Ter, Haver, Existir; preposição do verbo, impessoalidade, sintagma nominal posposto ao verbo não sendo argumento interno nem externo e presença de expressão locativa ou temporal.

Dessa forma, parte-se da constatação que os verbos Ter, Haver e Existir são os mais frequentes nas sentenças existenciais, sendo que esses verbos servem para introduzir um novo elemento no plano discursivo (TRASK, 1995; PEZZATI, 1993; AVELAR, 2006a; VITÓRIO, 2008). A Semântica de Frames, como afirma Fillmore (1985), não desconsidera os elementos lexicais, afinal partem-se deles para a compreensão dos frames acessados por esses itens. A seguir, exemplos de sentenças existenciais:

- (3) **Há** vagas (propaganda)
- (4) **Tem** um jeito novo de fazer mudanças! (propaganda)
- (5) **Aqui há** o que você precisa...(propaganda)
- (6) **Há** 7 anos não falo com Faustão. (Manchete, 2017)
- (7) Entenda por que **há** tantas palavras do ano em 2016. (Manchete, 2017)

Nesses exemplos, o aspecto gramatical se configura nas seguintes formas: (i) os verbos em terceira pessoa do singular, encadeando a impessoalidade; (ii) o predicador não seleciona um argumento externo, ou seja, dispensa o Sujeito; (iii) há um Sintagma Nominal posposto ao verbo que na maioria dos casos, carece de especificidade; (iv) em muitos casos, um marcador locativo-temporal. Esses aspectos caracterizam uma sentença existencial (PEZZATI, 1993). Nos exemplos abaixo, verifica-se a alternância entre Ter e Haver:

- (8) **Há** vários jeitos de chegar na cidade! (comentário)
- (9) **Tem** vários jeitos de chegar na cidade! (comentário)

As ocorrências (8) e (9) ilustram a concorrência entre o verbo Haver e Ter que são objeto de embates entre a Gramática Normativa e pesquisas sociolinguísticas. Na verdade, isso demonstra que essas perspectivas ressaltam que o sentido de existência depende somente do léxico. Diferentemente, a Semântica de Frames defende o contínuo entre léxico e sintaxe, orientado pelo domínio conceptual, visto que é o frame que fornece a base motivadora dos processos que constitui o sentido nas palavras. A seguir exemplos depreendidas de textos escritos:

- (10) **Tem** tanta gente nesse lugar hoje. (notícia)
- (11) **Há** caminhos que me levam a você! (propaganda)
- (12) **Há** um golpe em curso no Brasil. (manchete)

Esses exemplos são *design* prototípicos de uma sentença existencial e que acessam a cena de Estado de Existência para serem interpretadas, embora cada uma delas destaque aspectos particulares desse frame em função da seleção do verbo. Nota-se que os verbos instanciados têm a função de inserir um objeto de discurso na sequência enunciativa, porém a expressão locativa ou temporal contribui na

configuração do sentido da sentença existencial. Isso demonstra que o sentido de existência acopla as noções de espaço e tempo.

(13) **Tem** funcionário sem salários no Rio, disse Pezão. (manchete)

Nota-se que (13) é uma fala reportada, ou seja, é resgatada a fala de outra pessoa que não seja o falante do enunciado, acionando a cena Estado de Existência. A expressão linguística “Pezão” (pelos conhecimentos compartilhados sabemos que é o governador do Estado do Rio de Janeiro) corresponde ao Observador, que também é a fonte da informação dada. Essa sentença existencial, instanciada com o verbo Haver, acessa aos elementos Entidade Focalizada pelo Observador, realizada pela expressão linguística “funcionários sem salários”. O Campo visual, ou seja, a noção espaço-temporal é acessada pela expressão linguística “no Rio”. Toda a interpretação que fazemos de (13) nos encaminha para o conhecimento dessa situação, sendo o Observador a fonte dessas informações.

Considera-se que a configuração da cena Estado de Existência esteja, como demonstrou Givón (2012), no estágio mais concreto, estático em relação a percepção do observador. Por conseguinte, o tempo (presente do indicativo), codificado no verbo, calibra a percepção para uma aparente estabilidade. O aspecto temporal é configurado no ‘agora’ do evento. A impessoalidade nesse frame não é uma estratégia discursiva de neutralização, mas um deslocamento para o ente evidenciado no plano discursivo, codificado no Sintagma Nominal. Com isso, o predicador não exige um sujeito na oração. Assim, nessa cena conceptual, frame, a percepção-cognição está voltada para o ente a ser apresentado. Decorre, assim, a colocação em proeminência da existência de algo no plano do discurso.

Ressalta-se que Semântica de Frames lida com estruturas de conhecimento implícitas (conhecimento do mundo) a partir das quais se operam processos semânticos de inferenciação. No caso das sentenças existenciais, a inferenciação recai sobre a Entidade Focalizada introduzida no plano do discurso. Afinal, o Observador pressupõe que seu interlocutor compartilha do mesmo conhecimento no momento do ato de enunciação. O padrão sintático Verbo>Sintagma Nominal>operador Locativo-Temporal é estativo nessas sentenças, percebe-se que não há uma elaboração sequencial para caracterizar o objeto inserido. Observam-se esses exemplos:

(14) Existe² **livros** na biblioteca! (notícia)

(15) Há **uma pressão da oposição** no Senado.

(16) Tem **uma cidadezinha** aqui perto! (comentário)

Nota-se que (14), (15) e (16) apresentam o mesmo sentido de existência, independente do verbo instanciado. A introdução da Entidade Focalizada no plano do discurso (que está em negrito) se dá na construção inteira, não só pelo verbo. O Observador/locutor compartilha o conhecimento sobre a Entidade Focalizada com o interlocutor. Assim, para a Semântica de Frame, o conhecimento de mundo é

² A Gramática Normativa insiste em prescreve que verbo Existir, no sentido existencial, deve concordar com o objeto direto, porém, conforme Castilho (2014), a concordância verbal é controlado pelo Sujeito da oração, sendo que nas sentenças existenciais o Sujeito é inexistente. Por isso, manteve-se o exemplo (14) na forma como foi verificado, sem a concordância.

imprescindível para a interpretação de enunciados e isso é um requisito exigido pelas sentenças existenciais.

Para Ferrari (2014), o frame é o que permite explicar por que a interpretação de um enunciado envolve sempre mais informações do que aquelas diretamente codificadas na forma linguística. Assim, as sentenças existenciais (14), (15) e (16) já abrigam o conhecimento compartilhado acionado pelos itens lexicais instanciados em cada sentença. Por exemplo, em (14), "**Existe** livros na biblioteca" o locutor e o interlocutor compartilham o conceito de *livros* e, também, de *biblioteca*, ao mesmo tempo há o compartilhamento de toda uma rede de ações que se realiza na biblioteca e comportamentos próprios nessa instituição.

Segundo Lyons (1977), o pilar básico para a condição de existência é o aspecto locativo ou temporal. Para esse autor, a existência está pautada no espaço e tempo. Givón (2012) também afirma que o 'existir' só seja possível 'no espaço' e 'no tempo'. Por consequente, as sentenças existenciais, na maioria dos casos, têm no seu *design* a marcação locativa-temporal. Como nos exemplos a seguir:

(17) Há dias **nessa estrada**. (comentário)

(18) **No estoque da loja** há produtos seminovos! (propaganda)

(19) Tem tanta coisa para resolver **nesse país**. (manchete)

Nota-se que as sentenças existenciais apresentam em comum um marcador locativo ou temporal no cerne do seu *design* gramatical. Vários autores afirmam que esse aspecto é uma marca que caracteriza essas sentenças (PEZZATI, 1993; CASTILHO, 2014). Todavia, em várias ocorrências, não aparece esse marcador locativo temporal. Nesses casos, aciona-se a Escala Implicacional de Givón (2012) para compreender a ausência dessa codificação. A saber: Existir no tempo > Existir no espaço > Existir.

As sentenças existenciais que dispensam o marcador locativo-temporal se localizam no polo mais abstrato dessa Escala Implicacional. Dessa forma, a Entidade Focalizada apresenta um grau de maior compartilhamento de conhecimento entre os interlocutores que não cabe marcar o Campo Visual da cena conceptual por ela ser identificada.

A Semântica de frame aponta para a descrição da cena conceptual que dá base ao enunciado, afinal é dela que decorre a interpretação das expressões linguísticas instanciadas no enunciado. Para Pinheiro (2010), o conceito de existência e posse correspondem a graus diferentes de abstração. O autor utiliza o construto teórico conhecido como esquema imagético, pois representa de forma abstrata ou esquemática padrões experienciais básicos, resultado das interações sensoriais-motoras diretas do ser humano com o seu meio ambiente.

Pinheiro (2010) demonstra que tanto o conceito de existência e posse estão submetidos a mesma experiência sensorial-motora, porém, com base na noção de esquema imagético, chega-se as premissas: **ter** alguma coisa é ser um espaço que contém essa coisa; **existir** é estar contido em um espaço. Dessas premissas, podemos observar que o conceito de existência é constituído pela noção de espacialidade, por consequente, as sentenças existenciais instanciam um marcador locativo-temporal na maioria das ocorrências. Exemplos:

(20) Há um jeito de se dá bem **na vida!** (manchete)

(21) Tem uma mulher **na beira da praia**. (comentário)

(22) Existe uma saída **nesse prédio**. (propaganda)

Observa-se que as expressões locativas de (20), (21) e (22) reproduzem o contorno locativo. Com isso, essas sentenças fazem referência a esse esquema que representa a experiência do Observador no meio ambiente. Assim, em paralelo, Fillmore (1982) afirma que a presença de diversos conhecimentos é responsável para a construção de um significado. Sendo esses conhecimentos estruturados em forma de frame que permitem aos falantes de uma língua se entenderem e usarem as palavras.

A partir da perspectiva da Linguística Cognitiva, e principalmente da Semântica de Frames, afirma-se que a sentença existencial é um construto conceptual. E, também, é independente do verbo utilizado nas sentenças que instanciam esse construto. Isso se afasta da perspectiva normativa e justifica as pesquisas sociolinguísticas, pois defendem que a seleção do verbo, de certa forma, não interfere no significado como todo, nesse caso existencial.

Ressalta-se que o sentido de um item lexical ou um padrão sintático pode ser submetido a uma descrição que considere os aspectos mais concretos da experiência humana mediada pela cognição. E esse sentido é constituído numa teia de sentidos baseados em experiências socioculturais do grupo de usuários da língua, isso pressiona o sistema linguístico.

Palavras Finais

Este trabalho verifica a constituição do sentido existencial a partir dos procedimentos da Semântica de Frames. Nessa perspectiva, o sentido resulta de um conjunto de conhecimentos de mundo estruturados na cognição e explanados nas expressões linguísticas, desde sua construção até sua interpretação. Com ponto de partida, consideramos as sentenças denominadas existenciais que ocorrem com verbos *Ter*, *Haver*, *Existir* em um *design* gramatical específico como: (i) verbo preposto ao Sintagma Nominal, (ii) verbo em terceira pessoa do singular, ou seja, impessoal, no presente do indicativo, (iii) expressão locativa-temporal.

Percebemos que o sentido de existência instanciado por sentenças com esses verbos envolve outras noções como a de espacialidade-temporalidade, a de compartilhamento de conhecimento sobre a Entidade Focalizada, sendo essas noções básicas para sua interpretação. Assim, independente do verbo selecionado (*Ter*, *Haver* ou *Existir*), o sentido existencial é mantido. Dessa forma, a escolha depende da perspectiva do falante no ato de enunciação, além de condições sociais como escolaridade.

Assim, a proposta da Gramática Normativa, que visa prescrever a forma verbal correta para as sentenças existenciais, afasta-se das pesquisas Sociolinguísticas que demonstram com dados que a seleção de verbos para essas construções atende vários fatores, principalmente o nível de escolaridade do usuário da língua. Entretanto, problematizamos que o significado existencial na língua é perfilado no padrão morfossintático, baseado nas noções básicas de espacialidade e compartilhamento de conhecimento sobre o referente.

Contudo, alinhamos com o princípio básico da Linguística Cognitiva da não separação restrita entre léxico e sintaxe, assim como a aceitação da relação entre palavra e mundo mediada pela cognição.

Por consequente, o significado deixa de ser um reflexo direto do mundo e passa a ser visto como uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado, visto que as palavras e as sentenças não contêm significados, mas orientam a construção do sentido.

Referências

- ALMEIDA, N. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- AVELAR, J. De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de haver no português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 49-74, 2006a.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- COSTA, Lucas A. *Construções existenciais no português brasileiro*. 2018. 125f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic structures*. The Hague, Netherlands: Mouton Publishers, 1957.
- FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. Ed. Contexto. São Paulo: 2014.
- FILLMORE, C. J. *The case for case*. In: Bach, E., Harms, R. T. (Eds.). *Universals in linguistic theory*. Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1968, p.1-88. 1968.
- _____. *Frame Semantics*. In. Linguistic Society of Korea (Ed.). *Linguistics in the Morning Call*. Seoul: Hánshin, 1982.
- _____. *Frames and the semantics of understanding*. In *Quaderni di Semantica*, v. 6, 1985, p. 222 - 254.
- FILLMORE, C. J. & ATKINS, B. T. S. *Toward a frame-based lexicon: the semantics of RISK and its neighbors*. In. LEHRER, A. & KITTAY, E. F (eds.). *Frames, Fields, and Contrasts: new essays in Semantic and Lexical organization*. Lawrence Erlbaum Association, 1992, 75 – 102.
- GAWRON, J. M. *Frame Semantics*. San Diego, CA: San Diego State University. Disponível em: <<http://www.cs.rochester.edu/u/james/Papers/029-FrameSemantics-Gawronfinal.pdf>>. Acesso em: 24 out 2018.
- GIVÓN, Talmy. *A Compreensão da gramática*. Ed. Cortez e Ed. UFRN, 2012.
- GUREVICH, O. I. *Constructional Morphology*. The Georgian Version. 257 f. Thesis (Ph.D), University Of California, Berkeley, 2006.
- LYONS, J. *Semântica I*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1977.
- LEITE, Y.; CALLOU, D. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- PEZATTI, E.G. A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. *ALFA: Revista de Linguística*. v. 15 p. 13-25, 1993.
- PETRUCK, M. R. L. *Frame Semantics*. In. Jef Verschuerem et. al (Eds.). *Handbook of Pragmatics*. Philadelphia: John Benjamins, 1996.
- PINHEIRO, Diogo. *O papel da metáfora na relação entre sentenças possessivas e existenciais*. Anais do IX Encontro do CELSUL, Palhoça, SC. 2010.
- OLIVEIRA, Carolina Sartori de. A variação entre ter e haver em construções existenciais na fala e na escrita da variação rio-pretense: uma análise dos grupos de fatores relevantes. São Paulo: *Revista Estudos Linguísticos*. v. 43 (1), p. 515-528, 2014.
- SACCONI, L. *Nossa gramática: teoria e prática*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- SALOMÃO, M. M. M.. Tudo certo como dois e dois são cinco. In.: MIRANDA, N. S. & SALOMÃO, M. M. M. *Construções do Português do Brasil: da Gramática ao Discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 33 – 74, 2009.
- TAMBA, Irène. *A Semântica*. Ed. Parábola. 2012.
- TRASK, Larry. *Línguas genderless Basca*. Publicação eletrônica, Linguist List. 1995.
- VITORIO, E. *Ter/haver existenciais na escrita de alunos dos ensinos fundamental e médio da cidade de Maceió/AL*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2008.

Artigo recebido em 04/08/2018
e aprovado em 01/12/2018.

O silêncio como estratégia para o diálogo em "Silence" da obra *Vastafala*, de Antonio Barreto

Silence as a strategy for dialogue in "Silence" of the work *Vastafala*, by Antonio Barreto

Guaraciaba Micheletti¹
Janusa Guimarães Gomez²

Resumo: Este artigo versará sobre os resultados obtidos por meio da análise do poema "Silence", parte integrante do livro *Vastafala*, de Antonio Barreto. Investigamos, nesse texto literário, os recursos utilizados pelo sujeito poético cujo objetivo é promover o diálogo evocando a necessidade intrínseca do ser humano que é expressar-se e comunicar-se. Numa aparente ação paradoxal, ele coloca condições para emergência do diálogo. O enunciador de "Silence" espera estabelecer um contato com seu interlocutor por meio de "conversaremos", explorando várias possibilidades do léxico. A fundamentação teórica que norteou esta análise e interpretação foram os estudos de Martins (2012) que tratam da Estilística e apontam quais estratos devem ser verificados nesse tipo de estudo: o som, a palavra, a sintaxe, os desdobramentos dessas três camadas e aspectos enunciativos; as referências bibliográficas se expandem para Orlandi (2015), que aborda as questões da significação do silêncio, Garcia (2011) cujo propósito seja a comunicação em prosa atentando para "moderna" sobre a estrutura sintática e a feição estilística da frase e Bechara (2009), cujos estudos focalizam a gramática normativa.

Palavras-chave: Poema; *Vastafala*; Estilística; Silêncio; Diálogo.

Abstract: This article will focus on the results obtained by analyzing the poem "Silence", an integral part of the book *Vastafala*, by Antonio Barreto. We investigate, in this literary text, the resources used by the poetic subject whose goal is to promote dialogue by evoking the intrinsic need of the human being to express and communicate. In an apparent paradoxical action, it poses conditions for the emergence of dialogue. The enunciator of "Silence" hopes to establish contact with his interlocutor by means of "we'll talk", exploring several possibilities of the lexicon. The basic theoretical basis for this analysis and interpretation was the Martins (2012) which deals with stylistics and indicates which strata should be verified in this type of study: sound, word, syntax, unfolding of these three layers and enunciative aspects; the bibliographic references expand to Orlandi (2015), which addresses the issues of the significance of silence; Garcia (2011), whose purpose is to communicate in prose considering "modern" about the syntactic structure and the stylistic feature of the phrase and Bechara (2009), whose studies focus on normative grammar.

Keywords: Poem; "Vastafala"; Stylistics; Silence; Dialogue

1 Dra. em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo – USP. Coordenadora e orientadora do programa de pós-graduação Mestrado em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL. Professora aposentada da USP. E-mail: guatti@uol.com.br

2 Mestranda em Linguística, vinculada à linha de pesquisa Estilística gramática e estilo, da Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL, orientanda da professora Dra. Guaraciaba Micheletti. E-mail: janggomez@gmail.com

Considerações iniciais

Antonio Barreto lançou em 1988 seu segundo livro, *Vastafala*, dez anos após o primeiro, *O sono provisório*. Nascido em Passos, interior de Minas, aos quatorze anos migrou para Belo Horizonte com a intenção de tornar-se jogador de futebol. Embora tenha logrado bons resultados como esportista, suas "composições", como eram chamadas as redações naquele tempo, ficaram conhecidas entre colegas e professores, e a vocação para a escrita literária ganhava força a cada poema que era publicado no jornal da escola; de forma despreziosa nascia um poeta.

Iniciou os cursos de História e Letras, pois entendia que os conhecimentos provenientes desses estudos o ajudariam na saga de escritor, mas, em suas palavras, "por artes da sobrevivência"³ tornou-se projetista de construção civil e, por meio desta formação, no início da década de 80, trabalhou abrindo estradas, construindo pontes e edifícios no Iraque, cenário recorrente em algumas de suas produções literárias.

Seu trabalho como escritor não termina em *Vastafala*, Barreto publicou diversas obras em diferentes gêneros literários como poemas⁴, literatura infantil⁵ e romance⁶, tornando-se um escritor eclético⁷. Como poeta, recebeu diversos primeiros lugares em Concurso Literários⁸, incluindo *Vastafala* que levou, entre outros, o Prêmio Bienal Nestlé de Literatura Brasileira em 1988.

Alguns poemas de *Vastafala*, entre eles, "Silence", foco desta análise, constituem o *corpus* do projeto de Mestrado desta pesquisadora, e está inserido na Linha de Pesquisa: Estudos estilísticos: discurso, gramática e estilo que tem buscado novas formas de análise e interpretação por meio do que se denomina "Estilística discursivo-textual".

A fundamentação teórica básica principia pelos estudos de Martins (2012) que trata dos estudos Estilísticos e aponta quais estratos devem ser verificados nesse tipo de estudo: o som, a palavra, a sintaxe, os desdobramentos dessas três camadas e aspectos enunciativos.

3 Breve biografia escrita em primeira pessoa, na página de divulgação do livro *Vagalovnis*, no site da editora Autêntica. Disponível em: <https://grupoautentica.com.br/autentica-infantil-e-juvenil/autor/antonio-barreto/794>. Acesso em 23/02/2018.

4 Alguns: "Orquestra bichofônica", 2013, "Isca de pássaro é peixe na gaiola", 2013.

5 Podemos citar: Lua no Varal editora Miguilim e Vagalovnis, 2011.

6 Como: "A guerra dos parafusos", 2017 "O homem que sabia javanês" releitura do homônimo de Lima Barreto. Atual editora, 1922.

7 Barreto também enveredou na literatura infanto-juvenil com "O livro das simpatias". Editora Boabá, 2014, Contos como "O centro" da coleção "BH a cidade de cada um", editora conceito editorial, 2014, e Crônicas como "O papagaio de Van Gogh", 2013

8 Prêmio (P) (Câmara Brasileira do Livro), Bolsa Vitae de Literatura, P. Remington, Bienal Nestlé de Literatura, P. Minas de Cultura, P. Nacional de Contos do Paraná, P. "Guimarães Rosa" de romance, P. "Emílio Moura" de poesia, P. "Cidade de Belo Horizonte" - poesia e contos, P. "João-de-Barro" de literatura infantil e juvenil, P. "Carlos Drummond de Andrade" e "Manuel Bandeira" de poesia, UBE (SP, PE, RJ); Prêmio "Henriqueta Lisboa", P. "Petrobrás" de Literatura, P. Nacional de Literatura/UFMG, P. Bienal do Livro de BH, P. Bienal Internacional do Livro de SP, P. de "Leitura Altamente Recomendável" para crianças e jovens/FNLIJ-RJ, P. "Tereza Martin" de Literatura, P. Internacional da Paz/Poesia (ONU), P. "Ezra Jack Keats" da Unesco/Unicef (EUA), P./ Obras/Catálogo do IBBY (Unesco) e P./Obras/Catálogos Bienais Internacionais do Livro de Bratislava, Barcelona, Bolonha, Frankfurt e Cidade do México.

Introdução

Sempre que o leitor procede à leitura de um texto, busca algum tipo de elo para que o processo flua, para além da compreensão advinda de um primeiro contato com o texto. Essa busca o faz ir além, buscando o sentido que se oculta entre palavras, figuras de linguagem e elementos sonoros.

O silêncio é o tema central do poema "Silence" e, embora essa palavra apareça apenas no título, sua significação envolve todo o movimento que se apresenta na tessitura do poema.

Em "Silence", que faz parte de um grupo de poemas a que o autor denominou "Garganta didática", em seu livro *Vastafala*, nos deparamos com uma necessidade de expressão e comunicação. Esse expressar e comunicar-se se faz pela fala e pelo silêncio. Essas ações não se fazem apenas pela palavra (ou por gestos), mas também, como afirma Orlandi, pelo "o silêncio (que) é a matéria significante por excelência" (2015, p. 29).

O sujeito poético de "Silence" trata dessa necessidade intrínseca do homem que sempre dialoga, fala, discursa focado em um ouvinte, e até consigo mesmo. Sua pretensão é atingir o outro, representado em alguns versos de seu discurso, pela segunda pessoa do singular, mas quase sempre associado a esse sujeito poético pelo uso da primeira pessoa do plural. Percebe-se, desde o início da leitura, uma espécie de jogo entre o silêncio e a fala.

O título do poema escrito em outro idioma (que tanto pode ser inglês como francês), não prejudica o entendimento do significado da palavra. Por ser um cognato, logo compreendemos que "Silence" refere-se a Silêncio que pode ser entendido como ausência de som, quietude. Entretanto a própria existência do poema estabelece uma dualidade.

Em aparente contradição, há, em "Silence", o excesso de fala, uma vez que o eu lírico discorre sobre um tempo e circunstâncias para que haja uma conversa. Esse tempo fica demarcado pelos versos que constituem uma explanação minuciosa das condições favoráveis a um diálogo, ou seja, não há verdadeiramente um silêncio. "Silence" como título em contraste com o desenvolvimento do poema soa paradoxal, uma vez que se apresentam reiteradamente as condições para a erupção de um diálogo e, nos versos finais das estrofes um e três, tem-se a afirmação: "conversaremos".

Como já foi mencionado, a única aparição da palavra silêncio consta no título (silence), o que conduz a algumas indagações: a que silêncio o sujeito poético se refere? Ou, por qual razão ele pede que se faça silêncio? Ou, ainda, a suposição de que haverá silêncio até que algumas exigências sejam satisfeitas. Assim, pode-se inferir que o eu lírico não pede silêncio, na verdade, anseia quebrá-lo, pois ele é quem determina um tempo/situação favorável para que haja diálogo.

Observando a apresentação dos versos, é possível notar o recuo constante de um espaço, correspondente a uma letra, a cada novo verso do poema, sugerindo afastamento ou avanço, progressão; verificamos esse efeito principalmente nas estrofes um e dois, que se apresentam muito semelhantes, com sete e oito versos, nessa ordem.

Diferente do que acontece com as duas últimas que são curtas, com três e quatro versos, respectivamente, e se apresentam não mais como um elenco de condições, mas, na qualidade de conclusão, uma espécie de retomada e fecho do que foi expresso nas duas primeiras estrofes, com o mesmo recuo sutil nos versos subsequentes ao primeiro de cada estrofe. Consideramos, ainda, que os

versos dessas duas estrofes são menores, não há mais expansão, mas uma síntese, que ao final é o silêncio.

Observemos mais de perto o poema:

Silence

Quando disparar no peito o ritmo dos séculos
Quando pernoitar nos olhos um galo e sua aurora
Quando todavia nos faltarem copos e garrafas
Quando despertarem as pedras que escondemos nas mãos
Quando o estado em mim, das coisas e dos ritos
em ti, bovinamente, em geral ficarem,
conversaremos.

Quando o sangue reservar o corpo todo
Quando a ferrugem das veias exigir mais tempo
e o rio de nós engordar o coração e o chão
de todas as coisas não for pisado novamente
Quando o ócio dos nocautes vier em chuva e enxurrada
e a própria chuva rir e dividir o nosso nada
Quando fizermos epígrafes para os tontos
e conspirarmos contra a respiração dos muros

E em ti faltar o fôlego das nuvens
e das águas,
conversaremos.

Sobre tudo isso erigiremos estátuas,
Submersos e amigos
e talvez
cabisbaixos.

"Silence" é dedicado a Sérgio e Suzana Nunes de Moraes⁹ e, embora haja pouca informação sobre eles, além da nota ao final do livro. A dedicatória é representada ao lado do título de forma inusual, apenas por um número que identificará os destinatários somente no final do livro, numa espécie de anexo, sob o título singular, "Créditos e/ ou averiguações intertextuais do subconsciente coletivo & um final infame". Não nos deteremos na questão da dedicatória, ainda que apresentada de modo original, pelo foco do artigo serem os recursos linguísticos existentes nos versos do poema.

9 "Para Sérgio e Suzana Nunes de Moraes, a forma e a cor, o poema e seu necessário silêncio estapafúrdio." (BARRETO, A. *Vastafala*. São Paulo. Scipione. 1988. p. 123)

De início, a atenção do leitor é atraída por dois aspectos: um, visual, a distribuição das estrofes e dos versos na página; outro, o paralelismo que salta, também, aos olhos. E é nesse último que nos deteremos no decorrer da análise.

As duas primeiras estrofes apresentam paralelismo construído basicamente pelo advérbio "quando", que se refere tanto a um tempo como também a uma condição. Nesse caso a condição estabelece um momento em que o eu lírico abandonará o silêncio e abrirá o canal para o diálogo.

Há, portanto, implicado na palavra "Silence", uma indicação de mudez, mas no desenvolver do poema, os elementos que podem possibilitar um diálogo se multiplicam na intenção deixar claras todas as condições favoráveis para sua erupção. Por isso, a palavra "quando", recorrente em nove dos quinze versos das duas primeiras estrofes e subentendida nos demais pelo uso do conectivo "e", está atrelada não somente ao tempo, mas a uma condição.

O eu poeta condiciona a quebra do silêncio a algumas situações. Essa insistência ou ênfase fica marcada pela repetição, pelo paralelismo na primeira e na segunda estrofes. O paralelismo sintático evidencia o conteúdo do enunciado e aponta para as instâncias significativas do sentido poético. Segundo Micheletti, "[...] a repetição em geral é apontada como intensificadora de determinado traço criando expectativa e tensão. Mais que expectativa e tensão ela gera o próprio significado" (MICHELETTI, 1997 p.158).

Nesse paralelismo que se estrutura, basicamente, a partir do conectivo "quando" seguido por um verbo no infinitivo, verifica-se que a construção se esteia no futuro do subjuntivo, o que lança para além a possibilidade do diálogo, construindo o sentido de uma condição a ser observada.

Pelos sons que constituem o conectivo "quando", nota-se que, além de marcar um ritmo constante, semelhante a um coração que pulsa, também sugere um movimento, de abertura e fechamento, reverberando um eco interno. Ao desmembrarmos a palavra, verificamos na sílaba inicial /kuã/ uma certa abertura e prolongamento e, na final /-du/, um corte mais brusco, um fechamento. Ou seja, som de abertura da palavra, evocada pela surda /k/ sugere uma batida mais forte, o fonema da nasal /ã/, prolonga esse som que é seguido por uma oclusiva /d/, combinada à vogal /o/, cujo som indica, segundo Martins, a ideia de fechamento (2012, p.52). Não nos deteremos nos aspectos sonoros, mas há, nitidamente, um ritmo ascendente nos versos da primeira estrofe que se altera no verso final, "conversaremos".

Há, nesse último verso, a indicação de que o silêncio será rompido, mas nada fica assegurado, pois o enunciador projeta algo em um tempo no futuro, mas não há como sustentar que esses eventos realmente acontecerão. Há, no advérbio, a incerteza quanto ao tempo, uma vez que está condicionado a algumas circunstâncias que podem ou não serem satisfeitas.

Como já assinalamos, a expressão formada por "quando" mais o verbo ("quando disparar", "quando pernoitar", "quando [...] faltarem", "quando despertarem", "quando [...] ficarem", "quando [...] reservar", "quando [...] exigir", "quando [...] vier", "quando fizermos") constituem o que a Gramática caracteriza como futuro do subjuntivo, que indica uma ação que se configura como expectativa; Bechara afirma que o subjuntivo é utilizado "para exprimir hipótese, e não uma realidade" (2009, p.238), portanto trata-se de uma possibilidade de acontecer ou não.

Assim, optamos por centrar nosso olhar e interpretação nos versos que contemplam as condições apresentadas pelo eu lírico e demais desdobramentos que surgem a partir delas. Destacaremos cada uma das circunstâncias que o enunciador elenca para que possa quebrar o silêncio.

1ª. Circunstância: "Quando disparar no peito o ritmo dos séculos".

A ideia que advém do verbo disparar é a de começar, como em uma corrida, em que o árbitro dá o tiro de início da competição. Nesse verso, o enunciador se refere ao disparo do ritmo dos séculos. Ritmo diz respeito à constância, compasso, regularidade. Esse verbo evoca a natureza dessa velocidade que se dá em um determinado instante, algo/ alguém que sai do estado de descanso ou lentidão para a ação veloz.

O sujeito poético determina um lugar para "o ritmo do século" disparar, o peito, metonímia que representa o corpo, a pessoa, o ser humano. Em geral, pelo senso comum, a referência a "peito", trata de força e coragem. No peito está um coração que pulsa e cuja vitalidade se verifica no ritmo dos batimentos, conforme já mencionamos. O coração movimenta-se em batidas regulares, mas o sujeito poético espera que ele "dispare", que seja propelido à sequência harmônica dos séculos, que haja uma mudança de ritmo, pois o "disparo" está atrelado a uma aceleração, ao aumento da velocidade.

Como já assinalamos, o ritmo está ligado a compasso, movimento que ocorre com constância, alternâncias regulares, sem ruptura. Em se tratando dos séculos, é possível inferir que o tempo, ou seu decurso segue ininterruptamente, e que o sujeito poético pretende que esse tempo venha em um ritmo acelerado.

Nesse primeiro verso, o sujeito poético lança luz sobre a questão do tempo e da velocidade. Ele estabelece não apenas um momento para alcançar velocidade, mas foca um nível de ação. Nele, que traz uma condição, o tempo é apontado como um condutor de fatos, pois "o ritmo dos séculos", é o sujeito da ação. E, nessa condição estabelecida, o sujeito poético não focaliza o fim, mas o começo. Em "disparar" encontramos dois dos significados da palavra: o início de algo como também um ritmo acelerado, ambos contemplados no poema.

2ª. Circunstância: "Quando pernoitar nos olhos um galo e sua aurora".

Tem-se, nesse segundo verso, o início de um paralelismo que estruturará as duas primeiras estrofes. Novamente a presença do verbo no futuro do subjuntivo, mais o corpo metonimicamente representado pelos "olhos". Nesse verso o eu lírico espera que haja "nos olhos um galo e sua aurora" o que, juntamente com os demais elementos do verso, sugere a recorrência de algo que marca a passagem do tempo.

Considerando que "galo" seja o sujeito da oração, nossa atenção se volta para a postura desse ser, o que se espera dele. Nesse caso, o foco da ação está no pernoitar, permanecer "nos olhos". Há uma combinação de sensações auditivas e visuais na junção desses dois versos iniciais: "ritmo dos séculos" dispara e o "galo" canta anunciando o alvorecer, o nascer do sol, indicando que a noite se foi e um novo dia começa. Destacamos que o "peito" e os "olhos" são do enunciador que, no verso seguinte, se apresenta na forma verbal de "escondemos".

3ª. Circunstância: "Quando todavia nos faltarem copos e garrafas".

Nesse verso, o destaque não está mais no processo, mas no agente, ou melhor, nos agentes: o Eu lírico mais o Tu, alguém com quem ele busca dialogar. A presença da conjunção "todavia" marca a adversidade em relação aos sentidos dos versos anteriores. No poema, não se elucida a presença desses "copos e garrafas", há vazios interpretativos que devem ser preenchidos pelo leitor na sua relação com o texto. Entretanto, fica marcada a presença de um eu e um tu, no pronome "nos".

O enunciador enfatiza o tempo ou a condição, por isso, o destaque para "todavia" se insere no fato de que, à primeira vista, parece tratar-se de uma conjunção adversativa, porém, Bechara indica outra possibilidade para o conectivo, assinalando uma relação semântica com o que foi dito,

Levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações interacionais ou intertextuais. É o caso de [...], *todavia*. (BECHARA, E. 2009, p. 270)

A partir da explicação de Bechara, podemos pensar em "todavia" como sinônimo de "também", lembrando que nenhuma palavra equivale exatamente a outra e cada escolha representa uma necessidade expressiva. Sem buscar parafrasear o que afirma o enunciador, salientamos que é mais um elemento que constitui um cenário e o decorrer do tempo.

É possível interpretar essa falta "de copos e garrafas" como algo que se tenha esgotado para atingir o modo de ser ou estar em que deverão encontrar-se os participantes do possível diálogo, como descrito no sexto verso.

Não há espaço para o improviso, o enunciador vislumbra um cenário em que o diálogo necessita não apenas do momento certo, mas também de elementos que supram algumas necessidades físicas, assim como é mister ao homem comunicar, é também de se alimentar.

4ª. Circunstância: "Quando despertarem as pedras que escondemos nas mãos".

Em geral, atribui-se às mãos as ações do fazer. No verso em questão, as pedras dormem, escondidas, numa postura silenciosa, inertes, "nas mãos". As pedras estão personificadas, pois dormem, estão quietas. É interessante ponderar que há algo escondido e que, pela construção de tom assertivo, sugere-se uma consciência do enunciador sobre as pedras e seus propósitos. É possível que esteja, nesse verso, uma antecipação do que se pretende: "erigiremos estátuas".

5ª. Circunstância: "Quando o estado em mim, das coisas e dos ritos
em ti, bovinamente, em geral ficarem",

Nesses dois versos, o enunciador que já mencionara o outro nos versos anteriores ("nos" e "escondemos") busca transferir para seu (sua) possível interlocutor(a) aquilo que está nele, "coisas", "ritos", "bovinamente". Nota-se o desdobrar-se em "mim" e "ti". Trata-se, inclusive, de um estado que se pretende permanente, expresso no verbo "ficarem". Há uma certa dose de aceitação na medida em que o advérbio remete à resignação, à paciência.

Só então, quando "as coisas... ficarem" o enunciador conclui que será possível: "conversaremos". Ou seja, somente depois de satisfeitas essas exigências, o silêncio será rompido e eles poderão trocar palavras.

Após elencar todas essas condições, tem-se uma pausa, representada pela mudança de estrofe, entretanto o diálogo, ainda não será possível, uma vez que as condições continuam a serem registradas. Interessa notar que, nas condições apresentadas, permanece uma descrição a partir da metonímia. Antes, "peito", "olhos", "mãos"; agora, "sangue", "veias", "coração" e a própria "respiração".

Como o diálogo, a quebra do silêncio, não aconteceu, segue-se então a voz do sujeito poético que retoma as palavras, colocando condições, outras circunstâncias, para calar o silêncio.

Acompanhando a segunda estrofe:

6ª. Circunstância "Quando o sangue reservar o corpo todo"

Nesse ponto do poema, o enunciador traz o sangue, elemento que flui pelo corpo todo. Considerando que o sangue denota vida, vigor, o eu sujeito espera que ele permeie todo o sistema. É preciso que haja a participação de todo o ser, o sangue reserva não apenas partes, mas a totalidade. A vitalidade vinda do sangue deve estar em todos os sentidos do homem, órgãos, músculos e assim por diante.

A acepção de "reservar" pode estar ligada a estocar para distribuir, esse entendimento se esclarece ao lermos os versos seguintes:

7ª. Circunstância:

"Quando a ferrugem das veias exigir mais tempo
e o rio de nós engordar o coração e o chão
de todas as coisas não for pisado novamente"

Registramos como 7ª. circunstância, baseados tão somente no início dos versos, mas é preciso notar que dela (circunstância) decorrem duas outras associadas pelo conectivo "e", aspecto já mencionado, constituindo uma espécie de desdobramento e expansão.

A "ferrugem das veias" sugere a passagem de um tempo que trouxe desgaste ao ser, mas que pode ser, regenerado pelo "sangue" mencionado no primeiro verso da estrofe, ainda que possa "exigir mais tempo". Como em todo o poema, há o predomínio de uma linguagem figurada que necessita de um leitor mais atento e perspicaz. Juntamente com a metonímia, já destacada por nós, a metáfora ocupa um papel de destaque na composição: há "veias enferrujadas", mas existe, também, um "rio de nós" que responde pela circulação, pela palavra capaz de romper o silêncio.

O "rio de nós" figura o sangue que percorre as veias (os canais), o rio que o enunciador associa a "nós". O (a) interlocutor(a) com quem o eu trocou "coisas e ritos" continua junto e, mais fortemente, na medida em que é o sangue que os une.

A ideia de movimento e vitalidade é recorrente neste poema, o rio é água em movimento. Considerando que este rio é o sangue que corre nas veias, ele conduz à vida, de modo especial "em nós", sujeito e seu (sua) interlocutor(a).

Esse rio vai "engordar" o coração e o chão. O verbo "engordar" denota a ação que visa a alimentação, nutrição de modo pleno. O sangue tem a atribuição de sustentar e "engordar", e o sujeito poético indica, nesse verso, quais entes serão beneficiados: "coração e o chão"

É possível atribuir ao coração, as emoções e ao chão, a realidade, algo que está do lado de fora, sugerindo que o eu lírico deseja estar, fortalecido, não apenas interiormente, com as emoções, mas

também na esfera da vida externa. Trata-se de uma referência à totalidade, "(...) e o chão / de todas as coisas não for pisado novamente".

8ª. Circunstância: "Quando o ócio dos nocautes vier em chuva e enxurrada
e a própria chuva rir e dividir o nosso nada"

Como no bloco anterior, essa circunstância se amplia. É de se notar não apenas esse desdobramento. Na primeira estrofe, cada circunstância, quase todas, se limitavam a um único verso; na segunda, são precisos dois ou três. Ocorre, assim, uma espécie de amplificação. Essa amplificação, marcada pela presença do conectivo "e", traz acréscimos; de certo modo, multiplicando as condições que continuam a ser registradas.

A expressão "ócio dos nocautes" revela uma impossibilidade de ação, na medida em que o primeiro elemento marca um não fazer diante de uma incisiva derrota. Há uma intensificação que emerge da expressão "vier em chuva e enxurrada", ou seja, a possibilidade de permanência é praticamente nula, conforme o verso "e a própria chuva rir e dividir o nosso nada".

A análise e interpretação tem-se detido, basicamente, em questões semânticas, mas cabe voltar a um aspecto do poema que corrobora, pela sugestão sonora, as observações anteriores. Nota-se um alongamento "em chuva e enxurrada" que converge na rima "nada", presente num verso marcado pela estridência do fonema vocálico /i/.

Em seguida, pela prosopopeia, a chuva volta, desta vez com ações humanas, "rir e dividir o nosso nada". As palavras do eu lírico acusam a enxurrada de ter levado coisas, como em uma enchente que faz submergir o que está em seu caminho. "O ócio dos nocautes" carregará, com a chuva e a enxurrada, "o nada" que pertence ao enunciador e a seu (sua) interlocutor(a). Em "dividir o nosso nada", ainda que "nada" possa significar coisa nenhuma, se constata que eles compartilham algo que parece uni-los.

Segue-se a isso a última circunstância apontada pelo sujeito poético que, a essa altura, já não demonstra uma imposição como em versos anteriores, mas percepção do que está por vir, como um evento do qual não pode esquivar-se.

9ª. Circunstância

"Quando fizermos epígrafes para os tontos
e conspirarmos contra a respiração dos muros"

Os dois versos que constituem essa condição estão ligados pela conjunção coordenada aditiva "e", aparentemente os fatos neles mencionados não têm relação, mas, além do elo promovido pela conjunção, as ideias se completam.

As epígrafes são textos colocados em destaque, geralmente na abertura de livros e/ou capítulos. No poema a palavra adquire um sentido de dedicatórias a serem feitas "para os tontos". Ao fazê-las aos tontos, o enunciador parece referir-se a uma expressão inútil, porque a palavra "tontos" remete a seres simplórios que, possivelmente, não poderiam compreender o alcance de suas conjecturas. No segundo verso, quando o sujeito poético especula "conspirar", podemos deduzir que esses "muros", figuram seres ou situações que deverão ser neutralizadas.

As duas próximas estrofes não se apresentam mais com o conectivo "quando", mas a terceira se inicia pela conjunção "e", remetendo à condição expressa na estrofe anterior. Assim, corresponde a um

acréscimo às condições anteriores, numa forma progressiva: "respiração dos muros", com a dureza e impenetrabilidade que os caracteriza, e "fôlego das nuvens / e das águas", elementos que se desfazem e se esvaem, num juntar de elementos aparentemente contrários.

"E em ti faltar o fôlego das nuvens
e das águas,
conversaremos".

Nesses versos, o sujeito poético se dirige a seu (sua) interlocutor(a), como já o fizera no penúltimo verso da primeira estrofe, atribuindo-lhe um estado que se fará necessário para a quebra do silêncio. Fica uma sugestão de que, quando a resistência for rompida, "conversaremos", o diálogo far-se-á possível.

Ao juntarmos o exposto em ambos os versos, percebemos que eles apontam para o mesmo sentido, ou seja, o sujeito poético espera que o outro desarme-se "bovinamente" e deixe de resistir. Para ele, somente com esse estado de espírito as condições de um diálogo serão favoráveis.

O enunciador completa a terceira estrofe com "conversaremos". Nesse ponto, é importante notar que apenas dois verbos ("conversaremos" e "erigiremos") encontram-se em orações principais, todos os demais estão em orações adverbiais marcando circunstâncias. A oração principal é aquela que, no discurso, traz a ideia central do pensamento que está expresso. Na estrofe seguinte, encontra-se a forma "erigiremos"

"Sobre tudo isso erigiremos estátuas,
submersos e amigos
e talvez
cabisbaixos".

Estátuas são construídas para marcar momentos na história, homenagear pessoas. Elas contam às gerações e comunidades que vão surgindo os momentos da vida de um povo, suas histórias, tradições, feitos, enfim. Em "erigiremos estátuas" figura-se a possibilidade, por fim, do diálogo e da ruptura com o silêncio. Ainda que o verbo se apresente no presente do indicativo, um modo assertivo, o que indica a possibilidade reside na construção das estrofes anteriores, cunhadas em circunstâncias.

Considerações finais

Em nossos apontamentos sobre "Silence", acentuamos os aspectos lexicais, ainda que notássemos aspectos rítmicos que também poderiam ser explorados pela análise. É um poema que se vale de uma linguagem figurada, basicamente metonímias e metáforas que constroem relação entre fala (som) e silêncio. Há, como registramos ao longo da análise, uma enumeração de várias circunstâncias que se apresentam numa estrutura paralelística que enfatiza uma busca empreendida pelo sujeito poético.

O silêncio é o ponto de partida para uma reflexão sobre o diálogo, todo o discurso está voltado para essa reflexão sobre a condição humana. Ou se fala, ou se cala; ou o som ou o silêncio, ainda que este provoque rumores no interior de cada ser, como no enunciador de "Silence".

Na introdução fizemos referência ao contexto desse poema que se encontra no conjunto a que denominou "Garganta didática" que, por sua vez, está em "Revelações do Abismo", parte que compõem *Vastafala*. Fala e silêncio são dois estados ou circunstâncias permanentes, tratados em "Silence" por uma voz ("garganta") que se pretende didática.

As pseudo revelações nascem de um processo de introspecção, de uma busca interior que procura, de certa forma, problematizar algo que está além da compreensão do eu que se expressa e compartilha com o outro sua inquietação.

O poema traz de modo cifrado uma dualidade que perpassa a existência, vai além do diálogo entre duas pessoas históricas, mas trata dele enquanto essas pessoas sejam inominadas, apontado para algo que é eterno. Lembra, de imediato, Drummond (1988, 256-257) em seu poema "Eterno" no qual, na terceira estrofe, encontramos uma referência a Pascal (*Le silence éternel de ces espaces infinis m'effraie*) em que o peso do silêncio o faz refletir e o assusta. É o que se pode surpreender.

Referências:

- ANDRADE, C. D. *Poesia e Prosa*. 6 ed. R. de Janeiro. Nova Aguilar, 1988.
BARRETO, A. *Vastafala*. São Paulo. Scipione, 1988
BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37^a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
GARCIA, O. M.. *Comunicação em Prosa Moderna*. São Paulo: FGV, 2011
MARTINS, N. S. *Introdução à Estilística*. 4^a. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
MICHELETTI, G. *Estilística, Um Modo de Ler Poesia*. 2^a. ed. São Paulo: Andross, 2006.
_____. *Repetição e Significado Poético*. Filologia e Linguística Portuguesa, n.1, p. 151-164, 1977
ORLANDI, E. *As formas do silêncio*. 4^a reimpressão. São Paulo: UNICAMP,. 2015
SPARANO, M. *Subjetividade e Discurso: Os Aspectos Gramaticais na Poesia*. In: SPARANO, M., VARGAS, M. (org) *Enunciação, Subjetividade e Práticas de Linguagem: Revisitando Beveniste*. São Paulo: Paulistana, 2011.

Artigo recebido em 14/07/2018
e aprovado em 01/09/2018.



Uma proposta para classificação das inferências: teorias revistas

A proposal for classification of inferences: theories revisited

Geraldo Emanuel De Abreu Silva¹

Resumo: Desde a década de 1950 os estudos sobre o aprendizado da leitura vêm mudando consideravelmente, ora focando na tradução de signos em sons, ora destacando seu caráter cognitivo e sociocultural. Especificamente sobre os fatores cognitivos, destaca-se que a Psicolinguística aportou grandes contribuições para o entendimento da tarefa leitora e vários são os autores que se dedicam a elucidar o funcionamento da mente no entendimento de textos, tais como Fauconnier (1994;2002), Trabasso e Magliano (1996); León (2003); Cassany (2006); Escudero e León (2007) e Escudero (2010). Esses estudiosos têm em comum a visão das inferências como centro da compreensão leitora e elemento imprescindível na apreensão de significados, portanto busca-se neste trabalho oferecer uma revisão teórica sobre conceitos chave para compreender o que são as inferências, como os tipos de memórias envolvidos na leitura, os espaços mentais, o conceito de frames e os tipos de inferências que se pode elaborar ao longo de uma leitura. Elabora-se, igualmente, uma representação esquemática e um fluxograma para explicitar, de maneira didática, as teorias visitadas no trabalho. Por fim, pode-se verificar como as inferências estão no núcleo dos processos de construção que realiza o leitor para alcançar uma leitura bem sucedida.

Palavras-chave: Inferências, Leitura, Espaços mentais.

Abstract: Reading acquisition studies have changed significantly since the 1950s, either by focusing on sign-sound translation, or by highlighting the cognitive and sociocultural character of reading. In regards to cognitive factors, Psycholinguistics is believed to have greatly contributed to the understanding of reading acquisition through the works of scholars such as Fauconnier (1994, 2002), Trabasso and Magliano (1996); Leon (2003); Cassany (2006); León and Escudero (2007), and Escudero (2010), who hold inferences as the core of reading comprehension and thus an essential element for meaning construction. Hence, this paper presents a literature review of inference key concepts such as types of memory required for reading, mental spaces, frames, and the types of inferences that can be made throughout reading comprehension tasks. A schematic representation and a flow chart are also presented to didactically explain the theories discussed in the paper, the conclusion of which is that inferences are at the core of the meaning construction processes the reader undergoes in order to read successfully.

Keywords: Inferences, Reading, Mental Spaces

¹ Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG e Doutorando em Linguística Aplicada na mesma instituição. E-mail: gemabreu@gmail.com

Introdução

A leitura é um processo bastante complexo que envolve a decodificação lexical, fatores cognitivos e os componentes socioculturais. Destaca-se que dentro dos fatores cognitivos as inferências merecem destaque dada a importância que recebem nos estudos sobre a leitura e a apreensão de significados atualmente, além do mais fazem parte das bases para a apreensão de significados de qualquer texto. Segundo León (2003, p. 23), “nos últimos trinta anos o estudo das inferências adquiriu tanta relevância que atualmente se considera o núcleo da compreensão da realidade e, portanto, um dos pilares da cognição humana”², assim vemos como imprescindível a abordagem das inferências com detalhamento neste artigo. Busca-se explicitar os conceitos básicos sobre o que são as inferências, seu funcionamento no momento da leitura e sua importância para a compreensão da dimensão discursiva que está presente em todo e qualquer texto trabalhado em sala de aula. Antes, no entanto, faz-se necessário abordar alguns conceitos chave para que entendamos melhor como se dá a organização, o armazenamento e a recuperação dos conhecimentos em nossas mentes. Em seguida, apresentaremos, de forma rápida, o conceito de Espaços Mentais de Fauconnier que é importante para compreendermos como se organizam as memórias para alcançar significados em um texto. Posteriormente, apresentamos os conceitos, as taxonomias e as teorias que visam a explicar o funcionamento das inferências, por fim oferecemos algumas conclusões desprendidas a partir deste trabalho.

Memória de trabalho e Memória de longo prazo

Diversos autores como Trabasso e Magliano (1996); León (2003); Goldman e Varma, (1995 *apud* León 2003); Cassany (2006); Escudero e León (2007) e Escudero (2010), abordam um modelo de armazenamento de dados dividido em dois tipos de memória, a de trabalho (MT) e a de longo prazo (MLP), que são responsáveis por distribuir os recursos necessários para o processamento dos textos, consequentemente quanto maiores forem os recursos disponíveis na memória, maior será a quantidade de inferências que o indivíduo será capaz de realizar.

A memória de trabalho tem capacidade limitada de armazenamento e é, segundo León e Escudero (2007, p.3), “um espaço comum de trabalho onde acontece o processamento da oração que está sendo lida a cada momento, acompanhada basicamente pela informação que aparece no texto e as inferências associadas às orações adjacentes”³. Seus recursos limitam a quantidade de conhecimentos prévios que serão ativados simultaneamente o que afeta de maneira direta a capacidade de realizar inferências, além de ser responsável pelo controle e processamento das informações imediatas do texto (León 2003; Escudero e León, 2007; Goldman e Varma (op. cit., *apud* León 2003).

² Tradução nossa. Original: “En los últimos años el estudio de las inferencias ha adquirido tanta relevancia que actualmente se considera el núcleo de la comprensión de la realidad y, por tanto, uno de los pilares de la cognición humana”.

³ Tradução nossa. Original: “De esta forma, la MT es un espacio común de trabajo donde tiene lugar el procesamiento de la oración que está siendo leída en cada momento (O), acompañada básicamente por la información que aparece en el texto y las inferencias asociadas a las oraciones adyacentes”.

Alguns modelos estabelecem, inclusive, a quantidade de orações que ela é capaz de processar, como afirmam Trabasso e Magliano (1996, p. 262), "o modelo apresentado aqui assume que a capacidade da memória de trabalho é de duas sentenças"⁴. Outros não fazem essa definição, no entanto estabelecem uma relação entre o nível de processamento e os poucos recursos da memória de trabalho. Segundo esses modelos (Goldman e Varma, 1995, apud León, 2003), os recursos serão distribuídos de acordo com o número de processamentos que o texto exigir, portanto, quando a exigência for maior que os recursos disponíveis na memória de trabalho, informações podem deixar de ser processadas. Devido a essa limitação, leitores não poderão, conseqüentemente, recuperar ao mesmo tempo toda a informação relacionada ao texto (Escudero e León, 2007), o que influenciará na capacidade inferencial.

Neste sentido, podemos dizer que a memória de trabalho exerce um papel essencial na compreensão, já que a informação que se ativa durante a leitura de um texto está sempre sujeita a sua capacidade limitada. Desta forma, e dado que a MT determina a informação ativada em cada momento ou ciclo, também influencia no tipo de inferências que se geram durante a leitura, e que são parte essencial da compreensão. (op. cit., p.2)⁵

Fica claro que a MT possui uma capacidade reduzida de processamento de informações devido a suas limitações, no entanto, para Trabasso e Magliano (1996), ela tem papel fundamental na leitura, pois permite que as informações de uma frase anterior à que está sendo lida estejam disponíveis para o processamento, desde que a informação seja útil para a compreensão. Logo, quando uma informação deixa de ser relevante para a frase que está sendo lida ou as subsequentes, ela é excluída da memória de trabalho. Em geral, a manutenção dessas informações é feita para explicar e prever.

As restrições da memória de trabalho, posteriormente, começaram a ser questionadas e autores como Ericsson e Kintsch (1995, apud León 2003) e Escudero (2010) propõem um tipo de memória que é mais desenvolvida em leitores experientes e que interconecta vários pacotes de informações armazenados na memória do leitor. Essa memória é definida como de longo prazo (MLP), é através dela que o leitor recupera estruturas armazenadas há mais tempo na memória. Esse modelo permite que as restrições da memória de trabalho sejam bruscamente reduzidas. Há uma tendência em considerar que os dois tipos de memória funcionam interligados, assim, quando as estruturas disponíveis na memória de trabalho se tornam insuficientes para a apreensão de significados, a memória de longo prazo será ativada, ocorrendo isso a cada novo ciclo de processamento dos textos. Escudero define de maneira bastante elucidativa como se dá a relação entre a MT e a MLP:

O leitor experiente conta com estruturas de recuperação de informação que residem na memória de longo prazo, dispondo só de alguns indícios ou sinais destas estruturas na memória de trabalho. Este "sinal" mais a estrutura de recuperação mitiga drasticamente as limitações da memória, já que processa de maneira imediata a informação relacionada a estas estruturas de conhecimento, ao mesmo tempo que reduz sensivelmente a informação restante na memória de trabalho. (ESCUADERO, 2010, p. 4).⁶

⁴ Tradução nossa. Original: "The model presented here assumes that the capacity of working memory is about two sentences".

⁵ Tradução nossa. Original: "En este sentido, podemos decir que la memoria de trabajo juega un papel esencial en la comprensión, ya que la información que se activa durante la lectura de un texto está siempre sujeta a su capacidad limitada. De forma añadida, y dado que la MT determina la información activada en cada momento o ciclo, también influye en el tipo de inferencias que se generan durante la lectura, y que son parte esencial de la comprensión".

⁶ Tradução nossa. Original: "El lector experto cuenta con estructuras de recuperación de información que residen en la memoria de trabajo a largo plazo, disponiendo sólo de algunos indicios o señales de estas estructuras en la memoria de trabajo. Esta "señal" más la estructura

De acordo com a autora, a ativação das duas memórias ocorre de maneira síncrona, de modo que, sempre que a MT se torna insuficiente a MLP é ativada e, portanto, a informação será restabelecida na MT a partir da recuperação da representação do texto elaborada na MLP (Trabasso e Magliano, 1996). Portanto:

Ambas memórias, a de trabalho e a de longo prazo, resultam essenciais para o processo de compreensão da linguagem, tanto para armazenar a informação parcial de um texto enquanto se está lendo quanto para construir um significado coerente do texto completo. (Escudero e León, 2007, p.1).⁷

Cassany (2006), nos oferece uma analogia bastante interessante sobre os dois tipos de memória. Para o autor, elas funcionam como estantes de livros (MLP) e uma mesa de trabalho (MT): nas estantes há espaço ilimitado para guardar tudo, enquanto na mesa somente cabem alguns livros abertos, que devem ser trocados pelos da estante de acordo com a necessidade do leitor.

Os dois tipos de memória nos mostram como a recuperação de informações armazenadas ocorre, mas não explica a forma como essas informações são armazenadas. Para isso, surgem modelos mentais ou modelos da situação que “pretendem justamente mostrar os processos de construção que realiza o leitor” (ESCUADERO, 2010, p.5) e que vêm ocupando boa parte dos estudos sobre a compreensão. Neste trabalho, nos ateremos ao modelo dos Espaços Mentais de Gilles Fauconnier (1994; 2002); (2005)⁸ e o abordaremos de forma sucinta na seção seguinte.

Os espaços mentais de Fauconnier

Viu-se que nós, leitores, recorremos a dois tipos de memória para recuperar nossos conhecimentos para depreender significados (MT e MLP), no entanto, falta entender de que forma esses conhecimentos são organizados nas memórias de trabalho e de longo prazo, para tanto, adotamos a teoria dos espaços mentais desenvolvida por Gilles Fauconnier e que, segundo Azevedo (2006, p.35) “constitui um elemento importante para a descrição de operações cognitivas ligadas ao pensamento”.

Em entrevista dada a Coscarelli (2005), Fauconnier, ao responder sobre o que seriam os espaços mentais, afirma que “é difícil definir um espaço mental abstratamente” (p. 291) e amplia o tema:

Espaços mentais se referem ao que acontece por detrás das cenas quando falamos ou pensamos; são construções mentais muito complexas, até mesmo para as sentenças mais corriqueiras. São pequenos conjuntos de memória de trabalho que construímos enquanto pensamos e falamos. (COSCARELLI, 2005, p. 291)

Para Fauconnier (2002), eles são construções teóricas concebidas para modelar a organização cognitiva de alto nível desse “de trás das cenas”, isso, a seu turno, se refere a um conjunto de ações não observáveis que acontecem nos bastidores cognitivos como estratégias linguísticas, pragmáticas e culturais, raciocínios cotidianos e do senso comum e as conexões que os ligam. Ainda segundo o autor,

de recuperación mitiga drásticamente las limitaciones de la memoria, ya que procesa de manera inmediata la información relacionada con estas estructuras de conocimiento, a la vez que reduce sensiblemente la información restante en la memoria de trabajo”.

⁷ Tradução nossa. Original: “Ambas memorias, la memoria de trabajo y la memoria a largo plazo, resultan esenciales en el proceso de comprensión del lenguaje, tanto para almacenar la información parcial de un texto mientras se está leyendo como para construir un significado coerente del texto completo”.

⁸ Entrevista concedida à Professora Carla Viana Coscarelli em 2005, na qual Fauconnier aborda a tema com detalhamento, assim sendo, nas referências finais a encontraremos em nome da professora, ainda que sejam palavras do autor.

isso parece ser universal, independente das diferentes línguas e culturas e, quando ocorre esse conjunto de ações aplicado a situações pragmáticas ricas, se produzem construções de significados ilimitadas. No entanto, reitera o autor, tudo isso "são suposições, uma vez que ninguém, de fato, pode ver os espaços mentais no cérebro. (COSCARRELLI, 2005, p.291).

Os espaços mentais, como destacado acima, são conjuntos de ações construídos e modificados a partir do desdobramento do pensamento e do discurso, que se conectam entre si através de montagens neuronais e podem ser ativados de diferentes maneiras para diferentes propósitos, como pelas experiências prévias (comprar, pegar um ônibus, ir ao cinema, relações sociais etc.), seja para retomar um evento passado ou para examinar uma situação presente, suas causas e consequências. Sob essa visão, "os espaços mentais funcionam na memória de trabalho, mas são construídos, em parte, pela ativação de estruturas disponíveis a partir da memória de longo prazo" (FAUCONNIER, 2002, p.2), ou seja, os dois tipos de memória trabalham de forma concomitante na criação dos espaços mentais.

Assim, segundo Azevedo (2006, p.3), os espaços mentais podem ser de vários tipos: "temporais; imagéticos; hipotéticos, contrafactuais; dramáticos (peças teatrais, filmes); indicadores de crenças, desejos etc." e os leitores os ativam e exploram de acordo com a necessidade surgida.

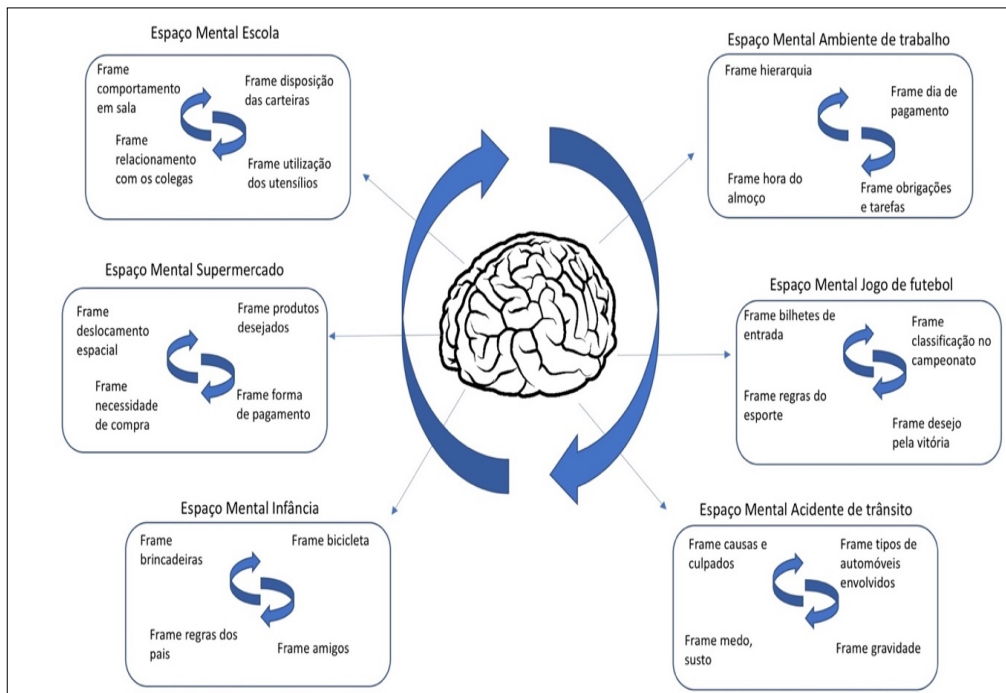
Os espaços mentais possuem conteúdos específicos de acordo com seu tipo e são estruturados por *frames* ou esquemas, segundo Palmer (1996, apud. AZEVEDO, 2006, p. 31) *frames* são

[...] molduras nas quais encaixamos a experiência e que nos permitem inferências e espaços mentais, neste quadro, são representações teóricas de possíveis construções cognitivas, que acontecem à medida que elaboramos nossos pensamentos, falamos ou interpretamos linguagem. Por exemplo, há uma configuração de espaços para "Naquela época eu tinha uma bicicleta. Naquela época, um "construtor de espaços", nos termos da teoria, suscita a constituição de um espaço PASSADO, estruturado pelo frame que contém os elementos eu e minha bicicleta. (Destaque do original)

Viu-se que temos a capacidade de ativar, armazenar e agrupar infinitos espaços mentais que, por sua vez, podem ligar-se e projetar-se sobre outros espaços mentais, o que ocorre, por exemplo ao "[...] projetarmos inferências que são válidas em um espaço mental em um outro espaço, como acontece nas analogias em geral ou em espaços mesclados nos quais você tem muitas inferências feitas a partir de determinado input". (COSCARRELLI, 2005, p.299). Ademais, espaços diferentes podem compartilhar os mesmos *frames*, o que permite que atravessemos de um espaço mental para outro a todo momento, sem prejuízo às informações. "Dessa forma, enquanto você pensa ou fala, você está metaforicamente se movendo de um espaço mental para um outro, e mudando de pontos de vista e de perspectivas" (COSCARRELLI, 2005, p.296). Essa projeção entre espaços mentais torna o processo muito rico, permitindo-nos criar relações do tipo "causa e efeito, mudança, identidade, tempo, espaço, entre outras" (COSCARRELLI, *op. cit.*, p.293) e depreender significados de um texto, mesmo não estando explícitos, a partir de nossa capacidade de armazenamento e ativação dos espaços e seus frames, a capacidade inferencial. Na figura 1, a seguir, elaboramos um esquema didático para compreendermos como se dá a organização dos espaços mentais e seus frames.

Não temos a intenção de estabelecer a quantidade exata de espaços mentais ou *frames*, mas sim mostrar a interrelação entre esses fatores. Além do mais, os espaços mentais existem em número ilimitado, assim como contêm infinitos números de *frames*, variando de indivíduo para indivíduo, de acordo com seus conhecimentos e experiências prévias, além da existência de *sub-frames*.

Figura 1: Representação esquemática dos espaços mentais.



Fonte: Elaborado pelo autor; baseado em Fauconnier (1994; 2002; 2015)

Na figura, as setas maiores em formato circular representam a capacidade de movimentação e cooperação entre espaços mentais, como em ciclos contínuos, e as menores, dentro dos espaços mentais, representam a relação cíclica entre os frames. Essas relações são de complementação e co-ativação, um espaço mental, por relacionar-se com os outros, pode contribuir para sua ativação durante a leitura. Por exemplo, o espaço mental Infância pode ser ativado pelo espaço mental Escola ou vice-versa. Da mesma maneira, os *frames* não são exclusivos, pelo contrário, eles são compartilhados entre os espaços mentais, por exemplo, o *frame* Hierarquia contido no espaço mental Ambiente de Trabalho também pode ser compartilhado com o espaço mental Escola ou, até mesmo, Infância. O *frame* Forma de Pagamento do espaço mental Supermercado pode ser ativado no espaço mental Jogo de futebol que, por sua vez, pode ativar o *frame* Amigos contido no espaço mental Infância e Escola. Acreditamos que a figura mostra de maneira didática a relação de co-ativação, de cooperação e de complementação entre espaços mentais e *frames*.

Algumas definições de inferências

Várias são as definições de inferências para Marcuschi (2011, p. 94), "inferir é compreender [...] o certo é que as inferências são produzidas com o aporte de elementos sociosemânticos, cognitivos, situacionais, históricos, linguísticos, de vários tipos que operam integradamente". Para Ferreira e Dias (1994), ela é um ato cognitivo, inteligente e intencional, criativo e de raciocínio lógico, que se produz através da união de informações novas e antigas, criando redes de informações que levam à compreensão

geral dos objetivos de um texto. Essas informações novas são elaboradas no momento da leitura e as antigas se referem aos nossos conhecimentos socioculturais armazenados na memória de trabalho e de longo prazo. Para Dell'Isola,

As ideias, impressões e conhecimentos arquivados na memória dos indivíduos têm relação direta com a capacidade de inferir: quanto maior a quantidade de informações arquivadas, mais apta a pessoa está para compreender um texto. Assim, os conhecimentos adquiridos, as experiências vividas, tudo o que está registrado em sua mente contribui para o preenchimento das lacunas textuais. (Glossário CEALE – FAE/UFMG, acessado em fevereiro de 2017)

Monfort e Monfort (2013) definem a inferência como uma previsão ou uma dedução de uma informação que derivam dos conhecimentos culturais e de conhecimentos empíricos e lógicos anteriores à situação. Para os autores (2013, p.1)⁹, "fazer inferências é ir "além" dos dados explícitos, sejam verbais ou não. É uma atividade constante da mente do ser humano que, permanentemente busca atribuir significados à realidade e intenções às pessoas".

León (2003, p.24) afirma que "as inferências se identificam com representações mentais que o leitor constrói, acrescentando, integrando e omitindo informação ao texto"¹⁰ para dotar de maior sentido ou coerência segmentos de informação e, com isso, poder revelar "o oculto, ler as entrelinhas, fazer explícitas as informações implícitas"¹¹ (op. cit. p.27), elaborando na mente representações coerentes do que foi lido. O autor afirma que, de maneira geral, qualquer informação extraída do texto que não seja explícita é uma inferência.

Chikalanga (1992) a define como a habilidade de entender os significados implícitos do texto a partir de um processo cognitivo elaborado pelo leitor com base em dois recursos de informação: os conteúdos proposicionais (informações trazidas no texto) e conhecimentos prévios (socioculturais). Escudero (2010) define inferência como uma forma construtiva para completar a mensagem recebida, a autora reitera que ela ocorre

[...] mediante a adição de elementos semânticos não explícitos, mas consistentes com o contexto de comunicação e com os próprios conhecimentos prévios do leitor. Estas se produzem em qualquer contexto comunicativo, seja este através da leitura, da palavra ou da imagem operando, inclusive, nas situações mais simples do pensamento. (op. cit. p.2)¹²

Coscarelli (1999, p.104), em consonância com Dell'Isola (1988), afirma que inferências são operações cognitivas que o leitor realiza para construir proposições novas a partir de informações que ele encontrou no texto. A segunda autora nos oferece uma definição bastante completa do termo que, ao nosso ver, consegue abarcar muitas das definições vistas anteriormente, segundo ela:

Inferência é um processo cognitivo que gera uma informação semântica nova a partir de uma informação semântica anterior em um determinado contexto. Inferência é, pois, uma operação cognitiva em que o leitor constrói novas proposições a partir de outras já dadas. Porém não ocorre apenas quando o leitor estabelece elos lexicais, organiza redes conceituais no interior do texto. Ocorre também quando o leitor busca extratexto

⁹ Tradução nossa. Original: "hacer inferencias es ir 'más allá' de los datos explícitos, sean verbales o no. Es una actividad constante de la mente del ser humano que, permanentemente, busca atribuir significados a la realidad e intenciones a las personas".

¹⁰ Tradução nossa. Original: "Las inferencias se identifican con representaciones mentales que el lector construye, añadiendo, integrando y omitiendo información del texto".

¹¹ Tradução nossa. Original: "lo oculto, leer entre líneas, hacer explícitas informaciones implícitas".

¹² Tradução nossa. Original: "[...] mediante la adición de elementos semánticos no explícitos, pero consistentes con el contexto de comunicación y con los propios conocimientos previos del lector. Estas se producen en cualquier contexto comunicativo, ya sea éste a través de la lectura, de la palabra o de la imagen operando, incluso, en las situaciones más simples de pensamiento".

informações e conhecimentos adquiridos pela experiência de vida, com os quais preenche os "vazios textuais". O leitor traz para o texto um universo individual que interfere na sua leitura, uma vez que extrai inferências determinadas por seu "eu" psicológico e social. (DELL'ISOLA, 1988, p. 46)

Em termos gerais, neste trabalho, entendemos inferências como nossa capacidade para preencher lacunas e compreender significados que vão além do que as palavras descrevem, recorrendo à dimensão argumentativa dos textos, ao contexto de produção, à forma de divulgação, à busca pela percepção da intenção do autor (suas ideologias, valores, pontos de vista etc.), aspectos gráficos, percepção social do leitor, informações extratextuais etc. e que se dá através do aporte dos nossos conhecimentos prévios socioculturais e linguísticos, além, claro, de nossa capacidade cognitiva.

O que é necessário para realizar inferências?

Segundo León (2003), não há concordância entre os teóricos sobre quais inferências são mais comuns ou frequentes, ou qual classificação é mais adequada, no entanto, pode-se destacar alguns princípios básicos para que as realizemos durante a leitura:

1º- que o indivíduo possua conhecimentos prévios necessários e os relacione ao que lê. Não existem inferências se o leitor não dispõe de conhecimentos prévios e não os ativa. Para o autor (op. cit., p. 31), "é justamente o conhecimento do qual dispõe o leitor e sua relação com o que lê o motor que induz a realização de inferências"¹³.

Com relação a esse princípio, Escudero (2010, p.2) elabora uma explicação mais rica

As inferências podem ser geradas a partir do nosso fundo de conhecimento geral de mundo e das ações humanas, da informação contida no texto e que lemos previamente, ou de inferências que já foram geradas a partir do nosso conhecimento prévio e da MLP para representar o texto já lido. Desta maneira, se assume que a informação necessária para gerar uma inferência pode provir, de nosso conhecimento de mundo, da retomada da representação do texto lido na MLP ou da informação que se retém ou se mantém na MT da frase imediatamente anterior.¹⁴

2º- que esses conhecimentos ou parte dele sejam compartilhados com o autor do texto. É fundamental que o leitor e autor se situem no momento da leitura, compartilhem dados e façam do texto um "ponto de encontro". Ainda segundo León (2003, p.32), "escritor e leitor devem compartilhar um espaço comum de conhecimento, seja este geral ou específico, linguístico ou pragmático"¹⁵

3º- que tenhamos em mente que as ideias de um texto sempre serão maiores que a soma dos significados de suas palavras (Shank, 1975, apud León, 2003). Ainda que somemos todos os significados das palavras de um texto, não chegaremos nem perto da quantidade de ideias que ele

¹³ Tradução nossa. Original: "es precisamente el conocimiento del que dispone el lector y su relación con lo que lee el motor que induce a la realización de inferencias".

¹⁴ Tradução nossa. Original: "Las inferencias pueden generarse desde nuestro fondo de conocimiento general del mundo o de las acciones humanas, de la información contenida en el texto y que hemos leído previamente, o de inferencias que ya fueron generadas desde nuestro conocimiento previo y desde la MLP para representar el texto ya leído. De esta manera, se asume que la información necesaria para generar una inferencia puede provenir, o bien de nuestro conocimiento del mundo, bien del resultado de retomar la representación del texto leído en la MLP, o bien de la información que se retiene o mantiene en la MT de la frase inmediatamente anterior".

¹⁵ Tradução nossa. Original: "escritor y lector deben participar de un espacio común de conocimiento, ya sea éste general o específico, lingüístico o pragmático".

expressa: “[...] sempre acabamos processando mais informação do que lemos de maneira explícita” (LEÓN, 2003, p.3)¹⁶.

Tipos de inferências

Salcedo (2015) destaca que há diversas classificações sobre as inferências que ora são complementares, ora contraditórias e que tampouco existe uma classificação única, o que dá origem a diversas taxonomias. No entanto, há três formas de classificá-las que aparecem com mais frequência em trabalhos sobre o tema. A primeira diferencia entre inferências de coesão textual (linguísticas ou léxicas) e inferências elaborativas. A segunda entre inferências locais e globais. E a terceira entre inferências on-line (durante a leitura) e off-line (após a leitura). Elas terminam sendo retomadas em outros trabalhos com distintos nomes, porém mantêm essas bases destacadas pelo autor.

León (2003) afirma que há uma tendência geral em dividi-las em dois grupos maiores: as inferências lógicas e as pragmáticas (León 2003; Monfort e Monfort, 2015); para Salcedo (2015), as dedutivas e as indutivas; e para Chikalanga (1992), *text-connecting* e *slot-filling (gap-filling)*.

As lógicas se baseiam na aplicação de regras formais (lógicas e/ou quantitativas) que auxiliam na obtenção do grau máximo de certeza (100%, segundo o autor) a partir dos dados disponíveis, se realizam durante a leitura, logo são inferências *on-line* e possuem enorme rapidez de processamento, como aplicação de raciocínios lógicos simples em conversações ou de conhecimentos que fazem parte do senso comum, por exemplo, se dizemos que Pedro é mais novo que Francisco, torna-se lógico que os indivíduos infiram que Francisco é o mais velho dos dois, ou se dizemos que todo brasileiro gosta de futebol e Pedro é brasileiro, logo inferimos que ele gosta de futebol. Portanto, constroem-se mediante sistemas de raciocínio lógico como cálculos, teoremas, estatísticas, fórmulas etc. e se relacionam ao poder de dedução dos indivíduos. Esse tipo de inferência não é foco dos estudos na área de educação, visto que a variabilidade de significados elaborados a partir dele é pequena.

Por outro lado, as pragmáticas são aquelas baseadas nos conhecimentos socioculturais dos indivíduos, “se acomodam a um saber compartilhado por pessoas que pertencem a uma mesma cultura” (LEÓN, 2003, p.24)¹⁷. Possuem grau menor de certeza e podem ser canceladas ou modificadas, já que se assume que algo pode ser exato a partir de suposições ou probabilidades, mesmo sem provas concretas. Para o autor (2003, p.23), “geramos expectativas sobre uma situação dada e que nos parece certa, ainda que não seja necessariamente assim”¹⁸. À diferença das lógicas, estas podem ocorrer tanto durante quanto após a leitura (logo podem ser *on-line* ou *off-line*). Ademais, os conhecimentos, nesse caso, não são compartilhados por todos, pois exigem conhecimentos socioculturais mais específicos, especializados e não espontâneos. A partir das inferências pragmáticas, os leitores podem fazer suposições sobre o lugar da ação, disposição espacial de objetos, causas e consequências de acontecimentos, características dos personagens (traços físicos, psicológicos e emocionais), intenções do autor, posições ideológicas etc., ou seja, serão inferências plausíveis que darão coerência ao texto de acordo com o que seu contexto permite.

¹⁶ Tradução nossa. Original: “[...] siempre acabamos procesando más información de la que leemos de manera explícita”

¹⁷ Tradução nossa. Original: “se acomodan a un saber compartido por personas que pertenecen a una misma cultura”

¹⁸ Tradução nossa. Original: “generamos expectativas sobre una situación dada y que nos parece cierta, aunque no sea necesariamente así”

Pensemos no seguinte exemplo: “Por que Ângela chegou completamente molhada em casa se já havia parado de chover há horas? Várias são as inferências possíveis a partir desse enunciado, podemos inferir que Ângela se molhou durante a chuva e ainda não havia se secado ou que ela foi molhada por um carro que passou em uma poça de água criada pela chuva. O que de fato fica claro é que as duas inferências podem ser canceladas ou modificadas, ou seja, não são 100% exatas.

Salcedo (2015) e Chikalanga (1992) destacam que a palavra inferência nas últimas décadas começou a aparecer em programas e diretrizes escolares, como o PNLD no caso brasileiro, e, também, em materiais didáticos como uma habilidade de leitura a ser explorada, ou para Solé (1998), uma estratégia de leitura. No entanto, apesar disso, nesses documentos oficiais, não há explicações do que são inferências, de que tipo são ou quando se elaboram, o que impossibilita que professores possam explorá-la com eficiência. Além do mais, é importante ressaltar que

Quando no campo da educação se utiliza a palavra “inferência”, costuma-se fazer referência às inferências pragmáticas. A palavra “inferência” aparece atualmente em materiais escolares relacionados com a língua ou a compreensão leitora. (SALCEDO, 2015, p.108)¹⁹

Portanto, neste artigo, por inserir-se no campo da educação, abordaremos as inferências pragmáticas, pois essas acontecem em contextos mais amplos e comuns do cotidiano de comunicação, além de oferecer um material de análise mais amplo, visto a variedade de interpretações que podem se desprender a partir delas.

Todos os autores citados nesta seção coincidem na existência de diferentes tipos de inferências pragmáticas, que variam de taxonomia segundo o teórico que as aborda, ora focadas no seu conteúdo, ora na sua função, na sua forma lógica ou na sua direção (LEÓN, 2003). A seguir, apresentamos algumas concepções que nos pareceram mais claras e que adotaremos neste trabalho.

No trabalho de León (2003), citado por vários outros autores, como Salcedo (2015) e Escudero (2004; 2010), entre outros e, exaustivamente, mencionado neste artigo por sua validade e qualidade, encontra-se uma revisão bastante completa sobre o tema, destacando-se critérios de classificação das inferências, dentro os quais destacamos:

(a) o momento em que ocorrem: podem ocorrer durante a leitura (on-line) ou posterior a ela (*off-line*).

(b) direção em que ocorrem: podem ser “para atrás” (*hacia atrás*, explicativas, integrativas, conectivas, *punte*, *backward* ou retroativas): estabelecem a conexão entre duas frases unindo a informação recente à imediatamente anterior, servem para manter a coerência local e ocorrem durante a leitura (logo, são também on-line). Determinam a referência pronominal, nominal, eliminam ambiguidades lexicais e permitem a conexão entre uma anáfora e seu referente (LEÓN, 2003).

Podem ser, também, “para frente” (*hacia delante*, *proyectivas*, elaborativas, *forward* ou *extrapolativas*): permitem prever consequências e/ou acontecimentos derivados do que foi lido e das expectativas do leitor, ocorrem após a leitura (logo, são *off-line*) e aportam informação complementar e precisa sobre o que já foi lido (LEÓN, 2003; ESCUDERO, 2007; LEÓN e ESCUDERO, 2010)

¹⁹ Tradução nossa. Original: “Cuando en el campo de la educación se utiliza la palabra “inferencia”, se suele hacer referencia a las inferencias pragmáticas. La palabra “inferencia” aparece actualmente en materiales escolares relacionados con la lengua o la comprensión lectora”.

(c) estabelecimento de coerência local e global: no primeiro caso, as inferências são recuperadas entre frases próximas, curtos seguimentos do texto e relações anafóricas (logo, são “para trás”) e ocorrem durante a leitura (logo, são *on-line*).

No segundo caso, há a conexão entre partes maiores ou mais distantes dos textos a informações do discurso e dos conhecimentos de mundo do leitor conforme León (2003, p.28), “o leitor organiza a informação lida dentro de uma representação estudada que, de uma maneira ideal, consegue integrá-la dentro de uma estrutura global causal”²⁰.

Relacionado aos critérios de classificação elaborados por León (2003), alguns autores oferecem taxonomias dos tipos de inferências construídas para apreensão de significados. Chikalanga (1992) apresenta uma classificação com foco em ser útil para o ensino da leitura. Como destacado pelo autor, as taxonomias são amplamente usadas no âmbito da pesquisa, mas não no âmbito do ensino de leitura, portanto é importante uma definição voltada para esse fim. Para ele, essa classificação se faz importante, pois facilita o direcionamento do trabalho de professores para qual tipo de informação implícita busca e, também, para guiar melhor os alunos durante a leitura, além de poder identificar possíveis debilidades desses. Ela permite, também, que professores possam analisar os livros didáticos fazendo um levantamento do tipo de inferências que está sendo exigido, o que pode direcionar sua prática em sala de aula buscando mostrar aos alunos qual tipo de conhecimento ele precisa acionar.

Chikalanga adota em seu trabalho dois grupos amplos de inferências, as chamadas “*text-connecting*” (se relacionam as inferências lógicas que alcançam 100% de precisão), ou seja, as que requerem encontrar relações lógicas implícitas entre proposições ou eventos que o texto permite. E as “*slot-filling* ou *gap-filling*”, que se relacionam com as inferências pragmáticas, pois são mais plausíveis e não necessariamente verdadeiras e requerem a ativação dos conhecimentos de mundo do leitor para completar informações implícitas dos textos, são sugeridas pelo contexto e pelo conhecimento sociocultural dos leitores.

A taxonomia sugerida por Chikalanga possui três categorias básicas: a lexical, a proposicional e a pragmática, que possuem subdivisões de acordo com o tipo de inferências que se realiza.

Inferências léxicas, ou para Monfort e Monfort (2013) **inferências linguísticas**: envolvem os referentes pronominais e anafóricos, significados de palavras ou expressões pouco familiares além da resolução de ambiguidades provenientes do léxico. São divididas em (a) inferências pronominais e (b) inferências de desambiguação/reconhecimento de significados não familiares. São *on-line*, “para atrás” e estabelecem a coerência local.

Inferências proposicionais, ou para Monfort e Monfort (*op. cit.*) **inferências logico-culturais**: inferências lógicas derivadas do conteúdo semântico do texto (sua elaboração dependerá dos significados atribuídos pelos leitores às informações do texto), são baseadas em informações expressadas em um ou dois parágrafos ou apenas frases. São divididas em (a) informativas lógicas (a.1 referenciais, a.2 espaço-temporais), envolvem pessoas, instrumentos, objetos, lugares, tempo específicos; e (b) explicativas lógicas (b.1 motivacionais, b.2 causais e b.3 permissivas), envolvem motivações, causas ou consequências e as permissivas envolvem as condições para que algo ocorra. São *on-line*, “para atrás” e estabelecem a coerência local.

²⁰ Tradução nossa. Original: “el lector organiza la información leída dentro de una representación estudiada que, de una manera ideal, consigue integrarla dentro de una estructura global causal”.

Inferências pragmáticas (elaborativas)²¹: são inferências elaboradas a partir informações não contidas no texto, baseadas nos conhecimentos socioculturais dos leitores. São divididas em (a) informacionais elaborativas (a.a referenciais, a.b espaço temporais); (b) elaborativas explicativas (b.a motivacionais, b.b causais e b.c permissivas); e (c) avaliativas, se referem à capacidade de o leitor avaliar situações do texto e relacioná-las aos seus conhecimentos, assim inferindo as ideologias, intenções etc. dos textos. São *off-line*, “para frente” e estabelecem a coerência global.

Trabasso e Magliano (1996) propõem uma taxonomia dividida, também, em três tipos de inferências que ocorrem durante o entendimento de uma sentença, são elas: (1) **explicativas**, (2) **preditivas** e (3) **associativas**. Explicativas são orientadas “para trás”, são *on-line*, estabelecem a coerência local e são lógicas, servem para unir a sentença atual da leitura às informações anteriores no próprio texto ou conhecimentos prévios. Aproximam-se às proposicionais (b.1, b.2 e b.3) de Chikalanga.

Explicativas envolvem, principalmente, as razões pelas quais algo ocorre. Uma explicação pode fornecer a base, racionalidade, motivo, ideia, condição, ocasião, pretexto ou o “porque e o por que” de eventos, estados e ações em uma narrativa. [...] Explicações identificam condições que são necessárias para a ocorrência de todos os constituintes de um episódio: estados externos, eventos, metas e outros estados internos, reações emocionais, ações e resultados que sinalizam o sucesso ou o fracasso do objetivo. (TRABASSO e MAGLIANO, 1996, p.259)²²

As preditivas são inferências elaborativas orientadas “para frente”, *on-line* e pragmáticas, se referem às expectativas ou previsões do leitor baseadas no que o texto permite em sua essência e que não são explicitadas por esse. Assemelham-se às proposicionais (a.1 e a.2) de Chikalanga.

As preditivas acontecem quando os leitores inferem consequências causais e futuras de um evento do texto. As previsões envolvem ocorrências possíveis e futuras e refletem as expectativas que um leitor tem com relação a esses possíveis eventos, metas, ações, resultados e emoções. Uma previsão pode antecipar um evento que ocorre mais tarde no texto e, portanto, é substanciado. Por outro lado, embora uma previsão possa ser plausível no contexto da frase focal e das circunstâncias da história, ela pode não ser explicitamente fundamentada pelo texto. As previsões de uma frase que são posteriormente confirmadas pelo texto função de integrar frases e criar coerência. (TRABASSO e MAGLIANO, 1996, p.260)²³

Por fim, as associativas são elaborativas, “para frente”, *off-line* e pragmáticas, acrescentam informações ao texto a partir dos conhecimentos de mundo relevantes para o momento da leitura. A diferença em relação às preditivas é que nestas pode-se gerar inferências que não são causais ou futuras baseadas nos conhecimentos socioculturais, desde que sejam plausíveis com o contexto. Assemelham-se às pragmáticas elaborativas de Chikalanga. Para os autores,

As associativas podem fornecer informações sobre quem faz o quê com quem, com que se faz, quando e onde. Eles também fornecem informações sobre características,

²¹ O autor utiliza também a definição pragmática, assim como León. No entanto, entendemos que a definição de Chikalanga está inserida na do segundo autor, tanto assim é esse ele faz a diferenciação em “elaborativas”. Portanto adotamos deliberadamente, quando referirmos às pragmáticas de Chikalanga, como pragmáticas elaborativas.

²² Tradução nossa. Original: “Explanations primarily serve as reasons why something occurs. An explanation can provide a ground, basis, rationale, motive, idea, condition, occasion, pretext, or the “why and wherefore” of events, states, and actions in a narrative. Explanations find their basis in the application of relevant world knowledge. Explanations identify conditions that are necessary for the occurrence of all the constituents of an episode: external states, events, goals and other internal states, emotional reactions, actions, and outcomes that signal goal success or failure”.

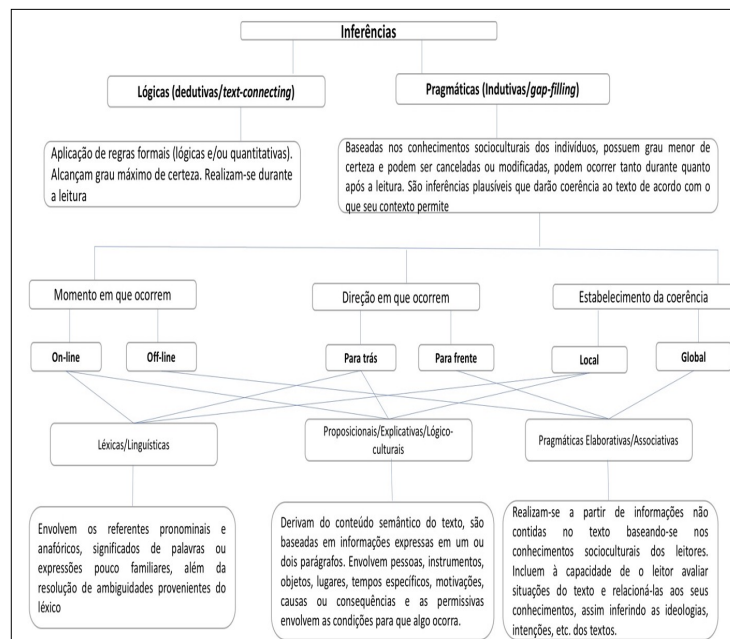
²³ Tradução nossa. Original: “Predictions result when readers infer future, causal consequences of a focal event. Predictions involve possible, future occurrences and reflect the expectations that a reader has with respect to these possible events, goals, actions, outcomes, and emotions. A prediction may anticipate an event that later occurs in the text and thus is substantiated. On the other hand, although a prediction may be plausible in the context of the focal sentence and the circumstances of the story, it may not be explicitly substantiated by the text. Predictions from a sentence that are later confirmed by the text function to integrate sentences and create coherence”.

propriedades, relações e funções de pessoas, objetos ou conceitos. As associações são ativadas pelas palavras de conteúdo, a frase focal e outras inferências. As associações servem para enriquecer e preencher lacunas do texto. As associações ocorrem junto à informação da frase focal. As associações são geralmente baseadas na ativação de conhecimento de mundo relevante e não no uso anterior do texto. No entanto, as associações anteriores podem ser recuperadas na leitura de uma frase focal e, se recuperadas, podem ser usadas para integrar o texto através de explicações ou previsões. Por exemplo, a associação que um arqueiro "é hábil no uso de um arco e flecha" pode ser usada para prever como o arqueiro vai matar um gigante. (TRABASSO e MAGLIANO, 1996, p.261)²⁴

O exemplo do arqueiro deixa clara a relação associativa, pois não é uma relação causal entre ser hábil com o arco e matar um gigante, é plausível, mas não confirmativo.

Pôde-se ver que há uma variedade de taxonomias, no entanto há a manutenção do embasamento que as gera. A seguir, apresentamos um fluxograma para explicitar a taxonomia que seguimos neste trabalho, além de oferecer um panorama resumido sobre as inferências. Acreditamos que as nomenclaturas vistas são complementares e que podem e devem ser exploradas em conjunto no ensino da leitura. Além do mais, o fluxograma pode auxiliar para que, futuramente, autores e professores preparem seus materiais de modo a compreender sob qual concepção as inferências podem ser abordadas de maneira ostensiva e crítica.

Figura 2: Fluxograma das inferências e suas características



Fonte: elaborado pelo autor; adaptado de Chikalanga (1992); Trabasso e Magliano (1996); León (2003); Escudero (2004); Escudero (2010); Salcedo (2015).

²⁴ Tradução nossa. Original: "Associations can provide information about who does what to whom with what, when, and where. They also provide information on features, properties, relations, and functions of persons, objects, or concepts. Associations are activated by the content words, the focal sentence, and other inferences. Associations serve to enrich and fill in the detail of a situation model of what is occurring. Associations are concurrent with the information in the focal sentence. Associations are usually based on the activation of relevant world knowledge rather than on the use of prior text. However, prior associations may be retrieved at the reading of a focal sentence and, if retrieved, could be used to integrate text through explanations or predictions. For example, the association that an archer "is skilled in the use of a bow and arrow" can be used to predict how the archer will kill a giant".

Conclusões

Através do amplo referencial teórico, discorreremos sobre as inferências, seus tipos, características e importância no momento da leitura. Acreditamos que elas representam um dos pilares para uma compreensão exitosa de textos e que devam ter sua exploração feita de maneira ostensiva em sala de aula. Elaboramos um artigo voltado para compreender o que são inferências e como funcionam na apreensão de significados de um texto ademais, buscamos demonstrar como a capacidade inferencial dos leitores tem papel imprescindível para a compreensão dos discursos que permeiam a sociedade como um todo. Pretendemos que este trabalho seja uma ferramenta útil no entendimento dos processos envolvidos antes, durante e após a leitura de um texto e dos preceitos teóricos que embasam a produção de significados por parte dos leitores, para tanto abarcar os conceitos e taxonomias das inferências é tarefa importante e esperamos isso seja feito em outros trabalhos da área. Acreditamos que através do fluxograma e figura apresentados ao longo deste trabalho, possamos alcançar os mais diversos públicos envolvidos com a instrução da capacidade leitora, sejam professores do ensino fundamental, médio ou superior, sejam professores de línguas estrangeiras ou materna e, também, futuros professores em processo de formação, pois, acreditamos que o domínio das teorias aqui abordadas culminará em práticas docentes mais focadas na exploração da capacidade inferencial dos alunos. Por fim, destacamos que este trabalho não pretende esgotar o tema, mas sim fomentar novas discussões sobre os preceitos teóricos aqui descritos com vistas a desenvolver mais debates sobre que são inferências e sua importância para o aprendizado.

Referências

- AZEVEDO, Adriana Maria Tenuta de. Estrutura narrativa e espaços mentais. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. 249 p. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Estrutura Narrativa & Espaços Mentais.pdf](http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Estrutura%20Narrativa%20&%20Espaços%20Mentais.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- BARTON, David; HAMILTON, Mary. La literacidad entendida como práctica social. 2008. In: ZAVALA, Virginia; NIÑO-MURCIA, Mercedes; AMES, Patricia (Org.). Escritura y sociedad: Nuevas perspectivas teóricas y etnográficas. Lima: Red Para El Desarrollo de Las Ciencias Sociales En El Perú, 2004. Cap. 4. p. 109-140. Tradução de Catalina Zapata-Vial.
- CASSANY, Daniel. *Tras las líneas*. Sobre la lectura contemporánea. Barcelona: Anagrama, 2006.
- CHIKALANGA, Israel. A suggest taxonomy of Inferences for the reading teacher. *Reading In A Foreign Language*, Avai, v. 8, n. 2, p.697-709, 1992. Disponível em: <<http://www.nflrc.hawaii.edu/rfl/PastIssues/rfl82chikalanga.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- CONDE, Xavier Frías. Introducción a la psicolingüística. *Ianua: Revista Philologica Romanica*, [s. L.], n. 3, p.1-37, 2002. Disponível em: < <https://goo.gl/NqMSRm>>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- COSCARELLI, Carla Viana. Leitura em ambiente multimídia e a produção de inferências. 1999. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- COSCARELLI, Carla Viana. Uma conversa com Gilles Fauconnier. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 291-303, 2005. Disponível em < <https://goo.gl/drnJZ7>>. Acesso em: 16 Mar. 2017.
- DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. Leitura: inferência e contexto sociocultural. Belo Horizonte: Formato/Saraiva, 1988. 225 p.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Perét (Ed.). Glossário CEALE. 2016. Elaborado pela Faculdade de Educação da UFMG. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ESCUADERO, Inmaculada; LEON, José António. Procesos inferenciales en la comprensión del discurso escrito: Influencia de la estructura del texto en los procesos de comprensión. Revista Signos, Valparaíso, v. 40, n. 64, p. 311-336, 2007. Disponível em < <https://goo.gl/9hAxiB>>. Acesso em 11 maio 2017. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-09342007000200003>.

ESCUADERO, Inmaculada. Las inferencias en la comprensión lectora: una ventana hacia los procesos cognitivos en segundas lenguas. Revista Nebrija de Lingüística Aplicada A La Enseñanza de Lenguas, Nebrija, n. 7, p.1-20, 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/dt20Kj>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde; DIAS, Maria da Graça Bompastor Borges. A LEITURA, A PRODUÇÃO DE SENTIDOS E O PROCESSO INFERENCIAL. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 3, p.439-448, 2004. Semestral. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/pe/v>. Acesso em: 11 jul. 2017.

FAUCONNIER, Gilles. Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language. New York: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. The Way We Think: Conceptual Blending And The Mind's Hidden Complexities. Nova Iorque: Perseus Books Group, 2002. 464 p.

FAUCONNIER, Gilles. (Comp.). Cognitive Construction of Meaning. 2015. Disponível em: <<http://www.cogsci.ucsd.edu/~faucon/BEIJING/description.html>>. Acesso em: 19 jan. 2017

LEÓN, José Antonio. La mejora de la comprensión lectora: un análisis interactivo. Infancia y Aprendizaje, Madrid, v. 56, p.5-24, jun. 1991. Semestral. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=48379>>. Acesso em: 16 dez. 2016

LEÓN, José António. Una introducción a los procesos de inferencias en la comprensión del discurso escrito. In: LEÓN, José António. Conocimiento y discurso: Claves para inferir y comprender. Madrid: Piramide, 2003. Cap. 1. p. 23-45.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Compreensão textual como trabalho criativo. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 89-103, v. 11.

MONFORT, Isabelle; MONFORT, Marc. Inferencias y comprensión verbal en niños con trastornos del desarrollo del lenguaje. Revista de Neurología, Madrid, n. 56, p.141-146, 2013.

SALCEDO, Juan C. Ripoll. Una clasificación de las inferencias pragmáticas orientada a la didáctica. Investigaciones Sobre Lectura, [s. L.], n. 4, p.107-122, jul. 2015. Disponível em: <<http://comprensionlectora.es/revistaisl/index.php/revistaISL/article/view/43>>. Acesso em: 11 maio 2017.

TRABASSO, Tom; MAGLIANO, Joseph P. Conscious understanding during comprehension. Discourse Processes, [s. L.], v. 21, n. 3, p.255-287, maio 1996. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01638539609544959>.

*Recebido em 16/07/2018
e aprovado em 10/09/2018.*

Os caminhos do anjo das trevas: reflexões sobre poesia moderna no ensaio *Contre l'obscurité*, de Marcel Proust

The ways of the dark angel: reflections about modern poetry on the Marcel Proust's essay *Contre l'obscurité*

Iury Almeida e Belchior¹

Resumo: Neste artigo, estudaremos o ensaio intitulado *Contre l'obscurité*, publicado na *Revue Blanch* em 1896, por Marcel Proust. Nele o escritor francês critica o Simbolismo, uma tendência literária de sua época. Segundo Proust, a obscuridade empreendida pelos jovens poetas simbolistas seria uma perspectiva muito objetiva da poesia, como se a sua espinha dorsal se nutrisse por enigmas linguísticos, portanto, sistemática e fechada. Assim, ele defende outro tipo de obscuridade, no sentido de uma poesia sentimental, possível através da união entre linguagem e pensamento, arte e memória. Para analisar os postulados proustianos, em particular a ideia de tipos diferentes de obscuridade, nós optamos por um diálogo com importantes críticos que se empenharam em compreender a poesia moderna, como Hugo Friedrich, *Estrutura da Lírica Moderna*, e Alfonso Berardinelli, em *Da Poesia à Prosa*.

Palavras-chave: Proust; Mallarmé; Poesia; Obscuridade; Simbolismo; Modernidade.

Abstract: In this paper, we study the essay *Contre l'obscurité*, published in the *Revue Blanch* in 1896, by Marcel Proust. In it the French writer criticizes the Symbolism, a literary tendency of his time. According to Proust, the obscurity undertaken by the young symbolist poets would be a very objective perspective of poetry, as if its backbone were nurtured by linguistic enigmas, therefore, systematic and closed. Then, he defends another type of obscurity, in the sense of a sentimental poetry, possible through the union between language and thought, art and memory. To analyze the proustian postulates, in particular the idea of different types of obscurity, we opted for a dialogue with important critics who enforced to understand modern poetry, such as Hugo Friedrich, in *The Structure of the Modern Lyric*, and Alfonso Berardinelli in *From Poetry to Prose*.

Keywords: Proust; Mallarmé; Poetry; Obscurity; Symbolism; Modernity.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Letras da UFOP. E-mail: iurybelchior@hotmail.com

Incomensuráveis esforços são realizados na tentativa de apreender a poesia moderna. No clássico estudo de Friedrich, *Estrutura da Lírica Moderna*, dissonâncias e anormalidade marcam a poesia moderna, em oposição à serenidade e harmonia da prática poética anterior a esta. A negatividade, não em relação ao conteúdo, mas à forma, fomentaria um núcleo de categorias comuns a este tipo de poesia, dentre as quais uma que fascina: a obscuridade. A princípio, podemos compreendê-la como uma espécie de incomunicabilidade intencional; a poesia gerando uma tensão que tende mais à inquietude que à serenidade (FRIEDRICH, 1978, p.15).

Sem desqualificar o trabalho empreendido por Friedrich, que a partir de um apanhado histórico um tanto quanto linear tenta desenvolver a obscuridade como um denominador comum à poesia moderna, a reflexão sobre esta já se inclinava à pluralidade desde o século XIX. Em um ensaio publicado na *Revue Blanch*, em 1896, Marcel Proust discorre sobre esse conceito. Antes de prosseguirmos, vale mencionar que embora seja um escritor conhecido pelo monumental romance *À la recherche du temps perdu*, no momento que escreve o ensaio *Contre l'obscurité* sua obra derradeira nem tinha começado a ser escrita. Além disso, é importante deixar claro que Proust não se destacou como poeta, no sentido estrito do termo, sendo sua produção poética um conjunto bem tímido. Ainda assim, isso não desmerece sua empreitada crítica, pois, além de se mostrar um grande leitor, a discussão sobre obscuridade nesse ensaio pode ser parte da teoria estética que seria levada às últimas consequências no *Em busca do tempo perdido* (como foi traduzido o título de seu romance), contendo, portanto, o germe de sua concepção estilística.

Iniciando, já com suas peripécias retóricas, Proust segue criando uma espécie de jogo de espelhos em que, ao dar voz aos poetas da nova geração, diz o que eles pensam dos antigos, e respondendo às afirmações dos vanguardistas ele segue com uma espécie de diálogo que desde já nos remete a Platão, à maneira como este tratava a filosofia². Ao perguntar aos jovens poetas se eles fazem parte da nova geração, o jovem crítico se coloca contemporâneo a eles (e de fato é), ainda que afirme que não os entenda, pois parece haver um pré-requisito para a compreensão da poesia: preparação e seleção prévias. Na sequência, ele concorda com os poetas jovens que é necessário uma iniciação para a compreensão da poesia, entretanto, esta iniciação não consiste em mero mecanismo formal, versos livres ou latinos, pois isto não seria mais que *vains coquillages, sonores e vides* (conchas vãs, sonoras e vazias). (PROUST, 1896, p.69) É importante esclarecer que o que Proust considera como poetas, vale tanto para os que escrevem em verso quanto para prosa. Além dessa noção ampla do termo poeta, os jovens poetas que ele menciona são os poetas simbolistas, movimento conhecido pelo experimentalismo e exploração de mecanismos estritamente linguísticos para alcançar seu efeito poético, como sons e grafia, o que demonstra ainda mais a sagacidade crítica da expressão utilizada por Proust.

No parágrafo seguinte, Proust (1896, p.69) finalmente expõe o *l'erreur d'esthétique* (erro de estética) – importante sublinhar esta expressão – do qual acusa os poetas simbolistas. Os jovens poetas, ao se recusarem a adequar seu gênio, o que os impele à originalidade, às leis gerais da arte, e ao gênio permanente da língua, acabariam por gerar uma dupla obscuridade. Essa dupla obscuridade seria formada por dois aspectos: de um lado uma obscuridade de ideias e imagens, de outro, uma obscuridade

² Essa correlação é importante pela razão de Proust acusar os poetas simbolistas de estarem procedendo como filósofos ao desenvolverem uma poesia sistemática. Ressalta, pois, uma das muitas contradições proustianas, pois ao dar um tratamento mimético criando um diálogo, o crítico não deixa de estar, à moda platônica, filosofando também.

gramatical. Os poetas simbolistas, de acordo com a hipótese de interlocução, afirmariam que sua obscuridade é a mesma de Racine e Victor Hugo, certa novidade no uso da linguagem e que esta evolução da língua é concomitante a evolução do pensamento, como se fosse próprio das inovações no campo das artes sempre serem recebidas com hostilidade. Em resposta, Proust afirma, ornado em agudas ironias, que o problema é a incoerência no uso da palavra obscuridade. Este, por sua vez, seria algo novo na Literatura e que é uma atitude prepotente acreditar que se está conduzindo o progresso das artes, a ponto do valor das obras que compõem o cânone serem subitamente invertidos, como se o mundo mudasse repentinamente através da vontade de um pequeno grupo. Numa réplica, os jovens poetas se comparariam aos filósofos Spinoza, Kant e Hegel, *aussi obscurs qu'ils sont profonds* (tão obscuros quanto profundos) (PROUST, 1896, p.70). Afirmariam que foi a obscuridade que garantiu a longevidade de seus sistemas e que a poesia simbolista seria equivalente, ela não é um mero devaneio, mas um sistema. Esta afirmação é a *mea culpa* que faltava para que o crítico os acuse de fazer uma confusão entre poesia e teoria, pois a verdade da razão seria diferente de uma verdade das artes, já que só o sentimento poderia conduzir o poeta ao *coeur du monde* (coração do mundo) (PROUST, 1896, p.70). Para ilustrar a validade dessa tese, parecendo até antecipar Freud, Proust afirma que a peça de Shakespeare, Macbeth, é uma filosofia sem ser filosofia, pois nos fornece uma verdade não sistemática, uma verdade dos instintos³. Dessa forma, essa obra seria uma amostra da boa obscuridade, densa e profunda, pois não estaria encerrada na obscuridade gramatical, numa incomunicabilidade, capsula protetora de uma exatidão sistemática. Isto se justifica pelo fato do filósofo se dirigir às nossas faculdades lógicas, enquanto o poeta não; a filosofia está para uma verdade científica e carece de certa pureza dos signos. Nesse ponto reside uma importante diferença entre a visão de Proust e dos poetas simbolistas, enquanto estes acreditavam que o fazer poético estaria vinculado à significação, aquele professava uma poética da evocação.

Esta diferença entre significação e evocação está, obviamente, vinculada à questão da memória. Proust já se coloca como um memorialista ao reconhecer que os próprios simbolistas aludem ao poder da palavra, *du charme de son origine ou de la grandeur de son passé* (do charme da sua origem ou da grandeza de seu passado), do impacto disso sobre nossa imaginação (PROUST, 1896, p.71). O problema é que ao limitar a poesia à significação, a perspectiva está muito mais para uma língua instrumental, uma segunda língua que aprendemos com determinado objetivo, que para os encantos e mistérios da nossa língua materna e seu poder de fazer da palavra *une sorte de musique latente que le poète peut faire résonner en nous avec une douceur incomparable* (um tipo de música latente que o poeta pode fazer ressoar em nós com uma doçura incomparável). (PROUST, 1896, p.71) Nessa altura do ensaio, vale mencionar que o crítico que escreve é o jovem Proust, por isso o exemplo de poeta preocupado com uma memória da língua seja Anatole France (1844-1924), escritor admirado que será renegado posteriormente, como o protagonista da *Recherche*, Marcel, se distanciará cada vez mais do personagem escritor, Bergotte. Ainda assim, essa comparação do poder de evocação da palavra à música, que pode fazer ressoar em nós algo esquecido, é importante tanto como um sinal da relação entre arte e memória, que será plenamente desenvolvida no romance, quanto como mais uma demonstração da agudeza crítica do prodígio Marcel Proust, ao utilizar uma imagem através do verbo *résonner* e assim, contemplar uma

³ É importante informar que a diferença entre competência da razão e dos sentimentos é um tópico nos escritos de Proust, está presente nesse ensaio, em *Contre Sainte-Beuve* (que foi escrito provavelmente em 1908) e também na *Recherche*. Além disso, a proposta de que a Arte provém dos instintos e, como veremos ainda neste trabalho, da relação desta com a memória, é algo que encontra grande fundamentação na teoria freudiana, ainda que não haja provas de que Proust leu a obra de Freud.

questão que será muito cara aos simbolistas – e particularmente a Mallarmé – a sonoridade e sua possibilidade de leitura, de ser sentida, ainda que sem um referente explícito, ou ao menos, um referente que não seja nada além da própria poesia.

Prosseguindo, Proust passa ao exame de uma terceira razão que os simbolistas poderiam utilizar para se justificarem: as ideias e sensações obscuras. Estas seriam ideias e sensações mais sofisticadas, mais raras e de difícil expressão, oposição às sensações mais claras, apolíneas e correntes. O poeta, por ter um ponto de vista menos ordinário, teria um especial interesse por este tipo de matéria. Proust responde a este argumento com uma imagem que pode ser um precioso índice de seu posicionamento como artista-crítico e, por conseguinte, revelar uma tensão do seu posicionamento (inclusive político). Ele diz que se o poeta tem atração por essas ideias obscuras, ele deve torná-las mais claras; *s'il parcourt la nuit, que ce soit comme l'Ange de Ténèbres, en y portent la lumière* (se ele percorre a escuridão, que seja como o Anjo das Trevas, trazendo-as à luz). (PROUST, 1896, p.71)

Esta imagem tem íntima relação com um elemento muito importante para a reflexão sobre a obscuridade: a recepção da poesia. Portanto, finalmente partimos para o argumento geralmente invocado pelos simbolistas em defesa de sua obscuridade: ela serviria para proteger a sua obra do vulgo. A linguagem-fortaleza, de uma poesia para especialistas, serviria para proteger a obra de arte de um público medíocre, o que justificaria sua incomunicabilidade. Entretanto, para o crítico, que não poupa acidez ao dizer que, nesse caso, há um erro quanto a quem seja o vulgo da situação, a preocupação em agradar ou desagradar o público revela uma ideia infantil e medíocre; infantil por acreditar que a poesia possa ser compreendida através do pensamento (e nesse caso retornamos a dualidade já explorada, da diferença entre poesia e filosofia), e medíocre por limitar a obra de arte a atender ou não a demanda do público. Essa ânsia pueril, em utilizar uma expressão fácil para bajular o público ou uma expressão hermética para restringi-lo, impede que se tenham preocupações verdadeiramente estéticas com a poesia, e, portanto, indiferente do caminho escolhido, só agrade a leitores de segunda categoria. Proust acusa a geração simbolista de negligenciar o tempo e o espaço ao querer revelar apenas as verdades universais e assim negligenciar que o universal está presente no particular. Quanto mais particular, mais universal. Dessa forma, para o autor da *Recherche*, se a poesia utiliza uma língua conhecida pelos seus leitores, não há necessidade de utilizar expressões mudas, pois mesmo as novidades ressoaram como traduzíveis. É instigante que, em resposta, Mallarmé publica um artigo no mesmo número da *Revue Blanche*, com o título de *Les mystère dans le lettres*, e refuta: *Il doit y avoir quelque chose d'occulte au fond de tous, je crois décidément à quelque chose d'abscons, signifiant fermé et caché* (Deve haver algo de oculto no fundo de todos, eu acredito decididamente em algo de absconso, significante fechado e escondido). (MALLARMÉ, 1896, p.214)

Partindo dessa breve apresentação de *Contre l'Obscurité* poderemos fazer algumas considerações teóricas. É necessário salientar que não será preciso fazer justiça à Mallarmé, pois o leitor informado saberá que a própria perspectiva crítica proustiana valoriza aspectos da poesia simbolista, da qual o poeta mencionado é o grande expoente. Ademais, se trata de uma perspectiva, que as próprias considerações teóricas terão o potencial de corrigir as deformidades. Desse modo, aquelas afirmações mais totalizadoras serão balizadas de forma razoável.

Seja como for, nenhuma hipótese é mais totalizadora que aquela que afirme que exista a obscuridade. É nesse sentido que o ensaio de Proust nos interessa, pois, historicamente, ele se insere

como um dos pioneiros a refletir sobre a poesia moderna considerando tipos de obscuridade. Mesmo assim, ele realiza seu intento com certa imprecisão, se considerarmos que sua visão de poesia se estende a autores de romances⁴. A dificuldade advém da tentativa de definir a obscuridade em si mesma, pois tanto ela, quanto a própria definição de clareza, são conceitos relativos (BERARDINELLI, 2007, p.127). Ainda que possamos afirmar que exista a poesia, ou uma história da poesia, não podemos constatar a existência de uma única característica, mas de várias. Se considerarmos as diferenças da língua ou mesmo as nacionais, essas características se multiplicam vertiginosamente. Desse modo, da mesma forma que não encontramos um conceito plenamente capaz de definir a modernidade, não há como definir, sem o ônus praticamente impossível de percorrer toda a produção poética moderna, a obscuridade. Isto sem mencionar a questão da recepção que a envolve; seria ainda mais difícil presumir todos os leitores, com todas as suas especificidades e diferenças. Ainda assim, seu apontamento por parte de Hugo Friedrich tem o mérito de nos indicar uma mudança de perspectiva; a poesia moderna não é o caminho de um jardim de paz e serenidade. Não que a paz e a serenidade não estejam mais ao nosso alcance, mas agora há tantos caminhos que a própria indecisão contingencial já nos causa inquietude.

Valorizando o empenho de *Estrutura da Lírica Moderna*, e ao mesmo tempo lúcido quanto às suas limitações, o filósofo italiano Alfonso Berardinelli tenta encontrar uma órbita possível em que a obscuridade possa ser constatada como um denominador comum, ainda que ela possa estar em posições diferentes e concomitantes. Apesar da multiplicidade de caminhos: "nas formas de obscuridade moderna há algo de irreduzível: um dissídio que se representa continuamente e que força a linguagem poética sempre para aquém ou além da comunicação social predominante, rumo à utopia ou ao silêncio, à afasia ou ao idioleto." (BERARDINELLI, 2007, p.133) Assim, ao considerar essa área, ele pode ir além da primeira de suas duas hipóteses - que seria a de que cada autor é obscuro à sua maneira, no sentido de uma estética pluralista - em direção à segunda - a de que há quatro tipos de obscuridade presentes sincronicamente e diacronicamente, nesse caso até sugerindo uma evolução histórica. Sincronicamente as variações da obscuridade podem ser constatadas em autores que são contemporâneos entre si, mas que percorrem trajetórias distintas.

Para melhor esclarecimento, trataremos, ainda que resumidamente, de cada um dos quatro tipos de obscuridade. O primeiro é denominado *solidão e singularidade*, é caracterizado pela postura do autor que se projeta no leitor. Este, por sua vez, passa a ser uma espécie de duplo do autor e a situação de comunicação é praticamente de um monólogo. O que não surpreende é que o maior exemplo desse primeiro tipo de obscuridade seja Hamlet:

Essa é a situação de Hamlet, oscilante, instável e destruidora de todo vínculo com o ambiente (de um lado, fala a si mesmo, de outro, fala por provocação, fingindo-se de louco). O movimento em direção à obscuridade nasce com uma situação que poderíamos definir hamletiana e misantrópica da linguagem. (BERARDINELLI, 2007, p.136)

O segundo tipo de obscuridade denomina-se *profundidade e mistério*. Caracteriza-se por uma inclinação às profundezas da realidade, já que a superficialidade, a realidade comum e compartilhada não agrada mais ao poeta. Segundo o filósofo italiano, isso já aparece em Hölderlin e Leopardi, mas ao

⁴ Isso não significa que há ausência de critério na amplitude que Proust utiliza, pois se considerarmos a Literatura como uma grande série, poesia e romance são elementos distintos que tem muitos pontos de intersecção. Além disso, vale salientar que a obscuridade e seus possíveis equivalentes teóricos, como a *literariedade*, terão grande influência no romance. (BERARDINELLI, 2007, p.142)

mesmo tempo se concentra nos simbolistas (o que já é um dado importante para o saldo de nossas reflexões). Como o mundo visível não é mais interessante, há necessidade de novos utensílios para que o poeta-explorador mergulhe nas profundezas, ou seja, há necessidade de uma linguagem apropriada, diferente da comunicação habitual, em que:

Se os objetos singulares sensíveis comparecem, é para recorrer a outra coisa, à profundidade e ao mistério que se abrem às suas costas, criando efeitos de vertigem. Os objetos se tornam símbolos, epifanias, manifestações momentâneas, inesperadas e radiantes de uma realidade que está além, atrás ou mais adiante. (BERARDINELLI, 2007, p.137)

Provocação é o terceiro tipo de obscuridade. Embora ela pareça apenas uma postura do poeta em relação ao mundo, sua revolta, seu descaso ou rebeldia, ela passa a integrar a dimensão da linguagem para comportar determinados conteúdos. Um exemplo emblemático desse tipo é Baudelaire:

A estética do feio e o fascínio da corrupção, da deterioração, do horror, do vício, dos estados alterados e patológicos de consciência, não criam, com Baudelaire, apenas a personagem da poeta como *dandy*, mas também determinam inteiramente o cenário e a linguagem das *Fleurs du mal*. (BERARDINELLI, 2007, p.138)

Por fim, o quarto tipo de obscuridade é denominado *Jargão*. Nele, a modernidade não está cansada de si mesma, não procura se resolver; se há uma crise de sentido, toda impossibilidade do sentido será aproveitada. O silêncio, o vazio, a intraduzibilidade é objeto de contemplação. Seu maior representante é, sem sombra de dúvidas, o próprio Mallarmé. Na prática poética, seu efeito é uma maior especificidade de linguagem. Esta se torna uma espécie de fortaleza em que o poeta aprisionará a poesia, somente aos especialistas será possível, não resgatá-la, mas contemplá-la em seu cárcere, pois:

Quando a obscuridade, como característica geral, genérica e abstrata da poesia moderna, se torna jargão, isto é, língua especial e especializada, aceita enquanto tal no pluralismo das especializações culturais, então o radicalismo estético moderno está acabado: já não surpreende nem escandaliza nem oferece um acréscimo de conhecimento, e o choque é assimilado. (BERARDINELLI, 2007, p.140)

Os quatro tipos de obscuridade apresentados são muito significativos para a diatribe explorada no ensaio de Marcel Proust. Antes de qualquer coisa, cumpre esclarecer que seu caráter esquemático não é capaz de resolver as várias tensões internas que encontramos ao examinar cada poeta. Mas como já afirmado anteriormente, trata-se de uma hipótese sobre a obscuridade. Por conseguinte, ela não exclui a primeira, mais pluralista e monográfica, mas explora algumas das nuances e possibilita uma atitude crítica mais comparativa, o que fomenta movimentos intelectuais sofisticados e até uma riqueza epistemológica. Em outras palavras, ela é uma ramificação muito instigante do clássico estudo desenvolvido por Friedrich.

Quanto ao ensaio de Marcel Proust, os quatro tipos de obscuridade nos permitem explorar melhor as diferenças ali encontradas. Primeiramente, é preciso ressaltar que embora sejam quatro, eles percorrem um arco entre dois polos extremos que podemos alocar facilmente em *Contre l'Obscurité*, "o espaço artístico se divide entre o território da regressão mágica e o da modernização tecnológica" (BERARDINELLI, 2007, p.134). É evidente que a posição de Proust é voltada mais para a

regressão mágica, pela defesa da tradição, da comunicação e até, em alguns momentos, de uma estética idealista. Quando ele aborda a memória da língua e trata de seu poder de ressoar em nós algo já esquecido, ele parece estar aludindo claramente à noção de memória cultural (ou coletiva). Em oposição a História, a memória é emocional e mágica (NORA, 1993. p.9). A relação entre arte, ou mais especificamente, entre poesia e memória, fica evidente na perspectiva do jovem crítico. No extremo oposto, encontramos o simbolismo personificado na engenharia de Mallarmé, que com seu experimentalismo, praticamente implode a linguagem, ou ao menos, rompe radicalmente com alguma persistência do passado das artes. Em oposição à magia da evocação, Mallarmé se empenha no pensamento explorando espaços rumo à significação, o que representa “a firme defesa do ponto de vista da poesia e do poeta como lugar possível de um discurso sobre a história.” (SISCAR, 2011. p.92) Embora a analogia com a diferença entre memória e história sugeridas pelo famigerado par magia e técnica pareça evidente, ao explorarmos a convergência entre as visões que foram debatidas no ensaio de Proust e os quatro tipos de obscuridade, constataremos que elas não formam uma visão tão binária assim, já que, “frequentemente essas figuras contrapostas se sobrepõem em um mesmo autor. E isso também ocorre em relação aos quatro tipos – ou aos quatro caminhos – de obscuridade”. (BERARDINALLI, 2007, p.134)

Quanto ao primeiro tipo – *solidão e singularidade* – parece evidente que ele se adequa mais a perspectiva proustiana, não só pelo fato de Hamlet ser o grande exemplo (e Proust mencionar Macbeth como amostra do tipo de obscuridade que prefere), mas pela própria característica do particular como canal para expressão de um espírito absoluto. Lembrando que, na perspectiva do jovem crítico, quanto mais particular mais universal. E, com o perdão de certo anacronismo, já que nesse instante de *Contre l'Obscurité a Recherche* não tinha começado a ser escrita, e mediante uma autorização para conceber o estilo levado a cabo no romance como um feito poético (logo, mediante a uma ampliação do sentido da palavra poeta), vale ressaltar que Proust tem seu romance narrado em primeira pessoa, numa profusão de exaustivos monólogos, como se o leitor fosse seu duplo e não se desesperasse diante do seu belo e prolixo movimento reflexivo. No que diz respeito aos simbolistas, esse tipo de obscuridade não parece ser adequado, pois ainda que ele presuma o seu interlocutor como uma extensão de si mesmo (alto grau de subjetividade), a linguagem utilizada tem certo vínculo comunicativo.

No segundo tipo, *profundidade e mistério*, a visão do crítico concorda com os simbolistas a respeito da preferência do poeta pelas sensações e ideias obscuras. A divergência aponta para a maneira de tratamento. No ensaio, os jovens poetas dizem que é necessária uma linguagem diferente para tratar dessas sensações, o crítico responde com a bela e emblemática imagem do Anjo das Trevas, que deve buscar esclarecê-las. Sobre esse aspecto, Berardinelli (2007, p.137) afirma que “é necessária uma linguagem diversa em relação à usual, da comunicação, ou à linguagem tradicional da poesia”. Quanto a esse aspecto, embora Proust, tanto no ensaio quanto em seu romance, que inicia com uma cena que o narrador está meio sonolento e não consegue distinguir o quarto em que repousa, além das tantas outras em que a realidade exterior é extremamente questionada, podemos concluir que este tipo de obscuridade não se efetiva, por mais que haja uma inclinação a ela.⁵

⁵ Se considerarmos que em *profundidade e mistério* os objetos aparecem como sombras de uma realidade mais profunda, talvez essa linguagem já esteja efetiva em Proust. Em seu romance, os objetos sensoriais aparecem como pontes para realidades profundas, o maior

Sobre o terceiro tipo, *provocação*, não identificamos situação análoga sendo discutida no ensaio de Proust. De qualquer forma, poderíamos questionar, eventualmente, se a própria linguagem utilizada por um Mallarmé em um *Coup de Dés* (Lance de Dados) não seria um estímulo provocativo. Concluímos que não, pois esse tipo de obscuridade provocativa está muito mais relacionado ao debate ético-moral através de uma linguagem que choça, mas ainda assim comunica as verdades grotescas, áridas e pérfidas. O referido poema não provoca, mas está fechado, muito mais relacionado com o quarto tipo de obscuridade. Ainda tomando de empréstimo a abrangência do termo poeta, poderíamos encontrar indícios desse tipo de obscuridade no romance proustiano, não apenas pela exposição dos vícios, da hipocrisia aristocrática, do ciúme doentio, da homossexualidade e do sadismo, mas pela forte presença de Baudelaire durante *Em busca do tempo perdido*, manifesta tanto com referências às *Fleurs du Mal* quanto ao ensaio *Le peintre de la Vie moderne* (O pintor da Vida moderna).

Por fim, o quarto tipo de obscuridade – *jargão* – é o verdadeiro inimigo em *Contre l'Obscurité*. Para o crítico, é essencial que a poesia tenha o mínimo de potência comunicativa. Nesse sentido, a poesia praticada por Mallarmé seria uma poesia fechada em si mesma, o que, de certa forma, sustentaria as acusações feitas por Marcel Proust: de que seria uma poesia preocupada em agradar ou desagradar o público enquanto restrição, de que seria uma poesia para iniciados e de que teria muito mais preocupações lógicas para nutrir-se enquanto sistema que preocupações estéticas. Em convergência com elas, Berardinelli discorre que:

Os poetas falam entre si, ou para um círculo diminuto. A linguagem da busca pelo absoluto produz, em Mallarmé, um absoluto da linguagem, uma linguagem-fortaleza, uma linguagem-prisão, uma *turris eburnea*. A língua da poesia se especializa. Cria um antimundo. Funciona como uma máquina, procedendo a uma meticulosa abrasão de todo conceito, imagem e valor herdados. O ato poético passa a ser culto e apologia de si mesmo. Desses pressupostos nasce uma obscuridade que poderíamos definir de 'Sublime Niilismo'. (BERARDINELLI, 2007, p.141)

Em contrapartida, os simbolistas como vanguarda exerceram um papel político importante, ao realizar, com essa recusa do mundo, uma grande negação do mundo burguês. A poesia parecia ter atingido seu ápice, o experimentalismo radical intentava criar uma arte que fosse a única finalidade em si mesma. Ou, como atesta Berardinelli (2007, p.131), "as novas vanguardas trabalhavam na consolidação teórica da estética da modernidade". A obscuridade máxima era a prova derradeira de que um escritor estava se movendo no âmago da própria modernidade. Por essa razão, é natural que Proust, ao advogar em defesa da cultura nos pareça conservador, pois seu posicionamento estético, ao tomar a poesia como sentimental, arte como autoconsciência crítica e histórica, de alguma maneira defendia instâncias burguesas de poder. Ou talvez, seja apenas um pré-requisito de quem acredite na possibilidade de mudar a cultura por dentro da cultura. Ou ainda, já aspirando ares do modernismo, ele estivesse professando ser possível resolver os dilemas de seu tempo mediante o diálogo com a tradição, a possibilidade de sentido numa relação entre particular e universal. Em suma, são visões diferentes do processo em curso: a modernidade. Em conjunto, as duas desempenham funções importantes. Ao questionarem radicalmente o mundo, os simbolistas fecham a possibilidade para a continuidade do mundo a partir de outra postura, o que leva "à eliminação da ideia de obra, de arte e de obra de arte." (BERARDINELLI, 2007, p.142) Ao

exemplo disso seria a *madeleine*. Assim, Edmund Wilson estaria correto, em seu belíssimo ensaio, ao afirmar que Proust é um simbolista, o que aprofundaria ainda mais as instigantes contradições do autor da *Recherche*.

mesmo tempo, as vanguardas inauguram uma nova poesia, um novo público leitor, uma crítica especializada e acadêmica. Um exemplo disso é que a esquemática tipologia de Alfonso Berardinelli, ao ampliar a noção de obscuridade de Hugo Friedrich não esgota a questão da obscuridade, pelas muitas particularidades que já abordamos. Apesar da impossibilidade totalizante da teoria diante de um objeto sempre fugidio que é a poesia, não devemos nos frustrar pela sua contínua não instrumentalização⁶. Muito pelo contrário, por tantas vezes nos fazer ultrapassar os limites do fôlego, num exaustivo empenho crítico e teórico, é que a poesia moderna demonstra seu valor como objeto de estudo. Por essa razão, podemos afirmar (talvez contrariando Marcel Proust) que depois de Mallarmé, o mundo finalmente está pronto para a poesia, tem sofisticados instrumentos para lidar com ela em todas as variações de obscuridade. Se não podemos apreendê-la totalmente, podemos passear pelos caminhos escuros, pelo breve caminho da vida, iluminando um pouco mais, como um Anjo das Trevas...

Referências Bibliográficas:

- BERARDINELLI, Alfonso. *Da poesia à prosa*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da Lírica Moderna*. Tradução de Marise M. Curioni e Dora F. da Silva. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.
- MALLARMÉ, Stéphane. *Les mystère dans le lettres* In: *Revue Blanche*, 1896. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6573791h/f21.image.r=proust%20contre%20l%27obscurit%C3%A9%20revue%20blanch%C3%A9.langPT>> Acessado em 13 jan, 2017.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. In: Proj. História, São Paulo, 10 (dez) 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/prevph/article/viewFile/12101/8763>> Acessado em 15 mai. 2016.
- PROUST, Marcel. *Contre l'obscurité*. In: *Revue Blanche*, 1896. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6573791h/f21.image.r=proust%20contre%20l%27obscurit%C3%A9%20revue%20blanch%C3%A9.langPT>> Acessado em 13 jan, 2017.
- SISCAR, Marcos. *Poesia e Crise: ensaios sobre a "Crise da Poesia" como topos da modernidade*. Campinas: Unicamp, 2011.
- WILSON, Edmund. *O Castelo de Axel: ensaios sobre a literatura imaginativa de 1870 a 1930*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Recebido em 18/07/2018
e aprovado em 10/09/2018.

⁶ Muito pelo contrário, a proposta teórica de Berardinelli nos sugere uma ampliação do arsenal teórico, ou seja, uma teoria que se molda conforme o objeto. Essa flexibilidade reflexiva mostra a maturidade intelectual gerada pela própria dificuldade de apreensão da poesia moderna.

A heterogeneidade discursiva no discurso de Dilma Rousseff: uma análise do discurso relatado na sua carta de defesa e no seu último pronunciamento como presidenta

La heterogeneidad discursiva en el discurso de Dilma Rousseff: un análisis del discurso relatado en su carta de defensa e en su último pronunciamiento como presidenta

Andrêssa dos Santos Galvão¹

Resumo: No presente artigo analisamos, no âmbito da Análise de Discurso de filiação pecheuxiana, o discurso da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff. Tomamos como *corpus* empírico a carta de defesa enviada, pela então presidenta, ao Senado Federal, em 16 de agosto de 2016; e seu último pronunciamento, como presidenta, antes de sua defesa final, em 29 de agosto do referido ano, com o objetivo central de analisar a heterogeneidade discursiva presente nos documentos citados. Para tanto, centramos a análise na heterogeneidade mostrada (marcada ou não), através do discurso relatado, atentando para: i. o discurso relatado marcado; ii. o discurso relatado indireto formal; iii. o discurso relatado indireto informal; iv. Os efeitos de sentido decorrentes da heterogeneidade discursiva.

Palavras-chave: Heterogeneidade discursiva; Discurso relatado; Discurso-outro, Discurso de Dilma; Formação discursiva.

Resumen: En el presente artículo analizamos, en el ámbito del Análisis de Discurso de filiación pecheuxiana, el discurso de la ex presidente Dilma Vana Rousseff. Tomamos como *corpus* empírico la carta de defensa enviada, por la entonces presidenta, al Senado Federal, el 16 de agosto de 2016; y su último pronunciamento, como presidenta, antes de su defensa final, el 29 de agosto del referido año, con el objetivo central de analizar la heterogeneidad discursiva presente en dichos documentos. Para eso, centramos el análisis en la heterogeneidad mostrada (marcada o no), a través del discurso relatado, atentando para: i. el discurso relatado marcado; ii. el discurso relatado indirecto formal; iii. el discurso relatado indirecto informal; iv. los efectos de sentido decurrentes de la heterogeneidad discursiva.

Palabras-clave: Heterogeneidad discursiva; Discurso relatado; Discurso-otro; Discurso de Dilma; Formación discursiva.

Considerações iniciais

Neste artigo, analisamos o discurso de autodefesa² de Dilma Vana Rousseff³, focando na carta, enviada pela então presidenta ao Senado Federal, e seu pronunciamento final, enquanto presidenta, em 16 e 29 de agosto de 2016, respectivamente, e tendo como pano de fundo o processo de *impeachment*, que gerou uma comoção nacional e internacional, visto que, de um lado, defendia-se que a presidenta havia cometido crimes que legitimavam seu afastamento, e de outro, sustentava-se que ela estava sendo vítima de um “golpe” e que o processo era uma via de acesso para um governo ilegítimo.

Durante o processo, uma crise política e econômica se abateu sobre o país e foram deflagradas inúmeras prisões de políticos e empresários envolvidos em escândalos de corrupção. Diante desse cenário, consideramos importante refletir sobre os efeitos de sentido produzidos pelo discurso da presidenta. Nessa perspectiva, entendemos importante compreender de que modo o discurso de Dilma é atravessado por outros discursos que marcam as diferentes posições-sujeito que, por sua vez, se inscrevem em diferentes formações discursivas. Além disso, o embate de forças, travado durante o processo de *impeachment*, fez vir à tona uma discursividade fortemente marcada pelo político, aqui entendido como relações de força que se trava na sociedade (presentes na sociedade) que no nosso entender merece um estudo.

Entendemos que o *impeachment* de Dilma foi um acontecimento histórico que deu início a uma série de eventos que mudou o cenário sócio-político do Brasil, daí a importância de partirmos da carta e do pronunciamento da presidenta, atentando para a heterogeneidade discursiva mostrada (marcada ou não) presente nos referidos documentos.

Authier-Revuz (2004, p. 12) defende que é no fio do discurso que, real e materialmente, um locutor único produz um certo número de formas, as quais são linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso. Essas formas, por sua vez, inscrevem em sua linearidade, o outro⁴. Assim, entendemos que nossa reflexão é significativa, dado que fortalece a concepção de que o discurso de um sujeito não tem origem nele, mas deriva sentidos da memória discursiva. Desta forma, partimos de

2 Nosso corpus empírico reúne duas peças: a carta (escrita) de Dilma, enviada ao Senado, e seu último pronunciamento (escrito), antes de sua defesa final. Portanto, quando falamos em discurso de autodefesa, nos referimos a essas duas peças, especificamente.

3 Optamos, neste trabalho, utilizar as formas “presidenta”, “presidenta Dilma” e “Dilma” ao nos referirmos à presidenta Dilma Vana Rousseff.

4 Compreendemos que o “outro”, para a AD, corresponde ao discurso-otro, que é da ordem do complexo das formações discursivas, ou seja, do interdiscurso, uma vez que o mesmo corresponde ao “isso fala”, o “sentido já-lá” (Orlandi, 1990, p. 39) – é a partir da relação entre o intradiscurso com o interdiscurso, que o dizer do sujeito é remetido ao Outro constitutivo (interdiscurso), haja vista que todos os dizeres aí estão.

Authier-Revuz, pois foi ela que cunhou a noção de heterogeneidade. Porém, utilizamos, também, os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Análise de discurso de filiação pecheuxtiana (AD), como base para a reflexão que será desenvolvida.

A heterogeneidade discursiva através do discurso relatado

Empreendemos, aqui, uma discussão acerca da heterogeneidade discursiva que irrompe no discurso que analisamos, através do discurso relatado. Indursky (2013, p. 241) entende que “o discurso relatado é apenas o sintoma da natureza essencialmente heterogênea de qualquer discurso”, ou seja, é uma forma de apreensão da fala do outro; sendo possível, através dele examinar a heterogeneidade do discurso.

Neste íterim, nos apoiamos, metodologicamente, na classificação proposta por Indursky (2013, p. 243), acerca das formas do discurso relatado. A autora salienta, contudo, que não se trata de uma nova nomenclatura.

Indursky (2013, p. 243) elenca três modalidades do discurso relatado: i. Discurso relatado marcado (DRM); ii. Discurso relatado indireto formal (DRIF); e iii. Discurso relatado indireto informal (DRII). A primeira modalidade caracteriza-se por citar palavras, expressões, enunciados entre aspas; a segunda corresponde, com exatidão, ao discurso indireto; e a terceira modalidade é uma variante da segunda, porém, não possui uma sintaxe passível de formalização, isto é, não apresenta identidade com a sintaxe que caracteriza o discurso indireto.

Note-se que o DRM e o DRIF podem ser apreendidos a partir de marcas no texto, ou seja, estamos diante de formas da heterogeneidade mostrada marcada, ou, como compreende Authier-Revuz (2004, p. 12), são modalidades em que o locutor “dá lugar explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso”. Já no caso do DRII, temos uma forma mostrada não marcada, haja vista que não há separação entre o que diz o sujeito de D1⁵ e o que diz o sujeito de D2⁶, sendo necessário recorrer à categoria da memória discursiva para compreender como se dá a inserção do discurso-outro no discurso em pauta.

Nas análises que se seguem, é possível compreender como tais funcionamentos marcam um confronto entre FDs, dado que a partir de tais modalidades do discurso relatado é possível apreender o discurso-outro que é rejeitado pelo sujeito de D1 na busca de sua desqualificação. Buscamos também compreender os efeitos de sentido produzidos no processo de inserção do discurso-outro. De tal modo, na análise, que está dividida em sub-recortes⁷, apresentamos as sequências discursivas representativas de diferentes maneiras de inserção do discurso-outro no discurso em pauta.

5 D1: Discurso representativo da posição-sujeito que se inscreve na Formação Discursiva Interna.

6 D2: Discurso representativo da posição-sujeito que se inscreve na Formação Discursiva Externa.

7 Compreendemos que o sub-recorte diz respeito a distintos funcionamentos linguísticos que mostram o mesmo funcionamento discursivo, isto é, no caso de haver mais de uma forma de funcionamento do discurso-outro, este será compreendido como sub-recorte.

A heterogeneidade da formação discursiva

Para compreender a heterogeneidade discursiva no seio da AD, precisamos apreender a concepção de formação discursiva (FD), visto que a própria FD é considerada como heterogênea em relação a si mesma, ou seja, o seu fechamento é instável, não havendo um limite que separe o seu interior e seu exterior (COURTINE & MARANDIN, 2016, p. 39).

Pêcheux traz de Foucault a noção de formação discursiva. Para Foucault (2008, p. 43), na possibilidade de se descrever, entre um certo número de enunciados, um sistema semelhante de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, seja possível definir uma regularidade, poder-se á dizer, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. Desta forma, a FD, para este autor, apresenta-se como um conjunto de enunciados que se ligam e que se relacionam uns com os outros, colocando em cena determinadas regularidades.

Na Análise de Discurso, essa noção é retomada por Pêcheux associada à teoria das ideologias. Assim, Pêcheux chama de formação discursiva

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc). (2014, p. 147)

Desta forma, os sentidos das palavras podem mudar a depender das posições sustentadas por quem as emprega, ou seja, derivam sentido das formações ideológicas em que tais posições se inscrevem. Assim, é possível dizer que, na AD, a noção de formação discursiva não é homogênea, pois comporta em seu interior um espaço de transformação.

A concepção de interdiscurso, de acordo com Courtine & Marandin, é muito cara para entendermos como funciona a FD, pois

o interdiscurso consiste em um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma FD é levada, em função das posições ideológicas que essa FD represente em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no seu exterior, para nela produzir a redefinição ou o retorno, para igualmente evocar seus próprios elementos, para organizar sua repetição, mas também para provocar nela o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação. (COURTINE & MARANDIN, 2016, p. 39-40; grifos dos autores)

Isso posto, compreende-se que a FD é heterogênea, bem como o discurso, dado que as fronteiras de uma FD são instáveis e abrem espaço para que elementos vindos do interdiscurso possam causar deslocamentos, rupturas, ou até mesmo o apagamento de saberes que nela são permitidos.

Falar sobre a heterogeneidade discursiva é tratar do efeito do interdiscurso no interior mesmo de uma série de formulações, que constitui o saber “próprio” de uma FD dada, a partir de elementos que vêm do seu exterior. Isto é, a pretensa homogeneidade da FD se dissolve sob a pluralidade nominalista dos “objetos do mundo”, marcando, assim, a heterogeneidade que é constitutiva de uma FD (COURTINE & MARANDIN, 2016, p. 42).

Desta forma, o sujeito, ao falar, identifica-se com uma FD determinada, reproduzindo os saberes que são permitidos no interior da mesma. Todavia, há um espaço de contradição, visto que a maneira como a posição-sujeito se relaciona com a forma sujeito da FD não é necessariamente homogênea. No seio da FD há distintas posições-sujeito que se relacionam diferentemente com a forma-sujeito que regula esse espaço de dizer, o que reafirma a noção de FD heterogênea.

Segundo Courtine (2016, p. 18-19), uma FD não deve ser pensada como “um único discurso para todos” ou “a cada um o seu discurso”, mas sim como “dois (ou vários) discursos em um só”, pois a contradição é um princípio constitutivo da FD. Os enunciados, segundo o autor, são “os elementos do saber próprios a uma FD [...] uma forma, ou um esquema geral, que governa a ‘repetibilidade’ no seio de uma *rede* de formulações”.

O enunciado, conforme Courtine (2016, p. 18-19), forma-se a partir de dois níveis: o interdiscursivo (eixo vertical) e o intradiscursivo (eixo horizontal). É a partir dessa relação que os objetos do discurso se formam, como pré-construídos. Esses foram formulados em condições de produção determinadas e, ao serem incorporados ao discurso, são produzidos em condições de produção outras.

Segundo esse mesmo autor (COURTINE, 2009, p. 74), o interdiscurso é o lugar onde se constituem, para o sujeito falante (que produz uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada), os objetos de que esse sujeito do discurso se apropria, tornando-os objetos de seu discurso. Já o intradiscurso de uma sequência discursiva são as articulações entre esses objetos, a partir dos quais o sujeito dá uma coerência à sua declaração. Dessa forma,

essa “horizontalização” da dimensão vertical de constituição do enunciado é contemporânea à apropriação por um sujeito enunciator [...], que ocupa um lugar determinado no seio de uma FD, de elementos do saber da FD na enunciação do intradiscurso de uma sequência discursiva, esta em uma situação de enunciação dada. (COURTINE, 2016, p. 24)

O que o autor entende, em outras palavras, é que o sujeito, que ocupa uma posição no interior da FD, apropria-se de saberes advindos do interdiscurso, pela via do eixo da formulação (intradiscurso), e produz sequências discursivas em uma situação de enunciação dada.

Conforme Indursky (2013, p. 239-240), é possível dizer que o sentido de uma sequência discursiva não é produzido somente a partir das relações que esta estabelece com outras sequências discursivas no interior de um discurso dado, mas também se dá a partir da relação que estabelece com sua FD de origem e com o interdiscurso. Essa mesma autora compreende que,

a produção de sentido faz intervir a memória discursiva que lhe está associada, permitindo relacionar sequências formuladas no intradiscurso com seu exterior. Somente ao relacionar uma sequência discursiva com a FD que afeta o sujeito do discurso é possível verificar se essa relação é de identidade ou de antagonismo. (INDURSKY, 2013, p. 240)

Ao compreendermos que a formação discursiva é o lugar em que o sentido se constitui, somos levados por Pêcheux (2014, p. 149) a entendê-la como tendo a função de “dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso que determina essa

formação discursiva como tal”, isso quer dizer que há uma *objetividade material* que determina que algo fala antes, em outro lugar e independentemente.

Isso é dizer que a forma-sujeito, ao absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, simula o interdiscurso no intradiscurso, pois o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso, o que corrobora com a unidade (imaginária) do sujeito, de tal forma que pode chegar a confundir-lo, já que se chega ao ponto de não haver demarcação entre o que é dito e aquilo que advém de outro lugar (PÊCHEUX, 2014, p. 155). Assim, de acordo com Pêcheux, a

identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma ... enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (2014, p. 150; grifos do autor)

Portanto, compreender a incorporação dos elementos do interdiscurso é de extrema importância para o nosso trabalho, uma vez que não há fronteiras que demarquem o que é dito no discurso de autodefesa da presidenta e o que advém de outro lugar. Somente chegaremos a compreender como o discurso-outro irrompe no discurso de Dilma a partir de pistas linguísticas e da categoria da memória discursiva.

Relações de confronto através do Discurso relatado marcado (DRM)

Neste sub-recorte, analisamos a inserção do discurso-outro a partir do discurso relatado marcado. Em tal caso, a heterogeneidade discursiva é explícita, pois o discurso-outro é marcado pelas aspas ou por dois pontos introdutórios (INDURSKY, 2013, p. 243-244).

Para fins de análise, consideramos o que defendem Authier-Revuz e Indursky sobre esta forma de inserção do discurso-outro, para fundamentar a análise que se segue. Nos casos em questão, acreditamos que o sinal gráfico das aspas chama atenção para fragmentos (palavras, expressões) que vêm de outro lugar. De acordo com Authier-Revuz (2016, p. 201), tal sinal produz um efeito de distância e possui dois valores: a “autonímia” e a “conotação autonímica”. Indursky, por sua vez, compreende esse sinal gráfico como marca do “discurso relatado marcado” (INDURSKY, 2013, p. 243).

É importante salientar que os termos “autonímia e “conotação autonímica” surgem, segundo Teixeira (2005, p. 141), a partir da configuração teórica de Rey-Debove, a qual ancora seu trabalho no campo da Semiótica. Authier-Revuz parte da compreensão do que sejam tais noções, e mais tarde define “o objeto que seu estudo privilegia: a modalização autonímica” (TEIXEIRA, 2005, p. 141).

Em “Palavras mantidas a distância”, Authier-Revuz (2016, p. 201) faz uma distinção entre “autonímia” e “conotação autonímica”. Para a autora⁸, o estatuto autônomo do elemento entre aspas é marcado por uma ruptura sintática ou uma ruptura na combinatória que o acompanha, ou seja, não há

⁸ Optamos por manter num único sub-recorte os casos que Authier-Revuz compreende como conotação-autonímica e autonímia, uma vez que entendemos que tais formas de inserção do discurso-outro dão conta do que Freda Indursky compreende como discurso relatado marcado.

uso das palavras, mas sim menção a uma palavra X ou Y. Assim, esse elemento configura-se como um corpo estranho, um objeto mostrado ao receptor, mantendo-se a distância. Nas palavras da autora:

Na autonímia simples, a heterogeneidade que constitui um fragmento mencionado, entre os elementos linguísticos de que faz uso é acompanhada de uma ruptura sintática. O fragmento citado no interior de um discurso relatado direto ou introduzido por um termo metalinguístico [...] nitidamente delimitado na cadeia discursiva, é apresentado como objeto. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29)

Já no caso da conotação autonímica, há o que a autora chama de "uso das palavras com conotação de menção", em que os elementos são, sintaticamente, integrados à cadeia discursiva. A conotação autonímica, segundo a autora, atua de duas formas: a partir do discurso indireto livre, no qual não há ruptura sintática que indique que o elemento está integrado ao todo; e a partir de palavras ou sintagmas marcados com aspas de distanciamento (AUTHIER-REVUZ, 2016, p. 202).

A partir do ponto de vista de Indursky (2013, p. 243-244), é possível caracterizar o discurso relatado marcado (DRM) como uma modalidade do discurso relatado, no qual há a citação de palavras, expressões, enunciados entre aspas. Para a autora, o uso das aspas, nas sequências que analisou, indica que foi aberto um espaço no interior do discurso em pauta para palavras, expressões, enunciados, oriundos do discurso do outro. As aspas, segundo essa autora, indicam "[...] o encontro entre discursos e estabelecem fronteiras entre suas FD", a "*presença rejeitada do discurso-outro*" (INDURSKY, 2013, p. 245-246; grifos da autora).

Entendemos que as sequências discursivas (SD) elencadas abaixo se encaixam no que Authier-Revuz chama de "conotação autonímica"; e no que Indursky compreende como "discurso relatado marcado". Vamos dar atenção a cada uma das SD, e compreender o funcionamento discursivo e o efeito de sentido produzido por essa forma de inserção do discurso-outro:

SD1: ... desde o início do meu segundo mandato, medidas, ações e reformas necessárias para o país enfrentar a grave crise econômica foram bloqueadas e as chamadas pautas-bomba foram impostas, sob a lógica irresponsável do **"quanto pior, melhor"**. (CARTA)

SD2: ... a força política dos que queriam evitar a continuidade da **"sangria"** de setores da classe política brasileira, motivada pelas investigações sobre a corrupção e o desvio de dinheiro público. (PRONUNCIAMENTO)

Note-se que nas sequências discursivas acima não há uma mudança sintática para a inserção do discurso-outro, pois se faz uso das palavras do outro, acrescentando-o à cadeia sintática, isto é, o elemento aspeado irrompe no discurso do sujeito sem que haja uma organização sintática que mostre que esse discurso é de outrem. O que nos indica que tal elemento vem de outro lugar é a marca das aspas, que demarca uma fronteira entre discursos que se inscrevem em FDs distintas.

As formas marcadas da conotação autonímica são casos mais complexos em que a heterogeneidade se mostra. Segundo Authier-Revuz (2004, p.13), o locutor usa as palavras inscritas no fio de seu discurso, mostrando-as e desdobra-se em observador das palavras do outro. O fragmento utilizado vem marcado por aspas, por itálico, por uma entonação, e/ou por forma de comentário, recebendo um estatuto outro em relação ao resto do discurso.

Ao colocar entre aspas os elementos “quanto pior melhor” e “sangria”, o sujeito de D1 delimita o que pertence ao seu discurso e o que não pertence, rejeitando o discurso-outro. Isso é dizer que há um embate entre posições-sujeito que pertencem a FDs antagônicas. Há uma separação, uma distância, entre aquilo que é dito pelo sujeito de D1 e o que é dito por sujeitos de D2. Segundo Authier-Revuz,

a zona de “contato” entre exterior(es) e interior que mostra as marcas de distancia num discurso é profundamente reveladora desse discurso, de um lado pelos pontos escolhidos para colocar explicitamente fronteiras, limites, demarcações – quer dizer, de que outro é preciso se defender, a que outros é preciso recorrer para se constituir. (1990, p. 31; grifo da autora)

Nesse sentido, nas SD1 e SD2 compreendemos que há uma relação de confronto entre FDs, pois o sujeito de D1 circunscreve o que é permitido em sua FD, incorporando em seu discurso elementos advindos de outra FD, marcado por aspas, demarcando que o que está dentro das aspas não pertence ao seu discurso, mas sim ao outro. Daí haver um embate entre forças antagônicas, ou seja, entre o que é dito a partir da posição-sujeito de D1, com o que é dito em outro lugar a partir de outra posição-sujeito ou, nas palavras de Indursky: “as aspas indicam discordância entre posições de sujeito afetadas por FD antagônicas” (2013, p. 245).

Na SD1 e na SD2, os elementos aspeados compreendem fragmentos de saberes que são interditados na FDI⁹, isto porque, segundo o sujeito de D1, a lógica que predomina na FDE¹⁰, ou seja, de “quanto pior, melhor” e o termo “sangria” estão em desacordo com a ideologia que subjaz à FDI. Sabemos que tais elementos funcionaram na exterioridade da FD na qual se inscreve o sujeito de D1, de tal modo que há aí a necessidade de marcar com o sinal gráfico que isso vem de outro lugar.

Como mencionado anteriormente, o Discurso relatado marcado “*manifesta a presença rejeitada do discurso-outro*” (INDURSKY, 2013, p. 246). Ousamos dizer que apesar de o discurso de Dilma, nas condições de produção em que se dá, rejeitar o discurso-outro e buscar a sua desqualificação, marcando-o com as aspas, ainda se vale do mesmo para defender-se. Para Authier-Revuz, as aspas indicam que “uma palavra, durante o discurso, é indicada ao receptor como objeto, o lugar de uma *suspensão de responsabilidade*” (2016, p. 203; grifos da autora), ou seja, quando o sujeito usa as aspas, indica que o que está aí não é de sua responsabilidade, podendo, inclusive, utilizar um discurso antagônico para sua defesa.

Voltemos ao que conclui Authier-Revuz sobre as marcas explícitas da heterogeneidade discursiva:

Preso na “impenetrável” estranheza de sua própria palavra, o locutor, quando marca explicitamente por formas da distância – *pontos* de heterogeneidade em seu discurso –, delimita e *circunscreve o outro*, e, fazendo isso, *afirma* que o *outro não está em toda a parte*. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 72; grifos da autora)

Assim, apesar de o sujeito do discurso circunscrever o outro, marcando-o com as aspas, é possível dizer que esse sujeito está somente denegando algo que já está dado, ou seja, o fato de que toda fala é fundamentalmente heterogênea.

9 FDI: Formação Discursiva Interna, domínio de saber que comporta o discurso governamental e de seus aliados.

10FDE: Formação Discursiva Externa, domínio de saber que comporta o discurso não governamental, representativa de forças políticas e sociais que se opõem ao governo Dilma.

O recorte que segue é entendido por Authier-Revuz como “autonímia”, ou seja, a designação do outro se dá de forma localizada, marcada pelas aspas e com uma ruptura sintática. Indursky, por sua vez, compreende tal funcionamento como DRM:

SD3: O presidente Getúlio Vargas, que nos legou a CLT e a defesa do patrimônio nacional, sofreu uma implacável perseguição; a hedionda trama orquestrada pela chamada “**República do Galeão**”, que o levou ao suicídio. (PRONUNCIAMENTO)

A autonímia ocorre em menor número no discurso em questão, porém, entendemos importante compreender o seu funcionamento discursivo, além de apreender os efeitos de sentido produzidos pela inserção do discurso-outro através desta marca.

Note-se que, nos casos acima, há uma ruptura sintática, diferente dos casos anteriormente analisados. Faz-se menção à “República do Galeão” e ao “devido processo legal”, ou seja, esses elementos são introduzidos no fio do discurso sem que se integrem ao todo. O substantivo “chamada”, na SD3, rompe a ordem sintática, mostrando o objeto, por assim dizer. Tal elemento possui o que Authier-Revuz chama de “estatuto autônomo” (2016, p. 201), pois o locutor, nesse caso, não faz uso da palavra aspeada, mas sim menção dela.

Na sequência analisada, o sujeito de D1 faz menção à “República do Galeão”, marcando-o com as aspas de autonímia. É importante compreender o efeito de sentido produzido pelo uso de tal sinal gráfico, uma vez que o mesmo gera um distanciamento entre o que é produzido pelo sujeito e o que vem de outro lugar, de outro discurso. Neste caso, o sujeito além de fazer menção, mostra, por assim dizer, o elemento que não faz parte do seu discurso, a partir da organização sintática. Daí Authier-Revuz (2008, p. 111) entender que na autonímia há o que ela chama de “*mostração de palavras*” que são “remetidas ao outro discurso, a mostração de uma mensagem outra”.

Lembremos que a “República do Galeão” ficou assim conhecida devido à atuação independente da Base Aérea do Galeão, durante as investigações relativas ao atentado da Toneleros¹¹. Importa, para este estudo, compreender as condições de produção de tal acontecimento histórico, dado que este elemento irrompe no discurso da presidenta.

De acordo com Queiroz (2014, p. 60-62), durante o segundo mandato de Getúlio Vargas, havia uma situação política instável, um descontentamento por parte das classes militares. Além disso, havia denúncias de corrupção em órgãos federais, culminando na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar fatos da Administração Federal. Este foi o pano de fundo em que se deu o que ficou conhecido como “Atentado da Rua Toneleros”, que ocasionou a morte do Major Aviador Vaz.

Segundo historiadores, a apuração do crime e as circunstâncias do atentado tiveram influência decisiva no fim do Governo Vargas, que findou com o trágico suicídio do presidente (QUEIROZ, 2014, p. 61). Note-se que em oposição à República do Catete, formou-se a “República do Galeão”, local onde se faziam as investigações¹² referentes ao atentado. Tal nome surge devido à autonomia durante as

11 Verbetes. Galeão, República do. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/galeao-republica-do>. Acesso em 08/08/2017.

12 Dado que o atentado vitimou um oficial da Aeronáutica, a oposição transformou o inquérito policial, conduzido pela Polícia Civil, num inquérito policial militar (IPM), que ficou sob responsabilidade da Aeronáutica. (Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/CrisePolitica/Suicidio>. Acesso em 08/08/2017).

investigações e a amplitude dos poderes que foram conferidos ao grupo que comandava as investigações¹³.

Fazer essa retomada histórica é importante para compreender os efeitos de sentido produzidos pela inserção do discurso-outro no discurso em pauta. Ao aspear o elemento “República do Galeão”, o sujeito de D1 estabelece uma relação de confronto com o que aí está marcado. As aspas indicam que tal nomenclatura está em desacordo com o que é permitido a partir da posição que o sujeito ocupa. Surge, em oposição à República do Catete, o que os jornais apelidaram como “República do Galeão”. Observe-se que, na carta e no pronunciamento, defende-se a legitimidade do governo. Dessa forma, não é permitido ao sujeito de D1 incorporar ao seu discurso o elemento “República do Galeão” sem que haja um distanciamento, marcado pelas aspas, visto que o mesmo surgiu em discordância a um governo eleito democraticamente. Assim, as aspas indicam que o sujeito de D1 enuncia de uma posição-sujeito que não se identifica com tal saber, ou seja, há uma rejeição por parte do sujeito de D1 dos saberes que circulam na FDE.

A autonomia reflete uma grande tensão entre forças em confronto, de tal modo que é preciso “mostrar” o discurso do outro, para então rechaçá-lo (INDURSKY, 2013, p. 245-246). Acreditamos ser esse o caso em questão, uma vez que, ao marcar com as aspas de autonomia, o sujeito de D1 delimita uma fronteira entre FDs antagônicas e resguarda-se, não havendo o perigo de lhe ser imputada a ideologia que subjaz à FDE.

É importante salientar que, apesar de a marca das aspas indicar uma fronteira entre o discurso do sujeito de D1 e o discurso de D2, tal marca não garante a fidelidade do que é veiculado. Tal como explicita Authier-Revuz, a marca explícita da heterogeneidade responde à “ameaça que representa, para o desejo de domínio do sujeito falante, o fato de que ele não pode escapar ao domínio de uma fala que, é fundamentalmente heterogênea” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 73-74). Assim, apesar de marcar com as aspas um distanciamento entre o que pertence ao seu discurso e o que pertence ao discurso do outro, o sujeito de D1 está denegando, pois, segundo essa mesma autora “É nesse sentido que a heterogeneidade mostrada pode ser considerada como um modo de denegação no discurso da heterogeneidade constitutiva que depende do *outro no um*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 74; grifos da autora).

Dado o que foi analisado, é possível dizer que, através do DRM, o sujeito de D1 trava um embate de forças que antagonizam entre si, marcando com as aspas que, no intradiscurso, há elementos, fragmentos, que circulam na exterioridade da sua FD. O discurso-outro, assim, é inserido no fio do discurso através do DRM, produzindo o efeito de sentido de rejeição e de busca da desqualificação do discurso-outro. É no fio do discurso que a heterogeneidade discursiva se marca, ou seja, o confronto entre FDs se dá no intradiscurso. Isso é dizer que elementos advindos do interdiscurso são articulados a saberes próprios da FDI, marcados pelas aspas, as quais delimitam fronteiras entre FDs antagônicas.

Relações de confronto através do Discurso relatado indireto formal (DRIF)

13 Faziam parte da investigação, de acordo com Queiroz (2014, p. 67), Nelson Barbosa Sampaio (Promotor Militar); Cordeiro Guerra, que acompanhava o inquérito na polícia; 2º Tenente Aldo Sartori (escrivão); e Coronel Aviador Adhemar Scaffa de Azevedo Falcão.

O discurso relatado indireto formal (DRIF), diz respeito ao discurso indireto, entendido por Authier-Revuz como uma tradução do discurso-outro. A autora constata que, nesta modalidade do discurso relatado, “o locutor se comporta como tradutor [...] fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do “sentido” dos propósitos que ele relata” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12; grifo da autora). Ademais, tal estrutura do discurso relatado possui uma estrutura homogênea, apresentando uma sintaxe normal da língua (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 150).

Para Cunha & Cintra (2008, p. 652), o discurso indireto é caracterizado pela incorporação de uma informação que vem de outro lugar, isto é, o sujeito que faz uso das palavras do outro se contenta em transmitir ao leitor apenas o conteúdo do que fora relatado, sem nenhum respeito à forma linguística que teria sido realmente empregada. Para o autor, “o emprego do discurso indireto pressupõe um tipo de relato de caráter predominantemente informativo e intelectualivo”.

Indursky, por sua vez, entende que o discurso relatado indireto formal “corresponde, com exatidão, ao discurso indireto” (INDURSKY, 2013, p. 243), ou seja, acredita que neste funcionamento discursivo não há compromisso com a textualidade, mas sim uma paráfrase do discurso do outro. Para a autora, “[...] o DRIF, ao fundar-se sobre a reformulação das palavras do *outro*, produz o *efeito de homogeneidade*.” (INDURSKY, 2013, p. 247; grifos da autora), desfazendo-se, assim, a ficção da fidelidade textual, uma vez que o discurso se apresenta sob a modalidade da reformulação, ou seja, não produz, necessariamente, o sentido pretendido pelo sujeito de D2.

Neste tipo de funcionamento discursivo, o sujeito apropria-se de um saber que funciona na exterioridade de sua FD, incorporando-o ao seu discurso, porém, não há compromisso com a textualidade do que foi dito, daí o sujeito poder relatar parcialmente o discurso do outro, bem como dar outra versão do mesmo. Para Indursky (1990, p.119), quando o sujeito mobiliza enunciados produzidos por outros enunciadores, estabelece com eles “relações ideologicamente determinadas de identidade, similaridade, divergência, conflito, antagonismo etc.”, isto é, ao relatar o discurso do outro, a relação com o mesmo pode ser dar de maneiras diversas.

Para Cazarin (1998, p. 65), o DRIF constitui-se a partir de um processo de parafraseagem e não mantém compromisso com o que foi dito pelo outro, abrindo espaço ao sujeito do discurso para inseri-lo a seu modo. O DRIF, portanto, não tem como finalidade reproduzir o discurso-outro, mas sim referi-lo. Assim, o sujeito do discurso tem a possibilidade de interpretar, fazendo uma leitura própria do outro discurso, podendo, inclusive, distorcê-lo (CAZARIN, 1998, p.89-90).

Interessa-nos, portanto, compreender o funcionamento discursivo do DRIF no discurso em análise, bem como os efeitos de sentido produzidos por tal forma de inserção do discurso-outro. Para tanto, selecionamos uma sequência discursiva que será analisada, tendo em vista tais objetivos.

SD4: No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente *atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito*. Se alguns rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente, que respondam perante a sua consciência e perante a história pelos atos que praticam. (PRONUNCIAMENTO)

O DRIF, no entender de Indursky, possui uma sintaxe passível de formalização – SN dizer que X – sendo possível substituir o verbo dizer por afirmar, fazer crer, alegar, desejar, pretender, espalhar, propagar, os quais funcionam como verbos introdutórios do discurso relatado (INDURSKY, 2013, p. 248).

De tal modo, é possível dizer, a partir da sequência disposta acima, que tal funcionamento ocorre no discurso em análise, mais precisamente no Pronunciamento feito pela presidenta.

Em alguns casos, o outro é designado por formas verbais que indeterminam seu referente, sendo necessário recorrer à categoria da memória discursiva para apreendê-lo. É o caso da SD4, em que o verbo “pretendem” indica que estamos diante de um sujeito indeterminado. Note-se que o advérbio “novamente” nos dá uma pista, de que tal pretensão – *atentar contra a democracia e contra o Estado de Direito* – já ocorreu em outras condições de produção. Podemos recuperar tais condições de produção a partir da própria sequência discursiva – *No passado, com as armas* – sendo possível remeter o discurso-outro aos Golpes de Estado sofridos por presidentes anteriores. Note-se que as condições de produção do discurso de Dilma são distintas – *e hoje, com a retórica jurídica* – porém, o discurso-outro ainda remete para um discurso de direita.

Esta fórmula chama atenção para saberes que circulam na exterioridade da FD na qual se inscreve o sujeito de D1, mas não somente isso, coloca em par de igualdade acontecimentos do passado e do presente, trazendo à tona um forte embate entre forças antagônicas, ou seja, rechaçando o que ocorreu no passado e o que se pretende no presente.

Como dito anteriormente, tal funcionamento discursivo diz respeito ao que Authier-Revuz compreende como discurso indireto. Para essa autora essa forma do discurso relatado é entendida como uma paráfrase discursiva, em que há “uma simples descrição/caracterização do conteúdo do discurso outro sem exigência de equivalência” (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 111), isto é, não há garantias de que o sujeito de D1 relata com fidelidade o discurso do outro.

Portanto, compreendemos que ao trazer para o fio do discurso o que circulou na FD da oposição, o sujeito de D1 o faz na tentativa de defender-se, ou, como afirma Indursky:

Não sendo sempre possível ocultar o discurso do outro este passa a ser representado pelo DRIF, dando margem a interpretações e paráfrases que o mencionam, não sem distorções mais ou menos graves, chegando mesmo a ponto de desfigurá-lo. (2013, p. 248)

A sequência discursiva analisada apresenta o DRIF, como marca de heterogeneidade discursiva mostrada marcada. A análise nos mostra que tal funcionamento discursivo é apreensível a partir da seguinte fórmula: SN dizer que X, como define Indursky (2013, p. 248). Não há linearidade quanto ao verbo introdutor do DRIF, podendo tal modalidade apresentar verbos diversos. Apesar disso, o efeito de sentido produzido por esta modalidade do discurso relatado, no discurso em análise, é o de rejeição, ou seja, o sujeito de D1 se vale do discurso-outro para rejeitá-lo e refutá-lo, evidenciando um confronto no interior do enunciado analisado¹⁴. Além disso, podemos concluir que essa sequência discursiva produz um efeito de denúncia do discurso do outro, uma vez que coloca em xeque saberes que circulam no interior da FDE.

Ousamos dizer que o discurso de que se ocupa o sujeito de D1 pode romper com a textualidade do que foi dito pelo sujeito de D2. Acreditamos que o processo de parafraseagem (CAZARIN, 1998, p. 65),

14 Não queremos, aqui, generalizar um efeito de sentido, bem como a relação que se estabelece a partir do DRIF. É possível que em outro discurso, em outras condições de produção, um sujeito enunciativo do discurso se aproprie do discurso-outro, produzindo efeito de sentido diverso. Porém, no caso que analisamos, tal funcionamento discursivo produziu um efeito de sentido de rejeição e uma relação de confronto.

característico do DRIF, não garante que o sentido “pretendido” pelo sujeito de D2 foi mantido pelo sujeito de D1, uma vez que o discurso-outro é inserido no discurso de D1 em outras condições de produção.

A análise ainda nos mostra que o sujeito de D1, ao incorporar no intradiscurso o discurso-outro, o faz para confrontar o que diz o outro, isto é, há uma relação de antagonismo entre o que diz o outro e o que diz o sujeito de D1. No caso analisado, portanto, para afirmar o seu discurso e a ideologia que subjaz a sua FD, o sujeito de D1 precisa incorporar ao seu discurso o que diz o outro. Acreditamos que a partir do DRIF o sujeito de D1 rejeita o que diz o outro para defender-se, ao mesmo tempo em que precisa do *discurso do outro* para afirmar o que pertence ou não a sua FD.

Relações de confronto através do Discurso relatado indireto informal (DRII)

Analisamos, neste sub-recorte, o funcionamento discursivo do discurso relatado indireto informal (DRII), entendido como uma forma não marcada da heterogeneidade mostrada. Discutimos sobre os efeitos de sentido produzidos pela inserção do discurso-outro a partir desta modalidade do discurso relatado. Para tanto, nos valem do que entende Indursky acerca do mesmo.

Para Indursky, o DRII, assim como o DRIF, “não tem compromisso com a materialidade do texto-origem” (INDURSKY, 2013, p. 248), ou seja, o sujeito do discurso pode relatar parcialmente o discurso do outro, podendo traduzir e trair as ideias veiculadas no outro discurso. À diferença do DRIF, o DRII não apresenta uma sintaxe passível de formalização, uma vez que não possui uma sintaxe previsível. Assim, o discurso do outro pode ser relatado por meio de narrativas sucintas, apresentando uma sintaxe bastante variada. (INDURSKY, 2013, p. 248-249).

Ao falar sobre a falta de marcas que indicariam a presença mostrada do outro no discurso, Authier-Revuz (1998, p. 145) destaca que “uma alusão pode [...] não ser reconhecida; mas tal segmento pode também ser identificado, interpretado pelo receptor como vindo de outro lugar, eco de um outro discurso...”, ou seja, no discurso do sujeito algo ressoa, chamando atenção para algo que fora produzido anteriormente, em outras condições de produção.

Em “A fala dos quartéis e as outras vozes”, Indursky (1998, p. 250-252) elenca uma série de formas sintáticas que funcionam como DRII: construções relativas; sintagmas verbais; sintagmas nominais; frases verbais e frases nominais. Elencamos, abaixo, uma sequência discursiva que será analisada:

SD5: A ameaça mais assustadora desse processo de impeachment sem crime de responsabilidade é congelar por inacreditáveis 20 anos todas as despesas com saúde, educação, saneamento, habitação. É impedir que, por 20 anos, mais crianças e jovens tenham acesso às escolas; que, por 20 anos, as pessoas possam ter melhor atendimento à saúde; que, por 20 anos, as famílias possam sonhar com a casa própria. (PRONUNCIAMENTO)

Indursky (2013, p. 248) entende que o DRII pode, apesar da falta de previsibilidade, funcionar como tradutor ou, até mesmo, como traidor do discurso do outro, assim como o DRIF. À diferença do DRIF, o DRII, como dito, não possui uma sintaxe passível de formalização. Assim, é necessário recorrer à categoria da memória discursiva para encontrar um referente para esse discurso.

O discurso do outro pode ser representado por meio de frases nominais (INDURSKY, 2013, p. 252). É o caso da SD5, a qual não possui forma verbal portadora de marcas de pessoa, número, modo e tempo. Tal funcionamento discursivo do DRII, de acordo com a autora, representa "pré-construídos que podem ser submetidos a uma *transformação metodológica*", a qual nos permitirá reconhecer um possível discurso do outro, tendo como base a memória discursiva.

Na SD5, a inserção do discurso-outro, apresenta-se a partir de frases verbais, trazendo para o fio do discurso saberes que dizem respeito à ideologia que subjaz à FDE. Porém, tais saberes compreendem ações que serão tomadas, ou seja, ainda não se concretizaram. As frases verbais "congelar por inacreditáveis 20 anos todas as despesas com saúde, educação, saneamento, habitação"; "impedir que, por 20 anos, mais crianças e jovens tenham acesso às escolas"; "que, por 20 anos, as pessoas possam ter melhor atendimento à saúde"; "que, por 20 anos, as famílias possam sonhar com a casa própria.". A partir da memória discursiva, podemos atribuir tal discurso aos saberes da FDE, uma vez que os mesmos funcionaram e funcionam na exterioridade da FDI, mais precisamente, na FD da oposição.

Ademais,

essa rejeição abre espaço para a reorientação do discurso-outro. Isto pode ser observado através do funcionamento discursivo que permite ao sujeito do discurso, a apresentação de um outro ponto de vista, isto é, de um outro discurso próprio de sua FD. (CAZARIN, 1998, p. 92)

No caso analisado, podemos dizer que a partir do DRII o sujeito de D1 incorpora ao seu discurso saberes que funcionaram na exterioridade da sua FD. Esse, o faz a fim de defender-se, marcando no interior do enunciado um confronto. Apesar de o DRII não apresentar marcas explícitas de heterogeneidade discursiva, a partir da categoria da memória discursiva, é possível atribuir determinados elementos que irrompem no intradiscurso como pertencentes à FDE. Desta forma, o sujeito de D1 rejeita o que circula na FDE e determina quais saberes são ideologicamente permitidos no interior de sua FD.

Produzindo um efeito de fechamento

No presente artigo analisamos, no âmbito da Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana, o discurso da presidenta Dilma Vana Rousseff. Tomamos como *corpus* empírico sua carta de defesa, enviada ao Senado; e seu último pronunciamento, enquanto presidenta, com o objetivo central de analisar a heterogeneidade discursiva presente nos documentos citados. Para tanto, a análise centrou-se na heterogeneidade mostrada (marcada ou não), através do discurso relatado, atentando para: i. o discurso relatado marcado; ii. o discurso relatado indireto formal; iii. o discurso relatado indireto informal; iv. os efeitos de sentido decorrentes da heterogeneidade discursiva.

A partir da análise, foi possível concluir que o sujeito do discurso projeta o outro e a si de maneiras distintas em seu discurso, estabelecendo uma relação de confronto entre FDs. Entendemos, portanto, que tal discurso se apresenta como heterogêneo e se constitui a partir de outros discursos.

Como formas marcadas da heterogeneidade mostrada, identificamos o discurso relatado marcado e o discurso relatado indireto formal. Verificamos, no caso da forma não marcada da heterogeneidade mostrada, o discurso relatado indireto informal.

Concluimos que os funcionamentos discursivos analisados são marcados por um forte embate entre forças antagônicas, isto é, uma relação de confronto entre FDs antagônicas (FDI x FDE). Porém, para cada funcionamento discursivo, essa relação se lineariza de maneira distinta, ou seja, funciona, discursivamente, de forma diversa.

No DRM, o discurso de D1 é marcado por um sinal gráfico, produzindo um efeito de sentido de rejeição e de desqualificação do discurso do outro. Daí a necessidade de o sujeito de D1 marcar com aspas o que não pertence à sua FD. No caso do DRIF, a fórmula SN dizer X, traz para o fio do discurso o discurso-outro que é rejeitado e denunciado pelo sujeito de D1. Já no caso do DRII, não temos marcas explícitas que indiquem que aí há um outro discurso, sendo necessário recorrer à categoria da memória discursiva. Neste funcionamento discursivo, temos efeitos de sentido de rejeição, de desqualificação e de denúncia do discurso outro.

Concluindo, ao marcar através do discurso relatado o que pertence e o que não pertence ao seu discurso, o sujeito de D1 coloca em xeque o que pertence ao outro, ou seja, são lados e visões de mundo que são postos em cena. O sujeito de D1 tenta, a todo o momento, desconstruir o discurso de D2 colocando em xeque a ideologia que lhe subjaz, ou seja, buscando desqualificar o discurso que circula na FDE. Além disso, ao circunscrever o que pertence à FDE, o sujeito de D1 afirma seu discurso, o qual antagoniza com o discurso da FDE.

Referências Bibliográficas:

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (19): 25-42, jul./dez. 1990.

_____. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo. In: *Calidoscópico*. Vol. 6, nº 2, p. 107-119, mai/ago 2008.

_____. Palavras mantidas a distância. In: *Materialidades discursivas*. Org: Bernard Conein... [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

CAZARIN, Ercília Ana. *Heterogeneidade discursiva: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. I. Lula da Silva*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. In: *Revista de estudos do discurso, imagem e som*. Vol. 1, nº 1, 2016.

_____. MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de Discurso?. In: *Materialidades discursivas*. Org. Bernard Conein [et.al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5ªed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

INDURSKY, Freda. Polêmica e Denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, Vol. 19, jul./dez. 1990.

_____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Tese de Doutorado, Campinas, 1992, publicada pela Editora da UNICAMP, 2013.

ORLANDI, Eni, P. *Terra à vista!* : discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

QUEIROZ, Péricles Aurélio Lima. IPM "República do Galeão": uma abordagem histórica e jurídica. In: *Revista do Ministério Público Militar*. Ano 39, nº 24. Brasília: Procuradoria-Geral de Justiça Militar, 2014.

TEIXEIRA, MARLENE. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2ªed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

*Recebido em 20/09/2018
e aprovado em 17/11/2018.*



Escrita de si e memória: a narrativa como testemunho de vidas

Self-writing and memory: narrative as a testimony of lives

Josimere Maria da Silva¹
Hudson Marques da Silva²

Resumo: Este ensaio propõe uma discussão em torno dos conceitos de “memória”, “escrita de si” e “literatura de testemunho” numa tentativa de pensar seu papel na construção de um texto em que o sujeito narra a sua própria história. Para isso, tomam-se como exemplos duas obras da literatura latino-americana: *Margem das Lembranças*, romance escrito na década de 1960, pelo escritor pernambucano Hermilo Borba Filho, e *Paula*, da escritora chilena Isabel Allende, com datação de três décadas depois. Em comum, estas obras de caráter autobiográfico trazem em suas superfícies a reconstrução em tom memorialístico das vidas de seus autores através de uma narrativa em primeira pessoa: a obra hermiliana nos apresentando um sujeito que busca, antes de tudo, uma compreensão de si mesmo a partir de seu próprio testemunho e a narrativa de Allende expondo o desespero de uma mãe que acredita inutilmente que, ao contar sua trajetória, estará aproximando da vida uma filha que já se encontra em coma profundo e irreversível. Assim, tenta-se compreender como a recorrência à memória contribui para a construção de uma escrita de si nos textos ora citados e também de que modo esse tipo de escrita dá conta de dizer o sujeito que testemunha sua vida.

Palavras-chave: Escrita de si; Memória; Literatura de testemunho; Isabel Allende; Hermilo Borba Filho.

Abstract: This paper proposes an overview on concepts of memory, self-writing and testimonial literature to reflect on their roles in the construction of texts in which the subject narrates their own history. For that, two Latin American works are taken as examples: *Margem das Lembranças*, novel written in the 1960s by Hermilo Borba Filho, a writer from Pernambuco, Brazil, and *Paula*, novel by the Chilean writer Isabel Allende, written three decades later. Both the works are similar for their autobiographical features and for presenting memorialistically a reconstruction of their authors' life by a first person narrative: the Hermilian novel shows a subject who seeks above all to comprehending himself starting from their own testimony, and Allende's narrative, in turn, exposes a mother's despair, who vainly believes that by telling her path would be getting closer to a daughter who already is in deep and irreversible coma. Thus it debates how resorting to memory can contribute to elaborating a self-writing considering the mentioned texts, and also how this kind of writing can represent the subject who bears witness of their life.

Keywords: Self-writing; Memory; Testimonial literature; Isabel Allende; Hermilo Borba Filho.

¹ Doutoranda em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas. Email: josimaria.ll@gmail.com

² Doutor em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Email: marqueshudson@hotmail.com

Introdução

O século XIX traz consigo o grande *boom* das biografias e autobiografias (GOMES, 2004), o que implica dizer que o sujeito de então encontrou nas narrativas em primeira pessoa um meio de solidificar sua história. Ao narrar-se, esse sujeito materializa em um livro seu passado de outrora, aproximando de si acontecimentos antes vividos e que sua memória permite-lhe reconstituir. Ao tomar a atitude de narrar-se, portanto, esse sujeito se refaz, reconstrói-se por intermédio de seu próprio testemunho.

É esse narrar a si próprio que Gomes (2004) denomina “escrita de si”, segundo ela, uma prática que tem início já no século XVIII, “[...] quando indivíduos comuns passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si” (GOMES, 2004, p. 10-11). Esse processo consolida-se no século XIX, quando aparece na literatura o denominado “romance moderno” a partir do qual se pode chegar à denominação da escrita de si, visto que ela nos apresenta um sujeito a dizer-se, o sujeito cartesiano, seguindo Foucault (2006), aquele que se volta para si, que se preocupa consigo mesmo.

Uma particularidade da escrita de si estaria no fato de que, nela, o sujeito mantém estreita relação com o seu passado. Tanto no romance *Margem das Lembranças* como em *Paula*, identificam-se histórias ambientadas no passado daqueles que ali se dizem. Ambos os narradores recorrem à memória numa tentativa de trazer ao presente o curso de suas vidas passadas. Assim, o espaço da narrativa é aquele em que os autores estiveram outrora, vivendo os acontecimentos mais corriqueiros e os mais determinantes, inseridos numa esfera em que se mantinham numa espécie de inconsciência de sua condição, recobrada agora, no momento em que se torna possível reconstruir tais eventos.

No caso de *Margem das Lembranças*, existe um narrador que retorna à sua juventude e tenta revisitando suas vivências numa pequena cidade do interior de Pernambuco. Assim, suas descobertas sexuais, o primeiro emprego, o contato com a impunidade, a prostituição, o crime, o vício e, mais tarde, o envolvimento com a política, a prisão e as torturas são eventos evocados no plano da narrativa mediante a qual Hermilo reconstrói sua história. Ele que se propõe a colocar-se “na balança”, ele de um lado, sua vida de outro. É relembando o passado que o narrador descobre uma maneira de fazer um balanço de sua própria vida e, assim, compreender o sujeito que veio a ser depois de adulto.

Já em *Paula*, uma narrativa de maior densidade, tal é a circunstância em que foi produzida, encontra-se a escritora Isabel Allende evocando sua história num quarto de hospital em que sua filha Paula se encontrava em coma irreversível. Nas linhas que escreve, ela redesenha sua vida. Acreditando que a força de suas palavras a aproximaria de sua filha mesmo durante o coma, Isabel transforma-se numa espécie de narradora de si mesma e retorna ao seu passado, falando desde seus ancestrais, sua infância, sua juventude, até o golpe militar vivido pelo Chile, na década de 1970, que viria a levar sua família ao exílio. A narradora aborda problemas de ordem social e também seus segredos mais íntimos, seus medos, suas alegrias, ela reconstrói sua história ao que sua memória lhe permite e parece acreditar no poder de suas palavras e na força de sua história de vida diante da fragilidade de Paula.

A escrita de si seria, pois, o espaço de materialização das histórias dos indivíduos e de seus grupos. E indivíduos dos mais comuns, com trajetórias também comuns, preenchidas por acontecimentos dos mais diversificados. Indivíduos que não precisam realizar um grande feito em nome de uma nação, mas que precisam driblar uma vida de acontecimentos em nome de sua própria sobrevivência.

A valorização/aceitação das escritas de si revela que a sociedade moderna, talvez em consequência do sujeito cartesiano apontado por Foucault (2006) – aquele que volta o seu olhar para si –, abriu espaço para o indivíduo. Em outros termos, a modernidade fomenta a escrita de si a partir do momento em que valoriza o indivíduo em seu anonimato, em seu cotidiano não menos importante que o cotidiano dos ditos grandes homens.

Escrita de si e memória

Uma escrita de si seria, sumariamente, aquela em que o sujeito aborda a sua própria história como temática de seus escritos. Contudo, ao tomar-se no plano de uma narrativa, esse sujeito trará consigo, também, o espaço e em que se insere, bem como os grupos sociais aos quais pertence. Logo, uma escrita de si nunca será a história de um sujeito isolado, neutro. A exemplo das cartas trocadas entre Mário de Andrade e Carlos Drummond, Gomes defende que “[...] o diálogo entre os dois constitui uma oportunidade para se ‘ler e sentir’ o movimento modernista sob outros ângulos” (GOMES, 2004, p. 07). Desse modo, é possível considerar que a história de Hermilo em *Margem das Lembranças* é também a história da Revolução de 1930 e a narrativa de Allende, em *Paula*, é também parte da história da ditadura militar no Chile, o que significa dizer que as escritas de si são compostas de memórias coletivas, na medida em que esses sujeitos que se dizem recorrem à história de grupos sociais e de momentos históricos.

Ao recorrer à Revolução de 1930 para relatar alguns acontecimentos que viveu, Hermilo está fazendo da história um lugar de memória do sujeito que se narra. E aí ele dá conta de uma coletividade, inevitavelmente. Os seus amigos Luís Lopes, Miguel Pescador, Manoel Izidoro surgem como motivações para seu envolvimento com os acontecimentos políticos de então. Da mesma forma, a ditadura chilena surge no interior da narrativa de Allende abarcando uma coletividade da qual a autora se mune para escrever o relato de sua vida.

Dessa relação entre história e memória, cumpre pensar as diferenças apontadas por Chatier (2009, p. 21): primeiramente, teríamos “a que distingue o testemunho do documento”; em segundo, uma diferença que “opõe o imediatismo da reminiscência à construção da explanação histórica”; em terceiro, a diferença que “opõe reconhecimento do passado e representação do passado”, caso da obra literária.

A “forma literária”, em seus diversos gêneros, incluindo-se aí a narrativa, “[...] opõe uma resistência ao que ele designa como ‘a pulsão referencial do relato histórico’ [...]” (RICOEUR *apud* CHATIER, 2009, p. 23). Essa possibilidade de a história representar o passado é questionada devido ao fosso existente entre o passado representado e as “formas discursivas necessárias para sua representação”, destaca Chatier (2009, p. 23), ao mesmo tempo em que questiona a certificação da “representação histórica do passado”. A resposta é buscada no próprio Ricoeur. Primeiramente, há que se

Distinguir claramente e articular as três ‘fases’ da operação historiográfica: o estabelecimento da prova documental, a construção da explicação e a colocação em forma literária. A segunda resposta [...] remete à certeza da existência do passado tal como assegura o testemunho da memória. (CHATIER, 2009, p. 23)

A memória, pois, tem uma dupla tarefa na escrita de si: ao mesmo tempo em que permite o acesso aos acontecimentos passados por meio do testemunho, ela solidifica o discurso histórico, seja no documento, seja na forma literária. Além do mais, a memória não surge do vazio isolado, ela se materializa no indivíduo que dela lança mão e, por sua vez, traz consigo a representação de uma coletividade. Vale frisar aqui a polifonia presente no Manifesto do Alerta, texto escrito por LL, amigo de Hermilo, às vésperas do estouro da Revolução, e distribuído por ambos, madrugada adentro, por debaixo das portas:

Não pense em viver sossegadamente, sempre, sempre, mas pense que existem regimes políticos, fome e pessoas enlouquecidas pelo poder; pense que estamos vivendo num mundo ao mesmo tempo opaco e cruel; pense que os políticos têm uma mente única, propagando milhares de vocábulos vazios e gesticulando com milhões de gestos inúteis; pense que os oprimidos criaram uma palavra única: Liberdade; pense que estes trabalham para criar uma Religião do Homem contra a falsa religião deles; pense que nascemos numa estrutura sem base; pense que estamos transformando a Religião em algo bem mais violento; pense que os outros compuseram uma sinfonia abstrata de destrutiva; pense que eles construíram um sistema para desmiolar o homem. São necessários, portanto, uma, duas, três, quatro, mil revoluções. Cinco milhões de revoluções. Até que o homem volte a ser homem. (BORBA FILHO, 1993, p. 200)

As muitas vozes que aqui falam exemplificam através do discurso de protesto como a coletividade, ao mesmo tempo em que fala, é evocada a se posicionar frente ao panorama político vivenciado. O manifesto é uma espécie de incitação que vem da voz de um grupo que luta por mudanças de cunho social e político e se dirige ao povo: um “nós” discursando para todos. Além disso, sendo *Margem das Lembranças* uma escrita de si, este trecho permite inferir como o “eu” da narrativa se constrói a partir de tantos outros “eus”.

Na comovente narrativa *Paula*, verifica-se a trajetória de Isabel Allende e de sua família contada sob o crivo de momentos muito dolorosos. Enquanto Paula morre aos poucos, sua mãe tenta lhe dizer: “Escute, Paula, vou contar uma história para que você não se sinta perdida quando acordar” (ALLENDE, 2008, p. 09). Essa história, a sua, é contada com um intuito que a autora logo esclarece para a filha que já não pode ouvi-la: “Jogo-me nestas páginas, numa tentativa irracional de vencer meu terror, parece que, dando forma a esta devastação, poderei ajudar você e me ajudar, o meticuloso exercício da escrita pode ser a nossa salvação” (ALLENDE, 2008, p. 17).

A narradora, uma mãe em desespero, acredita que refazer a trajetória de suas vidas será uma maneira de amenizar seu sofrimento. Mas que efeito ou poder é esse dado a um escrito sobre si próprio? Aqui se pode pensar por dois vieses: o estatuto do sujeito que se narra e o estatuto da escrita de si, numa tentativa de compreender esse efeito provocado naquele que se diz.

Para Gomes (2004), a escrita de si “[...] assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a sua verdade” (GOMES, 2004, p.14), ou seja, ao se dizer em primeira pessoa, o sujeito “busca um ‘efeito de verdade’” por meio do qual intenciona revelar suas dimensões ‘íntimas e profundas’, conferindo, dessa forma, legitimidade ao seu texto. Já Sibília (2008), por seu turno, fala de um “efeito-sujeito”, alcançado exatamente quando o sujeito se desprende da sua realidade e se transpõe para a esfera da narrativa, segundo ela “[...] uma ficção necessária, pois somos feitos desses relatos: eles são a memória que nos constitui enquanto sujeitos.” Assim, Sibília está condicionando “a experiência de si” “à condição de narrador do sujeito”, “este que viria a se constituir

realmente ao se dizer através de uma narrativa em primeira pessoa” (SIBILIA, 2008, p. 31). Portanto, torna-se possível pensar a necessidade da narradora de *Paula* em “contar uma história”. Allende estaria, possivelmente, buscando em suas memórias a consistência de que seu eu já não dispunha diante da quase morte de sua filha. É a linguagem que dá consistência, defende Sibília, logo, é nela que Allende percebe o espaço em que poderia, junto com sua filha, manter o estatuto de sujeito de ambas. Somente ali, em sua narrativa, elas poderiam manter-se juntas por mais tempo.

Uma dicotomia interessante, apresentada por Gomes (2004), diz respeito ao “estatuto da escrita de si”, em que se questiona a relação entre o texto e o “seu ‘autor’”. De um lado, defende-se que o texto “é uma ‘representação’ de seu autor”; do outro, defende-se que “[...] o autor é uma ‘invenção’ do próprio texto, sendo sua sinceridade/subjetividade um produto da narrativa que elabora” (GOMES, 2004, p. 15-16). O fato é que essa questão se coloca como um “falso paradoxo”, mas que ajuda a entender a dinâmica da escrita de si, pois

[...] começa a ganhar terreno a posição que considera que o indivíduo/autor não é nem ‘anterior’ ao texto, uma ‘essência’ refletida por um ‘objeto’ de sua vontade, nem ‘posterior’ ao texto, um efeito, uma invenção do discurso que constrói. Defende-se que a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de ‘produção do eu’.
(GOMES, 2004, p. 16)

Conclui-se, pois, que é dessa imbricação entre autor e texto, presente na escrita de si, que esse tipo de registro deixará transparecer elementos constitutivos do sujeito que o produz, bem como de sua cultura e da cultura do grupo onde vive. Entretanto, a abordagem acima exposta converge para a ideia de que a escrita de si tem “editores” em lugar de autores. Para Gomes, seguindo o raciocínio acima, a escrita de si teria, neste caso, a tarefa de “[...] rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa” (GOMES, 2004, p. 16).

Ao refletir sobre a noção de verdade e sociedade a partir da concepção grega de Alétheia, Marcel Detienne (1988, p. 13) nota que “Através de sua memória, o poeta tem acesso direto, mediante uma visão pessoal, aos acontecimentos que evoca; tem o privilégio de entrar em contato com o mundo. Sua memória permite-lhe ‘decifrar o invisível’”. É esse poder que dá ao sujeito da escrita de si a liberdade de se expressar subjetivamente a partir de suas percepções, trazendo à superfície da escrita a sua verdade que, exatamente por ser fruto de suas percepções, se torna algo um tanto incontestável, porque também não deixa de se identificar com o “Ser do homem” representado no texto, para o qual o poeta concede uma memória, visto que já desde a época arcaica “Em suas palavras os homens se reconhecem” (DETIENNE, 1998, p. 20-23).

Portanto, tanto Hermilo como Allende estariam não apenas dando consistência aos seus eus em suas respectivas narrativas, como também de alguma forma estariam dando mais consistência às identidades daqueles a quem inevitavelmente evocam ao contar suas histórias, mediante sua linguagem. Como afirma Sibília (2008),

A linguagem não só ajuda a organizar o tumultuado fluir da sua própria experiência e a dar sentido ao mundo, mas também estabiliza o espaço e ordena o tempo, em diálogo constante com a multidão de outras vozes que também nos modelam, coloreiam e recheiam. (SIBILIA, 2008, p. 31)

A linguagem da escrita de si, pois, mais que dizer o sujeito que se narra, dá-lhe a possibilidade de por ordem em sua vida e de evocar vozes a fim de reorganizar sua trajetória no plano da narrativa e, assim, tomar para si a consistência desejável, mas não atingida em tempo: “[...] a experiência vital de cada sujeito é um relato que só pode ser pensado e estruturado como tal se for dissecado na linguagem” (SIBILIA, 2008, p. 32).

Memória individual e memória coletiva na escrita de si

Essa evocação de vozes, presente na escrita de si, converge para uma discussão há algum tempo iniciada pelo francês Halbwachs, defensor de que em cada pessoa coexistem dois seres: o “ser sensível”, que pode ser considerado uma “espécie de testemunha que vem depor sobre o que viu”, e um outro eu, que não viu, mas que pode ter visto. Ele completa: “Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente” (HALBWACHS, 2006, p. 29). É como se essas lembranças funcionassem como espécies de testemunhos numa situação de reconstrução de um passado cujo valor de verdade seria atestado mediante certa convergência entre esses testemunhos. Em outros termos, para Halbwachs, as lembranças terão maior validade se baseadas não apenas no testemunho daquele que pensa um acontecimento passado, mas nas lembranças de outros. Assim, a presença de outros sujeitos nas escritas de si pode ser tomada como reforços àquilo que o narrador aponta em seu relato como um acontecimento de sua vida. Daí porque o narrador hermiliano recorre às pessoas com as quais partilhou suas experiências para contar sua história – esses outros são, na verdade, testemunhas de sua vida, eles dão veracidade ao seu dizer-se:

Eu estou na balança. Todos os meus atos estão num dos pratos da balança. De um lado, os demais: muitos deles sou eu, metamorfoseado, irreconhecível, adulterado; do outro, eu mesmo, integral, de carne, as pernas penduradas no vazio. [...] Este sou eu, tanto no passado – vida morta – como no presente que se estende pelos dias e pelas noites sem nada com o futuro inexistente, apenas inventado pela imaginação e com certeza diferente do que espero. Merda para o futuro! Teço neste papel. Um passado real, às vezes, e, outras, puramente imaginado na esperança de que no fim Deus confunda o que vivi e o que inventei e me dê um saldo favorável para uma modesta pensão no purgatório. (BORBA FILHO, 1993, p. 15)

Essa possibilidade de recorrer aos “demais” abre espaço para o narrador fazer uso de uma memória coletiva em nome de sua própria memória. Mediante a memória, ele pode selecionar os recortes que julga relevantes em nome da reconstrução de sua história no plano da narrativa: “O registro da memória é sem dúvida mais seletivo e opera o *Double bind* entre lembrança e esquecimento [...]” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 62). Assim, a memória flutua entre a lembrança e o esquecimento e, no caso de ela pender mais para este último, “os outros” podem servir de “fio de Ariadne” para aquele que se diz chegar mais próximo daquilo que viveu, como atesta Halbwachs ao dizer que “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros [...]” (HALBWACHS, 2006, p.30).

Desse modo, encontramos na narrativa emocionante de Isabel Allende a memória de sua família e também do povo chileno, especialmente aquele que viveu o Golpe Militar de 1973, quando o presidente

Salvador Allende foi encurralado em seu gabinete afirmando “de La Moneda ninguém me tirará vivo”, enquanto os militares dominavam o país:

A má notícia logo se espalhou, e ministros secretários, funcionários, médicos de confiança, alguns jornalistas e amigos chegaram ao palácio; era uma pequena multidão que dava voltas pelos salões sem saber o que fazer, improvisando táticas de combate [...] Os mais angustiados opinavam que chegara a hora de convocar o povo para uma manifestação maciça em defesa do governo, porém, Allende calculou que haveria milhares de mortos. (ALLENDE, 2008, p. 256)

Essa “pequena multidão” é que permite à narradora reconstituir parte do passado político do Chile. Ao trazer a sua história de vida para um plano narrativo, ela inevitavelmente abarca muitos outros personagens e estes, por sua vez, seriam tomados como possíveis testemunhas para validar seu discurso, numa espécie de confluência das memórias de ambos – “Para que a nossa memória de aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos”, diz Halbwachs (2006, p. 39). Para ele, é preciso que existam pontos em comum entre a memória de um sujeito e a memória do grupo por ele evocado, o que significa que a memória dos outros evocada por Allende, a respeito tanto de sua família quanto de seu país, só ganha validade porque essa memória que é coletiva também lhe é individual. Em outras palavras, Allende também viveu os difíceis momentos políticos do Chile e aquilo que ela extrai da memória dos outros não lhe é estranho.

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para ter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 39)

Em outros termos, a memória é algo que ganha consistência apenas quando é partilhável. Ela ganha sentido quando faz parte de um grupo, quando é comum aos indivíduos de um grupo. Só assim ela poderá ser tomada com mais validade como uma forma de representação do passado.

Vale aqui retomar Seligmann-Silva quando ele aponta que conceitos iluministas como o de linearidade da história foram deixados de lado enquanto “observou-se mais e mais a ascensão do registro da memória – que é fragmentário, calcado na experiência individual e da comunidade [...] e não tem como meta a tradução integral do passado” (SELIGMANN-SILVA, 2002, p. 65) . É justamente por dar espaço para a coletividade que o discurso memorialista é fragmentado. Nele todos falam. Cada um tem algo a apresentar quando se trata de reconstituir um passado. Parece não haver individualismo em assuntos de memória. Embora para cada sujeito os acontecimentos vivenciados tenham significados diferentes, o que leva cada um a elaborar a sua memória sobre os fatos, essas percepções individuais é que irão, juntas, construir o significado coletivo, num entrecruzamento que resulta na história não de indivíduos isolados, mas do grupo a que pertencem.

A literatura de testemunho

Se a memória é fragmentária, pode-se dizer o mesmo em relação ao testemunho. “Nele, de um modo característico para a nossa pós-modernidade, o universal reside no mais fragmentário” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 80). E, como exemplo, o autor fala da história da Shoah, contada por milhares de vítimas sobreviventes a este evento.

Quanto à literatura de testemunho, Seligmann-Silva aponta que se trata de um novo gênero literário, característico da Hispano-América que passa da função testemunhal da literatura, caso da Alemanha, França e EUA a respeito da Shoah, para a conceituação desse novo gênero que, a par das questões político-partidárias na América Latina, é tomado como o mais adequado para dar voz aos “revolucionários”. No entanto, “[...] não se deve confundir o testemunho [...] com a literatura de testemunho propriamente dita. Esta, no entanto, existe apenas no contexto da contra-história, da denúncia e da busca pela justiça” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 88). Assim, Hermilo Borba Filho escreveria uma quadrilogia composta por quatro romances na década de 1960 e 1970, contexto da ditadura militar, para mostrar que os estragos provocados pela política brasileira já compunham uma longa história. Em *Margem das Lembranças*, o ponto alto de sua narrativa é o estouro da Revolução de 1930, que lhe rendeu a prisão, muitas torturas e um aprendizado que talvez o tenham tornado um homem diferente daquele que ele encontra nas páginas de sua vida ao narrar sua própria história lá de longe, de um futuro que ele não fazia ideia de como seria.

Na literatura de testemunho, “[...] destaca-se o ser ‘coletivo’ da testemunha” (ACHUGAR *apud* SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89), numa espécie de simbiose entre a história e a memória. Eis, de acordo com Seligmann, o cerne da literatura de testemunho: do imbricamento entre história e memória é que ela surge. Logo, ao narrar suas memórias num plano narrativo e trazer para esta esfera o cenário político de um Chile golpeado na década de 1970, Allende está produzindo uma literatura de testemunho na medida em que, enquanto se retrata em seu texto, ela também apresenta ao leitor parte da história de seu país. Suas palavras parecem uma tentativa de esclarecer pontos obscuros do golpe sofrido pelo presidente Salvador Allende: tentando mostrar a devassidão que assolou sua família e a de tantos outros cidadãos chilenos, a narradora conta:

A casa do presidente foi tomada de assalto, depois de ter sido bombardeada e até a roupa da família foi saqueada. A vizinhança e os soldados levaram como recordação os objetos pessoais, os documentos mais íntimos e as obras de arte que os Allende haviam colecionado ao longo da vida. Nas comunidades operárias, a repressão foi implacável, houve execuções sumárias no país inteiro, um sem-número de prisioneiros, desaparecidos e torturados, não havia onde esconder tantos perseguidos nem como alimentar milhares de famílias sem trabalho. (ALLENDE, 2008, p. 258)

A história do povo chileno nas páginas narradas por uma escritora chilena. Possivelmente uma forma de fazer justiça através de uma memória narrativa que ecoa a voz não apenas da narradora, mas de uma legião de afetados pela ditadura. Na literatura de testemunho, diz Seligmann-Silva, “[...] há um sentido de necessidade de se fazer justiça, de se dar conta da exemplaridade do ‘herói’ e de se conquistar uma voz para o subalterno” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89). Daí a polifonia presente na literatura de testemunho, como na escrita de si: diversas vozes são evocadas para dar voz àquele que fala e que, por

seu turno, como dito, dar voz a um subalterno. Talvez Isabel Allende esteja dando voz a Salvador Allende, em sua narrativa. Talvez Hermilo Borba Filho, numa tarefa dupla, esteja dando voz aos oprimidos pela Revolução de 1930 e, também, àqueles que sofreram a ditadura de 1960, no Brasil, uma vez que ele fala, em *Margem das Lembranças*, de um acontecimento político de sua juventude, mas no momento em que o seu país vive outros conflitos – a ditadura militar de 1960.

Em suma, na literatura de testemunho, tem-se um sujeito narrador que estabelece uma relação com o passado cuja interação é mediada pela memória, a dele mesmo e a dos outros que também participaram dos acontecimentos desse passado. Sendo que se deve considerar o caráter subjetivo da literatura de testemunho, visto que esta advém da percepção daquele que narra. O testemunho é reconstruído com o auxílio da memória e esta é uma “modalidade mais emocional”, afirma Seligmann-Silva (2003, p. 79). Além disso, “A tarefa de lembrar a tragédia, [...] envolve ainda o enfrentamento, por parte do narrador, do sofrimento experimentado [...]” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 364). Ao testemunhar, o narrador revive porque recria os fatos passados, no presente, embora no plano ficcional da narrativa.

Algumas considerações

As escritas de si configuram-se em uma modalidade por meio da qual o sujeito moderno passou a dizer-se. Nelas a presença de um narrador que busca a reconstrução de seu passado, ou de parte dele, aparentemente com o intuito de compreender-se a si mesmo. O ambiente da escrita de si é aquele em que o narrador esteve outrora – o seu passado. É de lá que ele traz ao presente acontecimentos que mudaram ou transformaram o curso de suas vidas. Mediante a escrita de si, o sujeito que se narra tem a possibilidade de analisar de fora eventos que lhe aconteceram, o que lhe dá a capacidade de pensar criticamente sua postura diante de tais fatos. Tanto em *Margem das Lembranças* quanto em *Paula*, os narradores rememoram suas vidas como se numa possível tentativa de compreender o rumo que tomaram até o presente em que estão a dizer-se.

A memória apresenta-se como uma indispensável aliada das escritas de si. É através das lembranças que o sujeito tem acesso ao seu passado, seja aos acontecimentos mais corriqueiros como as brincadeiras de infância de Allende e as primeiras experiências sexuais do jovem Hermilo, seja aos grandes traumas como o golpe militar do Chile ou a Revolução de 1930 no Brasil. De qualquer forma, a memória aparece como elemento norteador para o sujeito da escrita de si.

A literatura de testemunho, por sua vez, tem a tarefa de materializar no plano discursivo aquilo de que a memória dá conta e que será levado ao plano narrativo. A partir dela, o sujeito reconstrói fatos passados, denuncia o que foi ocultado, reafirma o que foi vivenciado, dá voz àqueles que não puderam se manifestar. A literatura de testemunho dá ao sujeito a possibilidade de reunir fragmentos do passado e, assim, resignificar a história de vida dos sujeitos inseridos nesses fragmentos, nessas histórias.

As narrativas em primeira pessoa, a memória e o testemunho/literatura de testemunho podem ser tomados, pois, como uma tríplice possibilidade mediante a qual o sujeito pode dizer-se. Juntos, esses elementos podem dar ao narrador a possibilidade de, no plano ficcional, reorganizar a trajetória de sua

vida. O entrelaçamento desse tríplice pode dar ao sujeito a possibilidade de retornar ao passado e, conseqüentemente, compreender melhor o seu presente.

Referências Bibliográficas:

- ALLENDE, Isabel. Paula. Trad. Irene Moutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- BORBA FILHO, Hermilo. Margem das lembranças. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DETIENNE, Marcel. Os mestres da verdade na Grécia arcaica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HALWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- GOMES, Angela de Castro (org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a Memória, História e o esquecimento. In: _____. História, memória, literatura: o Testemunho na era das catástrofes. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003.
- _____. O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: 34, 2005.
- SILIBIA, Paula. O show do eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

*Recebido em 01/10/2018
e aprovado em 29/11/2018.*



A importância do trabalho com a variação linguística em um primeiro ano do ciclo de alfabetização

The importance of working with linguistic variation at a first year of literacy cycle

Débora Tatiane Costa Rosa¹
Táise Simioni²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa-ação baseada em uma proposta de intervenção que buscou a reflexão sobre a língua oral e escrita e a discussão sobre a variação linguística envolvendo alunos do primeiro ano do ensino fundamental. Fundamenta a proposta apresentada uma discussão sobre o letramento e a alfabetização (SOARES, 1998), sobre os multiletramentos (DIAS, 2012; ROJO, 2012; TEIXEIRA; LITRON, 2012), sobre a variação linguística e, mais especificamente, a monitoração estilística (BORTONI-RICARDO, 2004; 2005). Participaram da pesquisa-ação, além da professora-pesquisadora, 20 alunos do 1º ano do ciclo de alfabetização do ensino fundamental de uma escola pública de Bagé-RS. A proposta de intervenção foi organizada em módulos ao longo dos quais foram realizadas variadas atividades envolvendo a reflexão sobre a variação linguística. A culminância da proposta de intervenção foi o lançamento de um documentário produzido pelos alunos. O resultado da proposta de alfabetização baseada na reflexão sobre a língua oral e escrita permitiu que as crianças construíssem seu processo de escrita e leitura de forma significativa e crítica.

Palavras-chave: Alfabetização; Variação linguística; Monitoração estilística.

Abstract: This paper aims to present the results of an action research based in an intervention proposal that looked for a reflection about oral and written language and the discussion about linguistic variation involving students from a first year of elementary school. The present proposal is based in a discussion about literacy and alphabetization (SOARES, 1998), about the multi-literacy (DIAS, 2012; ROJO, 2012; TEIXEIRA; LITRON, 2012), about the linguistic variation and, more specifically, the stylistic monitoring (BORTONI-RICARDO, 2004; 2005). Besides the teacher-researcher, 20 students from a 1st year of literacy cycle of elementary school from a public school of Bagé-RS participated of the action research. The intervention proposal was organized in modules, along which varied activities were realized involving the reflection about the linguistic variation. The culmination of the intervention proposal was the release of a documentary produced by the students. The results of the proposal of literacy based in a reflection about the oral and written language allowed that the children built their process of written and reading in a significative and critical way.

Keywords: Literacy; Linguistic variation; Stylistic monitoring.

¹ Possui graduação em Letras - Português e Espanhol pela Universidade da Região da Campanha (2003). Especialização em Educação Infantil pela Universidade Castelo Branco (2004), Mestrado em Ensino de Línguas pela Universidade Federal do Pampa (2017). E-mail: deborayrosa@gmail.com

² Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005) e doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011). Atualmente é Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa. E-mail: taisessimioni@unipampa.edu.br

Introdução

Este trabalho tem como tema a importância da reflexão sobre a variação linguística desde os primeiros anos da vida escolar dos alunos³. Nele, pretende-se, então, evidenciar a relevância da variação linguística desde o ciclo de alfabetização. O objetivo principal do trabalho é socializar o resultado de uma pesquisa-ação realizada com uma turma do primeiro ano do ciclo de alfabetização. Iniciamos a proposta de intervenção com a busca dos conhecimentos prévios dos alunos e através deles desenvolvemos atividades pautadas na variação linguística e na reflexão sobre a língua oral e escrita. Durante a construção de um documentário, que foi a culminância da proposta e teve como tema a história da escola onde os alunos estudavam, conseguimos trabalhar com a língua oral e escrita e com a variação que lhe é inerente. Assim, os alunos iam compreendendo a monitoração na fala e na escrita e qual é o seu papel na sociedade.

A proposta de um trabalho a partir da reflexão sobre a língua e sua importância social pode ser encontrada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa, que apresentam como um dos objetivos de língua portuguesa a serem atingidos no primeiro ciclo o seguinte:

Utilizar a linguagem oral com eficácia, sabendo adequá-la a intenções e situações comunicativas que requeiram conversar num grupo, expressar sentimentos e opiniões, defender pontos de vista, relatar acontecimentos, expor sobre temas estudados (BRASIL, 1997, p. 68).

Segundo os PCNs de Língua Portuguesa, nos primeiros anos de escolaridade, os alunos precisam saber adequar a linguagem oral a intenções comunicativas. Para tal, é necessário que reflitam sobre o que é a adequação linguística. Nesse sentido, nos primeiros anos de alfabetização, é necessário trabalhar com a reflexão sobre a língua oral e escrita e como ela se apresenta conforme as situações de uso. Assim, ao discutirmos com os alunos a maneira como nos comunicamos em casa, na escola e em outros ambientes, evidenciamos a variação linguística e a monitoração.

A próxima seção deste artigo se dedica a apresentar a fundamentação teórica do trabalho, na qual discutimos conceitos essenciais como alfabetização, letramento, multiletramentos, variação linguística e monitoração estilística. Na terceira seção, é descrita a metodologia, de maneira a mostrar o contexto em que foi desenvolvida a pesquisa-ação e como se deram as etapas de planejamento, implementação e análise da proposta de intervenção aqui discutida. A quarta seção apresenta e discute os resultados obtidos. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais.

Fundamentação teórica

Nesta seção, que está dividida em duas partes, discutimos inicialmente algumas questões importantes sobre a alfabetização, o letramento e os multiletramentos. Na segunda parte, refletimos sobre a variação linguística e sobre a importância da sua discussão já no primeiro ano do ciclo de alfabetização.

Relações entre a alfabetização, o letramento e os multiletramentos no ciclo de alfabetização

³ Este trabalho faz parte da dissertação de Rosa (2017), desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de Línguas, da Universidade Federal do Pampa.

O termo "letramento" originalmente é da língua inglesa, *literacy*, que significa "o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever" (SOARES, 1998, p. 17). Essa condição não pertence unicamente aos indivíduos que aprendem a ler e a escrever, pois alguns podem não saber ler, mas sabem se posicionar frente às mais variadas situações de comunicação. Conforme Soares (1998):

Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 1998, p. 40).

Para Soares (1998), o letramento vai além de entender a função social da escrita, pois implica no ato de ter o hábito da leitura e, ao mesmo tempo, o prazer em ler, objetivos que não são contemplados na alfabetização, isoladamente, pois a alfabetização se estabelece no processo de codificar e decodificar palavras. O letramento precisa ser concebido como parte do processo de alfabetização, pois parece que, quando ambos são trabalhados simultaneamente, os alunos conseguem ampliar sua percepção e compreensão sobre a leitura e a escrita.

Quando abordamos o letramento, nesse trabalho, não podemos deixar de falar dos multiletramentos. Segundo Rojo (2012), o termo "multiletramentos" surgiu no intuito de englobar as discussões referentes às novas pedagogias do letramento e se difere do conceito de letramentos múltiplos, por este se referir à multiplicidade e variedade das práticas letradas da nossa sociedade e aquele fazer referência tanto à multiplicidade cultural quanto à multiplicidade de linguagens na constituição dos textos.

Para entendermos a complexidade da ampliação do conceito de letramento em multiletramentos, trazemos a afirmação de Rojo (2012) segundo a qual:

Diferentemente do conceito de **letramentos (múltiplos)**, que não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não nas sociedades em geral, o conceito de **multiletramentos** – é bom enfatizar – aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica (ROJO, 2012, p. 13).

Vivemos em um momento de avanços tecnológicos onde temos acesso a culturas de diversos locais e temos a oportunidade de mostrar a nossa. É comum nas sociedades urbanas recebermos vídeos contendo as mais variadas formas de comunicação, pois não são raras as produções que utilizam imagens, cores e sons para chamar nossa atenção para algum produto novo ou para a divulgação de alguma ideia. A comunicação passou a ser plural e as crianças que chegam ao primeiro ano do ciclo de alfabetização já conhecem tal comunicação plural, como em grupos familiares no Whatsapp, como algo importante e a partir dessa experiência descobrem que a escrita tem uma função social e que ela serve para alguma coisa.

Para reforçar a ideia de que há necessidade de trabalharmos com os letramentos e os multiletramentos, Teixeira e Litron (2012) acrescentam:

No plano da teoria, pelos corredores da escola, muito já se ouve falar em "letramento", "desenvolvimento dos processos de escrita" e "capacidades de leitura". Na prática docente, porém, os conceitos de letramento e alfabetismo ainda se confundem, e as concepções presentes no cotidiano da sala de aula e em certos materiais didáticos também se misturam constantemente. Um desafio: transformar o **discurso** recorrente de professores e gestores escolares sobre a importância do letramento em **práticas** e **concepções** efetivas em sala de aula (TEIXEIRA; LITRON, 2012, p. 167-168).

Conforme Dias (2012, p. 96), “os multiletramentos preparam os alunos para situações de interação em que sejam necessárias posturas mais contemporâneas de leitura e escrita, mais especificamente situações que envolvam o estudo da língua e o estudo dos gêneros”. Entender que os alunos estão envolvidos em práticas letradas que se relacionam com a multiculturalidade e que se apresentam de forma multimodal pode transformar as aulas de língua portuguesa em um ambiente de discussões sobre a língua como representação da cultura, e não mais como um conteúdo a ser transmitido e aprendido para se responder questões em avaliações.

Compreender que trabalhar com multiletramentos é propor atividades que se dedicam aos vários níveis de uso da língua que estão presentes nas salas de aulas é perceber que as turmas não são homogêneas, mas são ricas em diversidades sociais e culturais que precisam ser observadas e discutidas durante as aulas, não só nas aulas de língua portuguesa, mas em todas as disciplinas para que os alunos aprendam a expor suas ideias e respeitem as dos outros.

Assim, a proposta aqui apresentada buscou o que Rojo (2012) chama de “alfabetismos necessários às práticas de multiletramentos”; para serem profícuos, eles precisam se direcionar “para as possibilidades práticas de que os alunos se transformem em criadores de sentidos” (ROJO, 2012, p. 29). Para o ensino que se entende como crítico e transformador, é necessário que os alunos não fiquem passivos e receptivos. Nessa perspectiva, o trabalho com os recursos linguísticos de que o falante dispõe para criar sentidos é essencial. É disso que tratamos na próxima seção.

Por que trabalhar variação linguística no primeiro ano do ciclo de alfabetização

Segundo os PCNs, “a língua é um sistema de signos históricos e social que possibilita o homem significar o mundo e a realidade” (BRASIL, 1997, p. 22). A língua tem um papel importante na sociedade pois está presente em todas as esferas sociais e através dela conseguimos ressignificar quem somos.

Ao abordarmos a questão social da língua, começamos a compreender como devemos trabalhar a variação linguística dentro da escola. É importante salientarmos a variação e a monitoração linguística para que os alunos, desde o ciclo de alfabetização, possam entender a variação linguística existente na sociedade e a importância de sabermos monitorar a fala e a escrita. Para Bortoni-Ricardo (2005):

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

É extremamente importante que os professores tenham essa compreensão das diferenças sociolinguísticas e saibam trabalhar com os alunos a partir de questões ligadas à variação linguística. Na escola, as diferenças se encontram e se multiplicam, porém parece que nas aulas de língua portuguesa ainda trabalhamos conteúdos ligados a uma gramática tradicional, que muitas vezes pode ser bastante distante da realidade dos alunos. Por essa razão é preciso trabalhar a variação e as maneiras diferentes que usamos para dizer algo.

Nesse sentido, o trabalho com a variação linguística deve ser o foco da reflexão sobre a língua e como ela se apresenta de várias formas em contextos diferentes. Para ressaltar a importância do trabalho reflexivo sobre a língua, citamos novamente os PCNs:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1997, p. 21).

A escola, por ser o espaço onde os sujeitos se encontram e o local onde se aprende, precisa aprender a trabalhar com o que os alunos sabem, com aquilo que lhes é comum, sem que haja discriminação com relação ao uso não prestigiado da língua. A escola, por ter esse papel social muito forte, tem a função de ampliar os saberes comunicativos dos alunos para que eles possam entender que o que nos leva a monitorar a fala e a escrita depende de fatores como o ambiente, o interlocutor e o tópico da conversa, como nos ensina Bortoni-Ricardo (2004).

Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 63), “a variação ao longo do contínuo de monitoração estilística tem, portanto, uma função muito importante de situar a interação dentro de uma moldura ou enquadre”. Ao sabermos os fatores que nos levam a monitorar a fala e a escrita, passamos a entender como os professores podem trabalhar com os alunos que chegam à escola com a variedade que usam em seu convívio social. Esta variedade precisa ser discutida, mas não julgada ou enquadrada como errada ou inadequada.

Na proposta que apresentamos aqui, a intenção era a de que os próprios alunos construíssem seu conceito de monitoramento, sem que este fosse imposto, mas de um jeito que notassem que, dependendo do lugar e do que se quer dizer e para quem, precisamos monitorar, elaborar, buscar a melhor forma de usar a língua e a melhor maneira de dizer o que se quer, para que a forma como nos comunicamos não permita que os outros se sintam no direito de menosprezar nossas ideias porque não nos adequamos às expectativas de determinado evento comunicativo.

Metodologia

A pesquisa-ação se estrutura na formulação de hipóteses, na comprovação, na inferência sobre problemas reais que não se estabelecem apenas a partir de dados estatísticos. Através da pesquisa-ação, é possível vincular o raciocínio hipotético e as experiências de comprovação, pois a argumentação dos pesquisadores e dos participantes tem uma função na pesquisa, necessária à interpretação da realidade observada para que se possam elaborar as ações transformadoras que constituem o objetivo maior desse tipo de pesquisa. Para Tripp (2005),

A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos (TRIPP, 2005, p. 445).

Ao verificar-se a ação por parte dos envolvidos na pesquisa, pessoas ou grupos implicados, qualifica-se a pesquisa como pesquisa-ação por essa apresentar uma problemática que merece uma investigação, uma

observação que possa ser conduzida pelos pesquisadores que desempenham um papel ativo durante o acompanhamento, a avaliação, a apresentação do problema e a possível solução. A solução precisa resolver ou esclarecer o problema apresentado durante o processo. Essa solução também pode ser utilizada por outros grupos que entendam que ela contempla conflitos semelhantes.

Essa pesquisa não é restrita apenas a observar um problema e elaborar possíveis soluções, senão proporcionar aos participantes, tanto os pesquisadores quanto os demais envolvidos, um desenvolvimento da emancipação do conhecimento sobre o vivenciado. É possível elaborar uma reflexão sobre o contexto em que a pesquisa se insere, pois, com conhecimento, se conduz com eficácia a metodologia que irá determinar a solução que se busca para conscientizar os envolvidos. As pesquisas-ação nem sempre chegam a apresentar conhecimentos novos sobre o que se buscou com ela, porém, para Bortoni-Ricardo (2008),

O docente que consegue associar o trabalho de pesquisa a seu fazer pedagógico, tornando-se um professor pesquisador de sua própria prática ou das práticas pedagógicas com as quais convive, estará no caminho de aperfeiçoar-se profissionalmente, desenvolvendo uma melhor compreensão de suas ações como mediador de conhecimentos e de seu processo interacional com os educandos. Vai também ter uma melhor compreensão do processo de ensino e de aprendizagem (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 32-33).

Sabe-se que o professor precisa ser e se entender como um mediador do conhecimento, pois ele não pode se identificar como transmissor de conhecimentos prontos que não permitem a participação e a reflexão dos alunos. Dessa forma, é importante que o professor se perceba como um pesquisador das situações que ocorrem na sua sala de aula e na escola, de forma geral, pois, ao observar os acontecimentos cotidianos, o professor poderá buscar meios para mediar o processo de construção do conhecimento.

É importante salientar que a proposta de intervenção aqui apresentada, envolvendo o gênero documentário, permitiu, através de módulos, a reflexão sobre a língua e o entendimento sobre a variação linguística. Sabe-se que a variação linguística não deve ser entendida como uma atividade isolada em um capítulo do livro didático. É preciso que os professores dediquem parte do planejamento de suas aulas à reflexão sobre a língua, sobre como os alunos a utilizam e como podemos monitorá-la se quisermos. Assim, o entendimento sobre a língua será construído desde o 1º ano do ciclo de alfabetização, pois o aluno precisa entender que a linguagem não é homogênea e que a sua linguagem deve ser compreendida, pois ela é a representação da sua própria identidade.

A intervenção aqui discutida, que se caracteriza como uma pesquisa-ação, foi aplicada entre os meses de maio e agosto de 2017, em uma turma de 1º ano do ciclo de alfabetização, de uma escola da Rede Pública Municipal de Bagé-RS. Essa escola é central e recebe alunos do centro, de outros bairros mais distantes e também da zona rural. A turma era composta por 20 alunos, 13 meninos e 7 meninas, com idades entre seis e sete anos. Esses alunos já frequentavam a escola desde a pré-escola e, por essa razão, conheciam todos os espaços que compõem o ambiente físico e também os profissionais que trabalham nesse local. A primeira autora deste artigo atuou, em sala de aula, como professora pesquisadora de sua própria prática docente. Cabe destacarmos que, antes de iniciarmos a intervenção, os pais dos alunos assinaram um termo de consentimento, que autorizava a participação dos alunos na pesquisa.

Como forma de registro das atividades, foram utilizadas gravações em áudio e vídeo, além de registro escrito em diário descritivo. Os áudios eram realizados durante a aplicação das atividades para registrar a participação dos alunos e também a forma como o trabalho era conduzido pela professora-pesquisadora.

Para analisar o desenvolvimento dos conhecimentos dos alunos no decorrer das atividades, foi utilizado um caderno de produção. Todos os alunos receberam um caderno, onde as atividades eram registradas. Esse material era recolhido, analisado e entregue aos alunos antes do início de cada atividade. Posteriormente o material dos cadernos foi digitalizado. A análise apresentada na próxima seção buscou, principalmente nos áudios, momentos de reflexão sobre a língua oral e escrita.

Quanto à proposta de intervenção, ela foi organizada em módulos. O primeiro módulo ("Documentário: o que é?") buscou conhecer o gênero documentário a partir dos conhecimentos prévios dos alunos. As atividades propostas buscavam conhecer o que os alunos sabiam e como eles ampliaram esse conhecimento. No segundo módulo ("Documentário: como se faz?"), investigamos o gênero, refletimos sobre ele e organizamos um roteiro contendo o que faríamos para produzir um documentário. O terceiro módulo ("Documentário: uma representação da história") foi dedicado à pesquisa, a entrevistas, ao resgate da memória da comunidade escolar. O quarto módulo ("Documentário: quase um quebra-cabeça") tratou das questões ligadas à pré-edição, à edição, à decupagem e à edição final. No quinto módulo ("Documentário: uma construção coletiva"), buscamos a opinião de uma turma de alunos que conhecia a história da nossa escola e das escolas que formaram a nossa, para que juntos pudessemos verificar se a primeira versão era um registro da realidade. O sexto e último módulo ("Documentário: Vem ver!") organizou a divulgação do evento de lançamento do documentário.⁴

Durante a realização dos módulos, os alunos tiveram a oportunidade de reconhecer o gênero documentário, produzir roteiros, enviar e-mails, produzir perguntas, entrevistar, reavaliar o roteiro inicial, organizar o documentário, produzir trilha sonora, editar o documentário e apresentá-lo à comunidade escolar.

Análise e discussão sobre a implementação da proposta de intervenção

Na análise aqui apresentada, que é um recorte de Rosa (2017), o foco serão os momentos em que se apresentou, de maneira mais explícita, uma discussão sobre a variação linguística e, mais especificamente, sobre a monitoração linguística. Não temos, portanto, a intenção de apresentar todas as atividades de todos os módulos.

No primeiro módulo, após algumas atividades envolvendo o gênero documentário, os alunos foram questionados sobre quem poderia auxiliar o grupo na realização do documentário sobre a escola. A professora-pesquisadora sugeriu, nesse momento, o contato via e-mail e mostrou aos alunos duas mensagens eletrônicas com graus de intimidade diferentes. O Quadro 1 mostra parte do diálogo desenvolvido nesse momento.

Quadro 1 – Diálogo sobre o gênero e-mail

Professora: Os e-mails são iguais ou diferentes? Aluno: São diferentes? Professora: Quem recebeu o primeiro e-mail? Para quem era o segundo e-mail? Pensem comigo: o que tem no primeiro e-mail? E como é o segundo? Qual é a diferença entre os dois? Aluna: O primeiro para uma amiga e o outro para uma professora. Professora: Qual é a diferença nas mensagens enviadas? Como iniciei a mensagem? Aluno: Uma começa com "Oi", a outra com "Bom dia!". Professora: Quando falamos com um amigo e quando falamos com outras pessoas a nossa fala muda? Alunos: Muda! Professora: Vocês conseguem perceber isso? Quando vocês falam comigo e quando falam com a diretora a maneira de falar muda? Alguns alunos: Sim.
--

4 O documentário encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=YkQ7ktD8Blk&t=14s>.

Professora: Vocês conseguem dizer por que isso acontece?

Alguns alunos: Porque ela não nos conhece!

Professora: Ela conhece, mas não tem a mesma relação de intimidade, assim como nos e-mails que mostrei. Com a minha amiga usei um "oi" e para minha professora "Boa tarde!".

Como pode ser visto no Quadro 1, refletimos sobre a maneira como foram escritos os e-mails e os alunos deram suas contribuições sobre como eles também se comunicam de maneira diferente conforme o envolvimento deles com as pessoas. Para ressignificar o que os alunos perceberam, conversamos sobre como eles se comunicam com a diretora e com a professora e sobre como eles cuidam a maneira de falar com essas pessoas. A partir da atividade de análise do gênero e-mail, conseguimos, conforme Bortoni-Ricardo (2004), criar condições para que os alunos refletissem sobre sua competência comunicativa, para que pudessem usar com segurança os mais variados recursos comunicativos.

A professora-pesquisadora propôs, então, a escrita de um e-mail para uma jornalista, com o objetivo de solicitar uma ajuda profissional para que se pudesse compreender a estrutura do gênero documentário. Com o auxílio dos alunos, começamos a conversar sobre como nos comunicaríamos com alguém que não nos conhecia. É importante notar que os alunos conseguiram produzir o texto de maneira coletiva, observando as características do gênero, e perceberam a monitoração de forma reflexiva e dialogada.

Através das atividades propostas ao longo do primeiro módulo da intervenção, de que fornecemos um exemplo acima, conseguimos ampliar o conhecimento dos alunos com relação ao entendimento da função social da escrita, da percepção da variação e da monitoração da fala e da escrita, conforme nosso grau de envolvimento com as pessoas que participam da interação.

Na última atividade do segundo módulo, houve uma conversa a respeito de duas entrevistas que haviam sido concedidas pelos alunos e pela professora-pesquisadora sobre o projeto que estava sendo desenvolvido. Nesse momento foi importante identificar a postura dos alunos que foram a uma rádio local e dos alunos que foram entrevistados na escola para um jornal impresso local.

Os alunos conseguiram identificar a organização dos jornais e puderam esclarecer a diferença que existe entre os jornais escritos e os jornais orais, pois o tema da entrevista era o mesmo, mas a forma de apresentação dos dois era diferente. Na rádio as perguntas eram respondidas no exato momento em que eram feitas e no jornal escrito a repórter havia organizado o texto conforme as respostas dos alunos. Conversamos sobre o porquê de cuidarmos a maneira como falamos, pois não conhecíamos as pessoas que ouvem o jornal, mas, quando fomos entrevistados pelo jornal impresso, falamos com a repórter e cuidamos um pouco menos da fala, pois estávamos no ambiente da escola.

É importante notar que os alunos, após a leitura da reportagem sobre o documentário, apresentada no jornal impresso local, conseguiram novamente perceber a função social da escrita. Ao participarmos da entrevista na rádio local, o que conversamos nas aulas sobre a variação linguística e sobre a monitoração passou a ter um significado mais claro e prático, pois os alunos falariam com alguém que eles não conheciam. Não se tratava apenas da entrevistadora, mas do público que acompanha a programação da rádio.

Percebemos que os alunos cuidaram a forma de se comunicar, pois, antes de a entrevista começar, a entrevistadora fez várias perguntas e explicou: "quando ligar a luz naquela janelinha, começamos a gravar". A partir daquele momento, notamos a postura e a preocupação dos alunos em dar as informações sobre o documentário.

No terceiro módulo, como parte das atividades de busca de informações sobre a escola para a construção do documentário, conversou-se sobre as duas antigas escolas que haviam se unido para dar origem à

atual escola onde os alunos estudavam. Quando começamos a pesquisa, os alunos observaram que a estrutura dos prédios das antigas escolas sofreu alterações. A partir dessa observação das mudanças, provocadas ao longo do tempo, conversamos sobre a linguagem e se eles notavam diferença entre a forma como as pessoas falam. Alguns alunos não percebiam, porém, os alunos que conviviam com pessoas de idades muito diferentes conseguiam perceber que a língua se altera conforme a idade das pessoas.

Ao realizarmos a pesquisa, notamos que o registro escrito do material pesquisado mudou bastante. No material da pesquisa havia convites, boletins e históricos escolares, que atualmente são feitos de outra forma, como os históricos escolares que atualmente são digitados e têm outro formato. Além disso, nos dias atuais os alunos do ciclo de alfabetização não recebem boletins e sim pareceres. Continuamos conversando sobre essas mudanças e a relação disso com mudanças na língua, quando os alunos olharam o material escrito e registros fotográficos deixados pelas antigas escolas. Os alunos notaram o papel, a letra, os carros e as roupas. Partindo dessas observações, novamente buscamos dialogar sobre a língua e se eles notam diferença entre a fala deles e a dos pais.

Como parte do quarto módulo, foram feitas atividades relativas à trilha sonora do documentário. Na escola havia uma estagiária do Curso de Música da UNIPAMPA, chamada Thais Sauco. Conversamos e resolvemos solicitar seu auxílio. Nesse momento, para entrar em contato com a estagiária, utilizamos um aplicativo do celular. O Quadro 2, a seguir, apresenta a construção da mensagem enviada.

Quadro 2 – Mensagem no WhatsApp

<p>Professora: Como mandaremos a mensagem? Nós já a conhecemos e usaremos o celular de quem é amigo dela. Então como será nossa mensagem com "Boa tarde, Professora Thais" ou "Oi, Thais"? O que vocês acham?</p> <p>Alunos: "Oi, Thais. Como estás? "</p> <p>Professora: Então, se a pessoa é minha amiga posso usar um "oi", mas, se não for, devo começar a mensagem com "Boa Tarde!". Como escrevo para minha amiga Thais:</p> <p>"Oi, Thais Preciso da tua ajuda para produzir a trilha sonora do documentário. Quando tu podes vir na escola? Beijo, espero tua resposta."</p> <p>Alunos: Assim, tia. Ficou bem!</p>
--

Nessa proposta conseguimos perceber novamente que os alunos do primeiro ano conseguiram compreender que temos formas diferentes para nos comunicar, pois, se conhecemos ou se não conhecemos uma pessoa, usamos diferentes recursos.

No sexto e último módulo, organizamos o evento da apresentação do documentário para a comunidade. Combinamos a divulgação do evento em jornais, telejornais e elaboramos convites para autoridades. Na secretaria da escola, a secretária explicou para os alunos como são os e-mails que a escola envia quando deseja convidar a Secretaria Municipal de Educação, outras secretarias e o prefeito para um evento dentro da escola. Após conversarmos com a secretária, combinamos com ela a mensagem que enviaríamos para as secretarias. Os alunos entenderam que esse e-mail era mais elaborado, havia uma série de palavras que eles não conheciam, como, por exemplo, "Ilmo.", mas que precisavam estar no texto. Nessa atividade, os alunos, ao conversarem com a secretária da escola, puderam notar que alguns registros escritos seguem um modelo, pois são utilizados com o mesmo propósito.

Na noite de lançamento do documentário, seguimos o roteiro que havíamos acordado e, com consciência, os alunos sabiam monitorar a fala na recepção e também na apresentação do documentário. Para começar o evento no refeitório da escola, os alunos apresentaram o documentário cumprimentando os presentes,

informando o objetivo do documentário, apresentando as formas de produção e agradecendo a todos. No segundo momento, assistimos ao documentário.

Para finalizar o evento e para que os alunos tivessem mais uma vez um momento de mostrar que eles eram os protagonistas do seu aprendizado, eles abriram a roda de conversa onde os presentes tiveram a oportunidade de fazer perguntas e elogiar o trabalho dos alunos.

Considerações finais

No trabalho proposto aos 20 alunos de um primeiro ano do ciclo de alfabetização, notamos que, ao buscarmos o que os alunos sabiam e ao compreendermos a forma como eles falavam sobre suas experiências, começamos a valorizar aquilo que faz parte do cotidiano dos alunos. Ao trabalharmos com a variação linguística e a reflexão sobre a língua, notamos que os alunos passaram a compreender que a língua varia e que com ela nos comunicamos e interagimos com os outros e com o mundo. A proposta, de uma forma bastante particular, proporcionou aos alunos algo que nos parece ser real, pois não criamos textos fora da realidade ou textos que seriam lidos pela professora ou para a turma; os alunos criaram textos para uma comunidade escolar, eles tinham uma função social que era claramente reconhecível e reconhecida pelos alunos.

Através dos módulos, íamos refletindo sobre a forma como nos comunicamos e como podemos monitorar nossa comunicação. Com as conversas sobre a produção do documentário, passamos a trabalhar com algo real que nos possibilitava a construção do conhecimento com relação à língua oral e escrita e os alunos iam avançando em seu conhecimento sobre a língua.

Os alunos do 1º ano não tinham vergonha de falar sobre o documentário, sabiam colocar suas ideias e tinham consciência da monitoração conforme o local, o tópico e o interlocutor. Conseguimos constatar a monitoração dos alunos pois, ao falarem com outros alunos durante a elaboração do documentário, tinham uma forma de comunicação e ao irem a um programa de rádio, por exemplo, os alunos tinham outra maneira de se comunicar, buscando sempre a mais adequada.

Ao concluirmos a produção do documentário, tínhamos uma turma de alunos que dialogava com fluência e liberdade de escolhas, lia e produzia com consciência sobre a função social da língua.

Referências

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemos na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais. Língua Portuguesa: Ensino da primeira à quarta série*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- DIAS, Anair V. Martins. Hipercontos multissemióticos: para a promoção dos multiletramentos In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (orgs.) *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012. p. 95-122.
- ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (orgs.) *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012. p. 11-31.

ROSA, Débora Tatiane Costa. *Documentário*: uma proposta que contempla o letramento e a variação linguística para a formação de cidadãos críticos desde o 1º ano do ciclo de alfabetização. 2017. 123f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Línguas) – Universidade Federal do Pampa. Bagé, 2017.

SOARES, Magda. *Letramento*: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica/ CEALE, 1998.

TEIXEIRA, Adriana; LITRON, Fernanda. O manguêbeat nas aulas de Português: videoclipe e movimento cultural em rede. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (orgs.) *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012. p. 167-180.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

*Recebido em 10/10/2018
e aprovado em 01/12/2018.*

Compreendendo norma linguística para desatar outros nós

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

Clézio Roberto Gonçalves¹

Mariana Mendes Correa da Costa²

Valter de Carvalho Dias³

O livro *Para Conhecer Norma Linguística*, de autoria de Carlos Alberto Faraco e Ana Maria Zilles, publicado pela Editora Contexto, em 2017, traz em suas 219 páginas os principais questionamentos sobre ideia de *norma*, sobretudo na Língua Portuguesa, fazendo com que seus leitores compreendam o seu conceito em diferentes contextos, contribuindo para o ensino de uma língua que respeite, acima de tudo, as variedades.

Carlos Alberto Faraco é professor (aposentado) titular da Universidade Federal do Paraná. Possui experiência na área de Linguística com ênfase em Linguística Aplicada; seus livros e artigos muito têm contribuído para uma discussão sistemática sobre língua. Publicou vários livros, dentre os quais destaca-se *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*.

Ana Maria Zilles é professora titular de Linguística da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dedicase atualmente a estudos da variação e mudança linguística, como também políticas linguísticas, aquisição da linguagem, dentre outros. Em cooperação com Faraco, publicou *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*, importante obra que discute a língua, especialmente no contexto escolar.

O livro ora comentado, além de uma breve apresentação, está organizado em quatro capítulos, a saber: (i) Norma: tecendo conceitos; (2) Norma: descrição e prescrição; (3) Breve histórico da normatização do português; e (4) Norma e ensino. Destaca-se ainda o caráter pedagógico da obra, ao disponibilizar, no final de cada capítulo, leituras complementares e questões a serem respondidas.

Na **Apresentação**, os autores deixam claro que não é fácil compreender o conceito de *norma* nos estudos linguísticos, evidenciando dois conceitos que precisam ser bem entendidos ao longo da

¹ Doutor em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo; Professor Associado da Universidade Federal de Ouro Preto, pós-doutorando na Universidade Federal da Bahia. E-mail: cleziorob@gmail.com.

² Mestranda em Letras: Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: marimendescorrea@gmail.com.

³ Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia; professor do Instituto Federal da Bahia. E-mail: vcarvalho@ifba.edu.br.

leitura: o de *norma normal* que se refere ao *o que se diz* e o de *norma normativa* que diz respeito a *o como se deve dizer*.

O **primeiro capítulo** desenvolve melhor os conceitos mencionados na apresentação de *norma normal* e de *norma normativa*. A primeira diz respeito ao conjunto de traços linguísticos de uma determinada comunidade de fala, as quais estão atreladas também ao espaço (sócio)geográfico que os falantes ocupam, pois, o falar varia de região para região. Variam também de acordo com o acesso aos bens culturais e à cultura letrada. Mesmo as *normas normais* utilizadas pelos falantes respeitam algumas regras, uma vez que os falantes tendem a ajustar a sua fala aos diversos contextos de uso.

Já a segunda, é considerada como a "(...) tentativa de regulamentar, controlar, normatizar o comportamento linguístico dos falantes em determinados contextos" (p. 12), remetendo-se ao que se entende como uma língua ideal, que cumpre com as normas e o seu "bom" uso.

Ao falar sobre essa segunda norma, os autores explicam a diferença entre *norma culta* e *norma-padrão*. A primeira se refere às normas utilizadas por um grupo de falantes que se denominam cultos. A segunda é a mencionada *norma normativa*. Eles ressaltam ainda que a realidade linguística brasileira é dividida em variedades cultas/prestigiadas e variedades populares/estigmatizadas.

Retomando o conceito de comunidades de fala, Faraco e Zilles afirmam que não estão completamente isoladas na sociedade e inerentes aos processos de mudanças linguísticas, uma vez que as normas não são consideradas imutáveis, elas realizam trocas com outras comunidades, seja por meio da televisão, rádio, internet etc. É por meio desses contatos entre diferentes comunidades que a mudança linguística vai acontecendo.

Os autores reforçam que os linguistas precisam se debruçar sobre outras áreas de conhecimento, pois somente um trabalho multidisciplinar pode esclarecer os conceitos e definições que permeiam a língua, uma vez que os fatores linguísticos por si só não são capazes de definir a complexidade que a envolve, uma vez que ela também é um aglomerado de processos históricos, culturais e políticos.

Ainda nessa perspectiva, os autores mencionam os linguistas britânicos Michael Halliday, Angus McIntosh e Peter Strevens por tratarem também da heterogeneidade da língua, cujas variedades podem ser agrupadas em *dialetos* e *registros*.

Pela fala é possível identificar a qual comunidade linguística o falante pertence. Assim é possível recorrer ao conceito de *comunidade de prática*, que são os grupos sociais com os quais as pessoas se identificam e participam: futebol, família, escola etc. Dessa maneira, não há dialetos e registros estáticos, retomando a ideia de que todo falante é um *camaleão linguístico*.

Toda e qualquer variedade de uma língua, segundo Faraco e Zilles, possui *plenitude formal*, "(...) tem organização estrutural" (p. 45), ou seja, possui sua própria gramática. As variedades também possuem um *potencial semiótico* "(...) qualquer variedade está, em princípio, apta a atender as necessidades cognitivas, expressivas e comunicacionais de seus falantes" (p. 48). Justamente por isso, os autores reforçam que não há motivos para se hierarquizar uma língua, uma vez que tal hierarquização acontece socialmente devido aos grupos que a impõem ocuparem as posições de maior prestígio, estigmatizando, portanto, os falantes desprestigiados, e não propriamente sua variedade linguística.

Ao mesmo tempo em que tentam legitimar a língua, esses grupos discriminam aquelas que são diferentes das suas. Para os autores, uma solução possível para que tal ocorrência tivesse fim seria a

democratização do acesso ao patrimônio da cultura escrita; enfatizando que nem tudo pode ou deve ser padronizado.

Para fechar o capítulo, os autores reforçam que nada na língua é estático e que essa está em constante mudança.

No **capítulo dois**, os autores principiam dizendo que há uma separação entre *atitude descritiva* e *atitude normativa*. A primeira é vista como parte essencial das atividades científicas, procurando explicar os fatos tais como realmente são. Enquanto a segunda é uma reação à heterogeneidade linguística, visando uma homogeneização.

Para a Linguística, todo fato que ocorre na língua deve ser estudado e valorizado. Os autores enfatizam em diversos trechos que os linguistas não são contra as normas linguísticas, apenas criticam as normas que são artificiais e impostas por uma suposta “língua correta”, questionando as regras que não tem relação com a realidade linguística.

Neste capítulo, os autores definem ainda as funções de *filólogos*, *gramáticos* e *linguistas*, diferenciando-os quanto aos seus respectivos objetos de estudo. Assim, a função dos filólogos está “(...) vinculada à importância e ao prestígio que a escrita e os textos escritos – em especial os textos canônicos (religiosos ou artísticos) – foram adquirindo na vida das sociedades humanas” (p. 85).

A função dos gramáticos surgiu do trabalho elaborado por esses filólogos, uma vez que precisaram “(...) descrever e comentar a língua (...)” (p. 87) que encontravam nos textos, ou seja, as regras que diziam respeito aos aspectos de métrica, ortografia, classificação das palavras, organização das orações, dentre outros, caracterizando aí o ramo conhecido como *gramática*.

Os autores refletem sobre as críticas que recaem sobre os linguistas, dizendo que eles empregam a cultura do “tudo vale” na língua. Entretanto, ao longo deste capítulo, eles vão desmistificando essa hipótese, reforçando que os linguistas não são contra a gramática normativa e a norma-padrão, eles são “(...) críticos do anacronismo e irrealismo da atual norma-padrão brasileira” (p. 91), pois o principal problema nessas discussões é saber de onde a norma-padrão deve emergir.

Por meio das considerações feitas por grandes estudiosos que atravessaram os séculos, os autores vão costurando a história das normas para que o leitor compreenda os significados que lhes foram atribuídos. Começando por Quintiliano e chegando aos primeiros gramáticos portugueses Fernão de Oliveira e João de Barros.

Faraco e Zilles dizem que é impossível selecionar novas estruturas na língua sem descrever o que realmente é habitual, a fim de que as normas não recaiam sobre regras inventadas ou, como definiu Mário de Alencar, “fetiche gramatical”. Para melhor elucidar isso, os autores citam o invencionismo na distinção de uso de “este” e “esse” (p. 114-115).

A norma-padrão utilizada como controle social é chamada pelos autores de *norma curta*, pois ela redime a língua, além de ser, infelizmente, a norma que predomina nas escolas, trazendo grandes prejuízos para o ensino. Uma alternativa para fugir dessa imposição é um estudo cada vez mais crítico sobre a norma-padrão, eliminando as regras que provêm de invenções, uma vez que as regras devem ser vistas como possibilidades e não serem impostas.

No **capítulo três**, os autores fazem um passeio pela história da Língua Portuguesa para explicar as normatizações. Tratam da origem de seu nome, estabelecido no século XV. Faz também uma reflexão sobre as manifestações dessa língua na história, desde a oralidade que foi durante muito tempo o modo

como a língua se manifestava, passando para a importância dada à escrita que só ganhou destaque quando o reino de Portugal passou a ter a necessidade de construir sua parte jurídica.

Os autores destacam D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, filhos de D. João I, como tendo grande contribuição para as atividades culturais e linguísticas daquela época, pois eles eram intelectuais que liam, traduziam e possuíam manuscritos importantes. Os trabalhos desenvolvidos por eles acabaram contribuindo para o desenvolvimento de uma norma culta portuguesa que se baseava no “bom costume do falar”.

Faraco e Zilles chamam atenção para a função do *cronista-mor*, que possuía como objetivo criar e registrar memórias, colaborando assim para a consolidação da norma culta portuguesa, principalmente com a expansão marítima, que fez com que se tornasse uma língua internacional.

Os autores ainda tecem comentários sobre a reforma ortográfica da língua e seus possíveis prejuízos para a escolarização e para o mercado editorial, além de traçar um histórico dos acordos firmados pelos países membros do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, criado em 1989 no Maranhão.

Tratam ainda das primeiras gramáticas que foram utilizadas nas casas senhoriais, tendo os nobres e aristocratas como público e isso era defendido pelo gramático Jerónimo Contador de Argote, que enfatizava que o “mau português” era utilizado pelas pessoas rústicas e se encontrava em oposição aos “bem-criados”. O ensino de gramática foi pensado por António José dos Reis Lobato, cuja obra *Arte* foi empregada por determinação nas escolas após sua consideração sobre que era preciso formar pessoas aptas a escreverem bem.

Em 1836, “(...) foi criada em Portugal uma pequena rede de liceus voltados para a chamada educação secundária (...)” (p. 150), visando as classes sociais em ascensão. Contudo, foi somente com as atividades jornalísticas e com as produções de livros que a escrita começou a ganhar novos espaços.

Diante disso, os gramáticos “(...) passaram a adotar um discurso recheado de condenações e prescrições” (p. 151). Surgiram então, no final do século XIX, os chamados consultórios gramaticais na imprensa. Cândido de Figueiredo publicou um que possuía “(...) discurso ofensivo e debochado sobre fatos da língua, que teve e, infelizmente, continua a ter seguidores, em especial no Brasil. (...) não procura entender e explicar os fatos que anota, mas se contenta em condená-los (...)” (p. 151). É a esse tipo de discurso que Faraco (2008) denominou *norma curta*.

Faraco e Zilles enfatizam que ainda continuamos sem respostas para saber lidar com a norma culta e a norma-padrão, principalmente no ensino. Enquanto isso, continuamos a aceitar as verdades impostas pelas autoridades gramaticais, baseadas nos modelos “puros” praticados pelos colonizadores e discriminando as variedades que não nasceram em Portugal.

No **quarto e último capítulo**, os autores trazem possibilidades de como pensar os conceitos de normas no contexto do ensino. Eles argumentam que as crianças aprendem a adaptar suas falas de acordo com os contextos e para quem estão falando. Assim, é muito importante que o ensino da variação linguística esteja presente nas salas de aula.

Os autores retomam alguns conceitos mencionados na obra para repensar a prática no ensino da língua, tais como o de norma-padrão, de certo-errado, de norma culta e de plenitude formal.

A partir de exemplificação, os autores mostram como trabalhar o conceito de norma culta em sala, mostrando que é preciso que os alunos aprendam que as normas podem variar ao longo dos anos,

pois a língua está em constante mudança. Além disso, segundo os autores, os alunos irão compreender também que as variedades possuem uma gramática própria.

É preciso ainda, tendo em vista as análises dos autores, defender um ensino que mostre "(...) aos alunos como as variedades populares, rurais e urbanas, orais e letradas funcionam, em contraste com a variedade que denominamos de norma culta e, também, em contraste com a norma-padrão (...)" (p. 201). Tudo isso serve para que os alunos percebam de uma vez por todas que todo falante é capaz de adaptar suas falas aos diversos contextos sociais, revelando-se como o *camaleão linguístico*. O ensino não pode ficar engessado, pautado na norma-padrão. O aluno precisa ter contato com as demais variedades que se fazem presentes na sociedade, somente assim ele vai conseguir construir seu repertório linguístico e refletir sobre a língua.

Para finalizar o livro, os autores dizem que esperam que tal material tenha sido um convite ao debate crítico sobre norma-padrão, para que as pessoas possam colaborar para uma melhoria no ensino de Língua Portuguesa. Em sala de aula se faz indispensável ouvir e respeitar as vozes dos alunos, suas dúvidas, anseios, seus valores, suas culturas. Assim, as aulas serão um momento de aprendizado mútuo. Os autores concluem afirmando que o ensino deve ser menos burocrático e mais criativo.

A Tradução como ferramenta pedagógica no Ensino de Línguas

LAVIOSA, Sara. Translation and Language Education: Pedagogic Approaches explored. New York: Routledge, 2014, p.187.

Alane Melo da Silva¹

Desde o estabelecimento dos Estudos da tradução tem sido um tema recorrente de discussão a relação entre tradução e o ensino de Línguas Estrangeiras. Nesse livro, Sara Laviosa, professora de Língua Inglesa e tradução na Itália, tem como objetivo Propor um diálogo entre professores de línguas e tradutores sobre o papel da tradução no desenvolvimento de competências comunicativas, metalinguísticas e transculturais, que são de fundamental importância na formação de profissionais da área no século XXI.

Nas últimas duas décadas tem havido um crescente interesse em definir o atual lugar e função da tradução no ensino de línguas estrangeiras. A recente preocupação com a tradução como uma ferramenta de aprendizagem, e habilidade profissional, vem originando novas pesquisas na área do ensino de Línguas e Estudos da Tradução. Assim, esse livro destina-se a professores de idiomas, tradutores e alunos em programas de graduação de línguas modernas, bem como pesquisadores em ensino de segunda língua e pedagogia de tradução interessados nessa temática.

O primeiro capítulo fornece um breve histórico do lugar e função da tradução na educação em LE, lembrando a importância do Método Gramática-Tradução e, relatando as mudanças ocorridas com o advento do Método Comunicativo. Desde o século XVIII, o método Gramática-tradução era considerado o mais importante no ensino de LE. O método gramática-tradução foi a primeira e mais antiga metodologia para ensino de línguas tendo início nas línguas clássicas.

O objetivo deste método era permitir o acesso a textos literários e a um domínio da gramática normativa privilegiando aspectos linguísticos em detrimento dos aspectos comunicativos. A tradução era à base de compreensão da língua em estudo, como materiais didáticos o professor utilizava o dicionário e o livro de gramática na sala de aula. A aprendizagem para esse método era feita através da memorização de regras e compreensão de estruturas gramaticais. Porém, a partir de meados do século XX com o surgimento de novas

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – POET, da Universidade Federal do Ceará. E-mail: alanepoet@gmail.com

metodologias e pesquisas na área do ensino de línguas, a tradução passou a ser amplamente excluída como parte do aprendizado de uma língua estrangeira.

No entanto, a autora relembra nesse primeiro capítulo que inúmeras pesquisas realizadas confirmam que a tradução é uma ferramenta de ensino que tem provado ser benéfica do nível mais básico até o mais avançado das competências linguísticas. A admissão ou exclusão da tradução como exercício de aprendizagem depende de como o processo é concebido; isto, por sua vez, é influenciado por como o propósito é definido em uma dada metodologia.

O capítulo dois traça o desenvolvimento das principais teorias em favor do uso de várias formas de tradução na educação de línguas estrangeiras. Laviosa afirma que aprender a traduzir uma ampla gama de tipos de texto, registros e estilos, tanto na linguagem escrita quanto na falada, aumenta uma variedade de habilidades que são essenciais na aquisição de segunda língua e no ambiente de trabalho.

Portanto, a tradução é um exercício útil para entender as diferenças e semelhanças entre culturas e melhorar o conhecimento de ambas as línguas. Cook, um importante estudioso sobre o tema, expõe algumas razões da necessidade da tradução no ensino de LE. Ele afirma que na sociedade atual, cada vez mais multilíngue e multicultural, a tradução é uma habilidade muito necessária por muitas razões: pessoal (por exemplo, casamentos mistos), educacional (por exemplo, passar em uma prova) social (por exemplo, comunidades de imigrantes) e profissional (por exemplo, comunicação internacional), (COOK, 2010 P.109)

Do ponto de vista reformista social, a tradução pode promover valores liberais, humanistas e democráticos, porque facilita a linguagem e encontros culturais, juntamente com uma compreensão e consciência da diferença. Além disso, por manter a presença do L1 no processo de aprendizagem de línguas estrangeiras, a tradução pode ajudar a "preservar as identidades dos falantes de línguas ameaçadas e promover a conscientização entre falantes de línguas poderosas da natureza e situação dos outros". (De uma perspectiva educacional humanista, Cook afirma que a tradução como uma forma de instrução bilíngue é vista favoravelmente pelos estudantes. Finalmente, do ponto de vista acadêmico, "a instrução em tradução provavelmente envolve um elemento acadêmico, na medida em que envolve necessariamente conhecimento declarativo explícito sobre linguagem e línguas, e uma metalinguagem para sua descrição formal" (COOK, 2010 p. 121).

Laviosa ressalta que a tradução é uma forma de desenvolver habilidades metalinguísticas, pois estimula a discussão sobre uma variedade de problemas como erros de tradução, avaliação crítica de legendas de filmes, dilemas de tradução (por exemplo, o uso de linguagem sexista ou racista no texto fonte) e expressões não traduzíveis como trocadilhos ou jogos de palavras. Além de seus usos tradicionais no aprimoramento do conhecimento declarativo das duas línguas, a tradução pode ser usada como uma tarefa comunicativa, com foco no significado, que simula situações da vida real.

O terceiro capítulo examina as interpretações de relação entre língua e cultura que formam a pedagogia multilíngue elaborada por Claire Kramsch no ensino de línguas estrangeiras e a abordagem holística para traduzir a cultura proposta por Maria Tymoczko para os estudos de tradução. A linguagem é um ecossistema semiótico que coopera com outros processos de construção de significado, é sempre uma atividade de construção de significado que ocorre em uma complexa rede de sistemas complexos que se entrelaçam entre si, bem como com todos os aspectos dos mundos físico, social e simbólico. Dessa forma, uma perspectiva ecológica é relacional, na medida em que visa desvelar as conexões que professores e alunos mantêm com o seu ambiente, e reflexiva uma vez que examina as suposições tradicionais, como a dicotomia entre o conhecimento cotidiano dos professores e alunos sobre a linguagem e a necessária para o trabalho acadêmico (VAN LIER 2002, p.144).

O objetivo dessa pedagogia é promover uma compreensão da linguagem como um sistema que reflete, constrói e transforma a cultura. Isto é crucialmente importante para a formação do indivíduo multilíngue que precisa desenvolver competência translingual e transcultural, que valoriza a capacidade de operar entre as línguas e implica a capacidade de refletir sobre o mundo e sobre nós mesmos através das lentes de outra língua e cultura. (TYMOCZKO 2007, p.3). Desenvolver o pensamento crítico sobre a interdependência da linguagem e da cultura está no cerne de pedagogias orientadas ecologicamente, como as propostas por Claire Kramersch e Maria Tymoczko.

O quarto capítulo apresenta as perspectivas ecológicas sobre aquisição de segunda língua. Essa visão afirma que "a aprendizagem é uma atividade humana relacional e não-linear, co-construída entre os seres humanos e seu ambiente, dependente de sua posição no espaço e da história, e um local de luta pelo controle do poder social e da memória cultural" (KRAMSCH 2002 p. 5).

Diante dessa premissa, uma pedagogia da linguagem ecológica visa fomentar uma compreensão crítica dos múltiplos mundos do discurso que coexistem em qualquer sala de aula de línguas e decorrem da interação entre professor e alunos e entre alunos como membros de uma comunidade.

Laviosa defende a proposta de Kramersch, como algo de vital importância para explorar mais detalhadamente a natureza da tradução e sobre a estrutura ecológica que ela propõe. O quinto capítulo explora a abordagem holística para tradução de diferenças culturais elaborada por Maria Tymoczko (2007). A autora defende que a disciplina dos estudos de tradução se move em direção a uma compreensão multilíngue, intertemporal e transcultural das práticas e produtos da tradução em todo o mundo. Ela argumenta que a noção de tradução como o processo de transferência de um texto de uma língua de origem para uma língua de destino e o produto, ou texto de destino, resultante desse processo não pode ser adotado como base para uma disciplina global de estudos de tradução e apresenta os conceitos de representação, transmissão e transculturalidade que segundo sua visão estão de acordo com os avanços globais e pós modernidade.

Assim, sobre a relação entre o tradutor e essa perspectiva tradutória Tymoczko assinala: "A cultura é o domínio onde as diferenças humanas são mais manifestas" e as representações dessas diferenças são "secundárias em importância apenas para a performance e prática de formas culturais de formação de identidade e solidariedade de grupo", bem como para reivindicações relativas à consideração e reconhecimento em interações culturais"(TYMOCZKO,2007 p. 221).

Por isso, traduzir cultura envolve representar, transmitir e transculturalizar não apenas elementos culturais materiais, mas também signos, símbolos, códigos, crenças, valores, ideias, ideais e ideologias (Tymoczko, 2007 p. 26). Segue-se que os tradutores que realizam a tradução cultural exercem uma tradução na perspectiva ética, ideológica e política. Assim, a abordagem de Tymoczko oferece uma noção de tradução que complementa a visão de Kramersch da tradução como um repensar de um contexto em termos de outro e como um processo que revela as diferenças culturais na relação entre linguagem e pensamento.

O sexto capítulo examina os fundamentos convergentes da competência simbólica e da tradução cultural holística e postula que esses dois princípios estão interconectados tanto na teoria como na prática. A competência simbólica e a tradução cultural holística estão enquadradas numa ampla perspectiva ecológica que teoriza a linguagem como um sistema simbólico que constrói a própria realidade a que se refere e que atua sobre essa realidade através das categorias que impõe a ela afetando assim a relação entre os falantes e a realidade como eles a percebem. "(KRAMSCH 2009, p.5).

De fato, todos os seres humanos podem ser considerados tradutores latentes, pois são capazes de aprender novas palavras, conceitos, padrões culturais de outras línguas. (Tymoczko 2007: 231). Ao adquirir uma língua

estrangeira, eles podem descobrir "significados inesperados, verdades alternativas que ampliam o alcance do dizer e do imaginável" (KRAMSCH, 2009, p. 15).

Assim, os indivíduos multilíngues e tradutores precisam ser criadores de significado interculturalmente competentes, auto-reflexivos e responsáveis. Como Kramsch sustenta, os aprendizes de línguas precisam adquirir "uma mentalidade simbólica que conceda tanta importância à subjetividade e à historicidade da experiência quanto às convenções sociais e as expectativas culturais de qualquer comunidade estável de falantes" (KRAMSCH, 2010, P.12). O sétimo capítulo reafirma a viabilidade de se adotar uma pedagogia holística da linguagem e da tradução com alunos em diferentes níveis de aprendizagem, pois mostra como a interação entre teoria, pesquisa e prática na sala de aula fomenta a auto-reflexão e o pensamento crítico, ao mesmo tempo em que motiva os alunos a aprenderem as línguas dentro de uma ampla perspectiva intercultural e interdisciplinar. Como Laviosa afirma: "A linguagem é um sistema semiótico que coopera com outros processos de construção de significado, é sempre uma atividade de construção de significado que ocorre em uma complexa rede de sistemas que se entrelaçam entre si, bem como com todos os aspectos dos mundos físico, social e simbólico."

O oitavo capítulo afirma a importância de repensarmos a tradução de acordo com uma perspectiva holística. Pois a tradução trouxe à luz muitas diferenças e semelhanças interessantes e sutis na construção do significado, além daquelas evidenciadas durante a exploração da mensagem multimodal. Ao experimentar as limitações da língua-alvo e a necessidade de aprofundar as nuances do significado de um texto, contexto e intertextos para transmiti-los na língua materna, os alunos se conscientizaram da possibilidade real de expressar suas próprias vozes através da tradução cultural.

Há milênios, a atividade de tradução está presente na história da humanidade. Seja na literatura ou no direito, o ato de traduzir é essencialmente uma atividade complexa que vem sendo realizada pelo ser humano, e não deve ser compreendida apenas como transferência semântica de uma língua para outra, mas, antes de tudo, considera-se a compreensão daquilo que se lê e a produção de um novo significado a partir de um texto. Concordamos com WITTE (2009) que afirma: "a tradução no ensino de línguas não tem, de forma alguma, o objetivo de educar tradutores; ao contrário, é uma atividade que pode estimular o potencial cognitivo de um aprendiz adulto ou adolescente e, portanto, deve complementar outras atividades, e não substituí-las." (WITTE, 2009, p.2).

Desde o Método da Gramática-Tradução, até os dias atuais, a tradução tem desempenhado um relevante papel no aprendizado e ensino de línguas estrangeiras e assim acreditamos que ainda tem total relevância em sala de aula quando usada como uma ferramenta de aprendizagem que proporcione motivação, aprendizado e aquisição de competências culturais relevantes para alunos do século XXI.

Entrevista com o Miguel Jost

Resumo: Miguel Jost Ramos é professor colaborador do Departamento de Letras da PUC-Rio, instituição pela qual é mestre e doutor em Estudos de Literatura. Pesquisador musical, atualmente conduz a pesquisa de Pós-Doutorado (CAPES/PNPD) "Coletivos de Cultura: Uma experiência de políticas do comum na cidade do Rio de Janeiro". O professor Miguel Jost esteve em Salvador para ministrar o minicurso Estética e território: um panorama sobre a construção e implementação de políticas públicas de cultura no Brasil, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL UNEB), com apoio da CAPES-PROCAD, ocasião em que realizamos essa entrevista. Conduziram as perguntas os professores Maria do Socorro Carvalho e Rodrigo Maurício Freire Soares, e a mestrande Qhele Jemima Pinheiro de Melo Barros. A transcrição foi realizada pela estudante de graduação Vanessa Rosendo de Souza.
E-mail: jost.miguel@gmail.com

Pergunta (P): As políticas públicas na área da cultura buscam, a priori, fomentar a fruição e consumo de bens culturais em territórios, sejam eles urbanos ou rurais. De que forma tais políticas dialogam com as manifestações culturais locais já existentes?

Miguel Jost (MJ): Os vetores principais que orientaram as políticas públicas de cultura no Brasil são dois: um primeiro patrimonial, do qual o estado não tem como fugir – tanto no seu sentido material tradicional quanto no sentido mais contemporâneo de pensar um patrimônio imaterial – e o outro vetor é a ideia das políticas culturais no seu sentido pedagógico, que ao longo do século XX foram muito centrais, talvez principalmente por um pensamento progressista de esquerda, a ideia de que você leva cultura a determinados territórios carentes. Hoje há uma inversão desse processo. Pensamos que o que se chamava “território de carência” agora é entendido como “território de potência”, e foi o que de alguma forma as políticas públicas formuladas e executadas a partir de 2003 no Brasil tentaram atingir.

No seu discurso de posse, o ministro da cultura Gilberto Gil falava em fazer um “do-in” antropológico na produção cultural brasileira, termo que inclusive foi muito ridicularizado na época, e hoje é um conceito central no debate sobre cultura contemporânea no Brasil. O termo falava sobre como ativar territórios de cultura, territórios que não têm as condições estruturais, que não fazem parte do circuito do eixo principal da produção cultural e de como é possível dar condições para que eles produzam e, sobretudo, desenvolvam seus potenciais culturais colocando-os em circulação.

Isso remete a uma história contada no livro Jangada Digital, da Eliane Costa, que foi gerente de patrocínios da Petrobrás ao longo dos anos do ministério do Gil. Ela comenta sobre uma reunião de agentes de cultura no Rio de Janeiro, quando Lula ainda era candidato, com a presença de muitos realizadores da cultura dos espaços periféricos do Rio. Durante a reunião, Lula, num impulso como candidato, falou: “Fiquem tranquilos que eu vou levar cultura para todas as favelas e periferias brasileiras”, e Celso Athayde, a época presidente da Central Única de Favelas, pede a palavra: “Candidato,

me desculpa, mas a gente não precisa de um governo que leve a cultura. Precisamos de um governo que dê condições, estrutura, e que possibilite que narrativas produzidas nesses lugares se desenvolvam e se tornem produtos culturais”.

Isso reverte uma ideia muito característica do campo intelectual, aquela que acredita que um certo conjunto de cabeça geniais podem levar à luz para aqueles que não têm o saber, que não têm o conhecimento, como se no gabinete pudesse ser gestada uma ideia de cultura a ser implementada em todo o território nacional de enorme diversidade, e com as características mais plurais possíveis. Essa ideia tem, de certa forma, um caráter iluminista, acreditando que é possível educar as pessoas e dar a elas mais consciência social, tornando-as cidadãos aptos a construir uma sociedade democrática. A perspectiva antropológica mais contemporânea, no entanto, mostra que isso tem uma posição, em parte, autoritária.

Não que os territórios não precisem de oferta de repertório de equipamentos culturais, é óbvio que no Brasil há uma defasagem de bibliotecas, de espaços de circulação de cultura e que isso é importantíssimo para fomentar a cabeça dos realizadores, suas ideias, seus produtos e narrativas. Mas o mais interessante é pensar que, em termos de conteúdo, o Estado não tem o papel de impor uma agenda ou de pensar uma agenda a priori, ele precisa ser um espaço de escuta dos territórios e a partir da escuta, oferecer simplesmente estrutura e capacidade de material para que eles desenvolvam seus produtos, e posteriormente, já em outra camada desse debate, discutir como vão se dar condições para que esses produtos circulem e não fiquem circunscritos a uma realidade territorial específica.

P: Há uma estigmatização de alguns territórios nas cidades, sobretudo os periféricos, como fonte de pautas comumente negativas. De que forma a sociedade civil pode assumir um efetivo lugar de fala, como produtora destes discursos? Que experiências você citaria como relevantes hoje no Brasil?

MJ: Esse certamente é um dos temas mais interessantes e complexos da gente pensar. Sempre foi um pouco de fetiche de uma parte da produção de narrativas, práticas artísticas e de um pensamento estético brasileiro, a questão de interpretar o lugar dos espaços periféricos, e mais que isso, interpretar e falar em nome de lugares de pobreza. Esses lugares sempre foram cercados por uma ideia de criminalidade, de espaços de desordem pública, de lugares de limite com essa questão da criminalidade, inclusive colocando em risco o futuro daqueles jovens, nessa narrativa muito tradicional sobre o Brasil. Como consequência, nas práticas artísticas, isso sempre implicou uma ideia de que ao falar sobre a periferia urbana brasileira seria necessário falar necessariamente por essas características ligadas ao tráfico de drogas, assassinatos, criminalidade. Então temos no histórico do Brasil, por diversas vezes, uma série de narrativas que colocam nesses espaços essa pecha dessa agenda negativa, desses lugares violentos. Evidentemente sabemos que esses são lugares por onde, por uma série de questões políticas, sociais e econômicas, se enfrentam diariamente esse tipo de questão, mas o grande problema é homogeneizar esses territórios como se eles fossem constituídos só por essa noção de violência, e como se necessariamente por isso os agentes e os realizadores de cultura nesses espaços fossem obrigados a responder a esse tipo de questão. Então muitas vezes é parte de um pressuposto no Brasil que uma narrativa que está no espaço periférico, aquela que está na favela, deve necessariamente falar sobre a

questão da criminalidade, sobre a pobreza; esse é um ponto. O ponto dois: quando se fala em agenda positiva a gente tem que ser muito cuidadoso porque um determinado campo da opinião pública vai entender como agenda positiva, nesse sentido, uma série de trabalhos sociais que têm um caráter salvacionista ou, de alguma forma, piedoso, onde vai retirar aqueles jovens daqueles espaços tão perigosos e violentos. E aí vem todo aquele trabalho de ONGs nos anos 90, que achavam estar fazendo um grande papel social ensinando as crianças a fazer esculturas de garrafa pet, ou tentado se colocar como um espaço de ensino de violino, ensino de balé clássico, que são temas que podem de fato despertar o interesse, mas o que vem por trás disso? Uma postura de que a alta cultura das elites teria o papel de salvar aqueles jovens e de iluminar eles dentro de um ambiente de obscuridade. Esse ponto da agenda positiva, portanto, precisa ser muito bem pensado para que ele não caia nesse lugar.

Na minha percepção, o que se produz como agenda positiva tem que ser dado por essas próprias vozes e pelo protagonismo deles como agentes capazes de narrar a sua própria realidade. E talvez um bom retrato disso seja uma produção audiovisual mais contemporânea brasileira que está no campo do cinema com alguns curtas-metragens e também longas-metragens, no qual esses agentes começam a produzir filmes e contar histórias inseridas nesses territórios. Eu gosto muito de dois exemplos mais específicos, embora haja um conjunto maior de trabalhos: A Filmes de Plástico, produtora de Minas Gerais, tem o "Ela volta na quinta", um filme que circulou por muito festivais, tanto fora quanto dentro do Brasil e eles têm um curta-metragem "Quintal" que foi premiado na Quinzena dos Realizadores de Cannes; a Katásia, também de Minas, tem o filme "A Vizinhança do Tigre" que ganhou Toronto, e agora o "Arábia" que ganhou o Festival de Brasília. Ou seja, são filmes que tem tido uma capilaridade e um percurso interessantes dentro da cena do audiovisual. Esses filmes mostram que nesses espaços não existe um perfil subjetivo homogêneo, existe na verdade uma heterogeneidade dos perfis subjetivos, e que são territórios também propícios para visões de mundo mais amplas e mais distintas que incluem sonhos, projetos de vida dos mais distintos, perspectivas de futuro de diversas ordens, e que não são atravessadas o tempo inteiro pela questão da criminalidade, das armas, do tráfico, da violência, como uma determinada leva do cinema nacional, principalmente na entrada dos anos 2000, tentou nos levar a crer. Digo sobre aqueles filmes onde você tinha uma realidade que parecia um filme de ação norte-americano, um filme de guerra dentro daquelas comunidades, como "Cidade de Deus" no qual Buscapé, o fotógrafo, tentava sair daquela comunidade a qualquer preço, ou como "Tropa de Elite", com o policial que vai salvar aquele espaço dos criminosos perversos e acaba se tornando uma figura mais perversa; todas as imagens que a gente tem dentro da produção audiovisual do início dos anos 2000, que são ligadas a esse universo da periferia, respondem objetivamente a esse clichê, mas eles são produzidos por realizadores externos a esses espaços, que os desconhecem e tentam implicar uma agenda sobre eles.

P: E como isso se dá na produção televisiva?

MJ: Se falarmos das representações das periferias no universo da televisão, mais especificamente no campo da dramaturgia, eles ainda estão totalmente condicionados por esse clichê ou por essa imposição de que esses territórios sejam territórios que respondem somente sobre a temática da violência urbana e da criminalidade. Recentemente, no horário nobre, tinha uma novela que boa parte do cenário

da novela se passava numa favela e só envolvia traficantes, armas e criminalidade. Parece que toda subjetividade produzida dentro desses espaços está diretamente relacionada a isso. Quem já frequentou, ou quem frequenta, quem conhece, quem vive, quem mora nesses espaços sabe que eles são muito mais amplos do que simplesmente espaço de criminalidade, e eles são espaços de produção e fabricação de desejos num sentido que qualquer outro território privilegiado socioeconomicamente é também. Não deixa de ser uma forma de dominação exigir ou colocar como agenda de que os realizadores desses territórios falem somente sobre criminalidade, e a televisão de certa forma tem procedido dessa maneira. Os principais produtos que fazem emergir esse cenário das periferias urbanas brasileiras nunca vão falar de história de amor, de histórias que têm perspectivas de futuro, de sonhos ou desejos, fala-se muito pouco inclusive de consumo, que parece um tema também difícil de lidar, que as pessoas querem consumir, ter as coisas materiais, mas elas são sempre reduzidas às subjetividades que estão circunscritas ao tema da violência e da criminalidade. A TV ainda não entendeu isso porque ela ainda é controlada por pessoas que produzem essas narrativas como etnógrafos, como pessoas de fora que querem interpretar esses espaços. Somente a emergência de realizadores que conhecem esse contexto, que estão por dentro desse contexto poderiam alterar essas formas de representação tão caricatas que aparecem na TV brasileira hoje quando o assunto são as periferias urbanas.

P: Lefevbre nos incitou a refletir sobre os processos de produção cultural que estão além dos valores puramente mercantis, ou seja, para os processos simbólicos, de sociabilidade, de criação, de urbanidade em que a cultura é o elemento principal. Como você avalia as políticas públicas quanto aos seus resultados? Está-se priorizando os produtos terminados ou os caminhos/processos chegarmos a eles?

MJ: Tradicionalmente sempre vamos pensar a cultura pela capacidade dela de entregar produtos, de gerar produtos e avaliar pela perspectiva do produto. Mas me parece que de uns anos pra cá a gente tem uma reversão, pelo menos, na compreensão dessa lógica. As práticas artísticas contemporâneas têm dado algumas evidências interessantes nesse sentido. Se pensarmos no campo mais do consumo e da recepção, nos últimos anos, as pessoas têm mais interesse na compreensão dos processos criativos. A gente tem percebido isso nitidamente no campo da literatura, por exemplo, nas feiras e nos eventos literários percebemos o grande interesse das pessoas por como é o processo do escritor. Às vezes as pessoas não leram o livro, mas têm um interesse enorme em estar ali no corpo a corpo com o escritor e entender como ele construiu aquela história. No campo das artes visuais têm sido cada vez mais recorrente deixar vazar alguns elementos do processo daquela exposição, alguns artistas têm levado de alguma forma a experiência do ateliê para dentro dos salões, algumas exposições tentam mostrar em desenho um pouco desse processo; no campo da música percebemos um esvaziamento do protagonismo do videoclipe - que seria o produto - e o interesse cada vez maior pelo vídeo e pela prática residuais, aquele único registro que tem do músico, do artista, da banda numa situação de estúdio, numa situação de maior informalidade. No teatro há um interesse enorme sobre isso, em um filme de Eduardo Coutinho, com a participação do Grupo Galpão e do Henrique Dias, é um bom exemplo disso. Então no campo da

recepção a gente já percebe essa reversão de alguma forma, e em um diálogo mais teórico sobre a questão é fundamental pensar que a vitalidade está no lugar do processo e não na entrega do produto.

Acredito que uma experiência que tem denotado isso bem interessante pra gente, e que o Brasil talvez não tenha assumido ainda como uma prática efetiva – mas em outros lugares do mundo se percebe uma aposta muito grande nisso – são os espaços das residências artísticas, por exemplo, que não exigem necessariamente, na maioria das vezes, a entrega de um produto. É simplesmente uma crença que o processo, o diálogo, o que está envolvido ali já seria suficiente como ativação para o desenvolvimento de determinados setores. No Brasil seria difícil porque falar que vai gastar algum tipo de recurso ou de verba e que aquele artista não precisaria entregar nada como contrapartida e que a própria experiência dele em curso já teria uma validade, já contribuiria para o campo; em um país que, no momento, está criminalizando as práticas artísticas, o fazer dentro do campo da cultura, conseguir aplicar uma agenda dessa seria difícil. Mas é, de fato, uma referência hoje pensarmos para além desse produto e entender como os processos talvez constituam algo muito mais interessante e muito mais capaz de manter uma determinada vitalidade de um setor, de um território de cultura, do que a simples emergência do produto.

Um exemplo que eu conheço bem a experiência e que eu acho que aposta exatamente nessa ideia do processo é a Festa Literária do Universo das Periferias, a FLUPP, realizada no Rio de Janeiro. A FLUPP inicialmente seguiu o modelo da Flip – que é a festa que centraliza a ideia de festa literária brasileira. Ela fazia um evento numa favela carioca num determinado momento do ano durante quatro ou cinco dias. Os realizadores perceberam, no entanto, que aquilo ali significava muito pouco e na verdade só atendia a todo o interesse de mídia das pessoas para se sentirem melhor com suas consciências por estarem dando algum tipo de espaço para uma produção periférica. Mas aquilo não era capaz de fazer com que os escritores envolvidos, os debatedores, as pessoas que participam conseguissem penetrar no circuito cultural da cidade; eles estavam em grande evidência num determinado momento, mas ao longo do ano permaneciam no mesmo ostracismo que tradicionalmente foram colocados.

E aí a FLUPP muda radicalmente esse pensamento sobre o que ela deveria ser e se torna um processo contínuo ao longo de oito meses durante um ano, com encontros regulares todos os fins de semanas, encontro de perfis variados com debate com críticos e escritores, com oficinas de realização, com uma série de coisas que fazem a manutenção das pessoas envolvidas ao longo de um processo muito maior. Assim se consegue, de alguma forma, ir encaixando os autores nos circuitos literários mais hegemônicos de perfil socioeconômico, de classe e a FLUPP tem conseguido no Rio de Janeiro perfurar um pouco essa hegemonia com esses autores. Acho isso incrível porque o que eles fazem necessita de um tipo de aplicação de recursos e logística muito difícil. Se eles forem esperar só que as pessoas venham nesses eventos, a coisa não aconteceria. O processo precisa ser instigado e precisa ser constantemente alimentado. Então, precisa de ajuda de custo, de passagem; precisa de oferta de determinados benefícios porque todos os sábados do mês os “flupenseiros” (os envolvidos nesse processo do PLUPP PENSA) vão para alguma localidade da cidade – também há uma distribuição, os eventos acontecem em territórios diferentes – e eles, para serem conectados a esses espaços, precisam de uma injeção de recurso, porque as pessoas não têm recurso próprio para por adesão manterem uma agenda de oito meses de evento.

O que temos visto nos últimos três anos na FLUPP com esse tipo de procedimento é o fato de que já estamos no terceiro autor FLUPP que vai ser traduzido fora do Brasil; temos o livro *Macumba*, do Rodrigo Santos, que circulou com ótima capilaridade e está em evidência hoje; tem uma série de

personagens do campo internacional que reconhecem a FLUPP hoje como um dos espaços mais interessantes de debates de ideia e construção de pensamento que a gente tem no Rio de Janeiro – e eu estou falando de personagens como Agualusa, como Saul Willians, como uma série de nomes internacionais que são referências do campo cultural. E eu acho que o grande acerto da FLUPP foi justamente porque conseguiu entender que o mais importante é a construção de um processo, a detonação de um processo e não simplesmente oferecer um produto uma vez por ano que vai colocar aquela produção em evidência, mas que quando encerrado evento volta todo mundo pra casa e só se reencontra um ano depois.

P: Como falamos de políticas públicas, em seu sentido lato (de interesse público), temos que pensar além das políticas pensadas pelo poder público. Como fomentar uma lógica em que a iniciativa privada passe a ser corresponsável como formuladora e executora de políticas públicas?

MJ: Um aspecto também muito importante pra pensar as políticas públicas de cultura contemporânea brasileiras é não ter a ideia de que isso é uma questão partidária e ideológica. Por dois motivos: primeiro porque criou-se uma política pública de referência, então ela deveria se tornar uma política de estado. Se tem hoje 18 países no mundo formulando políticas inspiradas na nossa metodologia isso deixa muito clara a necessidade de transformar isso em política de estado, e não em política de governo. Então entender que aquilo que foi gestado no ministério do Gilberto Gil (2003) transcende hoje um pouco – algo que tá muito difícil no Brasil – reduzir a formulação e a execução dessas políticas à experiência determinada por um partido político. Mesmo porque – e aí entraria o segundo ponto – é importante destacar o que foi o acúmulo do debate sobre cultura e a perspectiva do como o estado deveria agir em relação à cultura. Durante a década de 80 e 90, dentro do próprio Partido dos Trabalhadores, é diferente do que veio a ser feito na gestão do Gilberto Gil. Não completamente diferente, já que temos que ter algum cuidado porque o documento A Serviço da Imaginação do Brasil, que aparece durante a campanha do Lula de 2002, já apresenta algumas coisas que iriam ser incorporadas na experiência do ministério, mas o acúmulo histórico do debate dos militantes e dos quadros do partido que debatiam a questão da cultura, e por consequência a questão de comunicação, era muito mais no que eu chamei de um vetor pedagógico, que é levar cultura aos territórios, ensinar cultura para as pessoas, do que a perspectiva antropológica que foi inserida pelo Gil a partir de uma conversa com os agentes mais plurais possíveis que não passavam por dentro do partido, pelo contrário, estavam muito até distantes dessa estrutura partidária.

Essa questão é muito importante para gente entender que não se trata de uma especificidade de um campo ideológico partidário e até para poder firmar isso como uma conquista da sociedade brasileira que pudesse se tornar política de estado, mesmo porque, insistentemente, o campo de esquerda no Brasil trabalha na perspectiva de que o papel do estado com cultura é um papel pedagógico, é um papel de ensinar cultura. Recentemente, apesar de toda essa experiência desse lastro criado nos anos do Gilberto Gil, uma candidatura que representou um pensamento de esquerda, apesar de ter seu caráter municipal, que foi a candidatura do Marcelo Freixo, no Rio de Janeiro pelo PSOL, nos pontos do programa tinham

expressões absurdas como “levar grafite para as escolas municipais”. Como se o grafite fosse ser levado para os espaços periféricos e para as escolas como se os jovens já não fossem os próprios autores inseridos completamente no exercício dessa linguagem. Num outro ponto falava que iam levar cineclubes para todas as escolas no período de 5ª a 8ª série. Repito: levar repertório é fundamental, mas por trás dessa prerrogativa tem uma falta de entendimento de que o audiovisual já é um instrumento que a juventude se apropriou hoje em dia. Então na verdade você tem que, num sentido que fosse menos pedagógico e entendesse mais um lugar antropológico, é claro que o estado tem que fazer uma oferta de repertório audiovisual, mas antes de tudo ele que tem que trabalhar num processo de escuta desses jovens que já estão com seus celulares, já estão produzindo seus vídeos, já tem uma concepção de imagem na cabeça deles, para aí você entender qual vai ser o diálogo sobre audiovisual, sobre cinema, que pode ser produtivo dentro de uma experiência escolar entre 5ª e 8ª série. É só mais uma referência, acho que tem muitas outras, estou falando uma referência do Rio de Janeiro que é onde eu trabalho, então primordialmente essas questões se apresentam para mim, mas é a gente perceber que essa virada paradigmática a partir de 2003, ela está muito distante de estruturas partidárias e ideológicas e talvez consolidar esse discurso o máximo possível e capilarizar ele em território nacional nos ajude a pensar e nos ajude a entender que essas políticas, ou pelo menos o norte dessas políticas, precisariam ser incorporadas como política de estado e não como política de governo. É um pouco o discurso que se fazia sobre ajuste fiscal ou sobre estabilidade da moeda. Não poderia ser uma política daquele governo, precisaria se tornar uma política de estado. É um pouco o que a gente precisaria fazer na cultura; não é uma política necessariamente do governo do PT. Foi realizada no governo do PT, isso precisa ser destacado, houve espaço, liberdade, entendimento político e social para ser realizado dentro do governo do PT, mas ele não passa necessariamente por uma relação com a estrutura ideológica partidária, ele é mais amplo, é mais interessante, é mais complexo, conecta mais agentes da sociedade brasileira, e é nesse sentido que a gente devia fazer a defesa dessas políticas e a implementação delas como políticas de fato de estados permanentes e continuadas.

P: Televisão e cultura sempre foram temas de controvérsia conexão. Por motivos diversos, a academia tem problemas em cruzar tais tópicos, deslocando a TV, contraditoriamente, do centro do audiovisual na discussão sobre cultura no Brasil. Como a televisão se insere nessa discussão sobre cultura no país?

MJ: A partir do lugar que eu percebo, a história da televisão no Brasil é hegemonicamente pautada por uma noção de mercado. Apesar de serem concessões públicas, nunca se permitiu que fosse um debate público, com conselhos, com a sociedade civil envolvida para pensar isso. Ao longo do tempo isso foi criando um distanciamento tão grande que a gente perdeu um entendimento no campo de quem pensa políticas de cultura, quem pensa o desenvolvimento de linguagens artísticas no Brasil, o entendimento sobre esse equipamento cultural – a TV não deixa de ser um equipamento cultural e talvez o mais potente por sua presença nos lares brasileiros. A gente tem um pouco essa noção, é inclusive um conceito pensado criticamente pelo Zé Miguel Wisnik, de que pulamos da tradição oral para a tradição

áudio, posteriormente pra produção audiovisual, como determinante, como palco central dos debates brasileiros ou pelo menos da emergência de certos debates, só que isso sempre ficou a cargo de alguns agentes que fazem parte do sistema televisivo, mais especificamente pensando que no Brasil existe um canal muito hegemônico, no sentido de pautar o conteúdo televisivo, que é a Rede Globo de Televisão. Nunca conseguimos tomar parte disso, e a única iniciativa que a gente viu com a ANCINAV – com o ensaio de um debate a partir do ministério do Gilberto Gil, foi algo que teve de recuar muito rapidamente porque todo um clima ensejado pelo caráter comercial da TV, de que aquele assunto não poderia se ser tratado e que o recuo era a melhor estratégia, até para não perder os avanços que estavam acontecendo em outros setores do campo artístico e das políticas públicas de cultura. O fato é que existe uma contradição entre esse lugar da concessão pública – que são as redes de televisão no Brasil – e o caráter público delas no sentido de porosidade e participação da sociedade civil.

Talvez pra acentuar e piorar isso, temos a questão da partilha das emissoras, que sabemos, foram consolidadas quase num sentido de “capitanias hereditárias” e distribuídas para certas famílias que historicamente exerceram o poder nos seus territórios, municípios e estados. Isso gera ainda uma camada de contenção mais complexa de perfurar, que é um domínio coronelista da programação local dessas emissoras de TV. A gente não sabe quando – e parece ser um desafio que a gente não sabe nem com que instrumentos enfrentar – entender que esse espaço da televisão é um equipamento de cultura público, e que a utilização dela tem que responder a demandas e a debates que estejam presentes na sociedade civil e vamos ter que inventar quais vão ser os mecanismos participativos: através de conselhos, de que tipo de conselhos – federais, locais – e qual é o debate para a programação local. Porque se olharmos o quadro histórico mais amplo, se moldou uma subjetividade a partir da televisão – e talvez mais especificamente na dramaturgia no Brasil – que ela é totalmente centrada na subjetividade do sudeste (mais especificamente no Rio de Janeiro), e assim temos um modelo de vida e de consumo que foi cristalizado ao longo desses anos por um ideal de um tipo de família, um tipo de sociedade, que é a sociedade carioca com as peculiaridades que a sociedade carioca tem. E pouco se pergunta o quanto que a exibição desse tipo de conteúdo num país continental como o Brasil tem a capacidade de asfixiar, e na verdade, acabar moldando determinadas culturas locais, que terminam por fim dando muito pouco espaço para a emergência de outros pontos de vista da construção de novos olhares para o Brasil. Uma TV democrática, uma TV que tivesse um modelo de regulação que defendesse a diversidade e a pluralidade, por fim ia contribuir para a gente ter uma sociedade com uma pluralidade de perspectivas e de pontos de vistas muito mais amplos, e no Brasil, ainda tem o caráter político da sobreposição de órgãos de mídia, que até os Estados Unidos controla isso. O dono do New York Times, por exemplo, não pode ter uma televisão, porque existe uma questão regional ali que não pode sobrepor o controle sobre dois, três veículos de mídia, isso minimamente gera com que nos estados americanos você tenha uma programação que diga mais respeito às peculiaridades daquele território. A TV talvez seja o veículo – e é interessante porque ela é o veículo mais poderoso de comunicação no Brasil – que menos respondeu à essa tentativa que começa a partir de 2003, nas políticas públicas de cultura de distribuir o protagonismo do espaço de fala; toda produção continua muito concentrada. Algumas emissoras, um pouco mais desenvolvidas, ou de estados com uma condição de desenvolvimento econômico social um pouco mais avançada produzem uma espécie de programação local, e que tem um diálogo mais corpo a corpo, com aquele território, com aquela sociedade e com um contexto no qual ela está inserida, mas a questão é o porquê dessa

programação ficar delimitada naquele território. O que a gente precisaria é que esses conteúdos produzidos localmente no Brasil pudessem ter uma rede de confluência e de circulação muito mais ampla e que elas fizessem também o percurso da mão dupla, porque a programação que sai do Rio de Janeiro, de São Paulo ela vai pro Brasil inteiro, mas não se tem um retorno disso. E mais grave é entender que existe todo um modelo de interpretar o Brasil, e cada vez mais a dramaturgia televisiva tem tentado produzir conteúdo audiovisual em territórios do nordeste, do norte e do sul do país, fazendo leituras sobre esses territórios calcadas nos estereótipos fabricados e construídos no sudeste. Isso é mais ou menos o caso que acontece, e que já está um pouco levantado no campo das pesquisas, com a relação da produção do audiovisual do Rio e de São Paulo, especialmente da Rede Globo de Televisão, com os estados. Em Minas Gerais, por exemplo, o mineiro só se vê interpretado, identificado e representado na rede de televisão como uma figura caricata, do jeca, do caipira, daquele que tem um sotaque bobo, daquele que está sempre pronto para ser passado pra trás. Então, essa primazia de interpretar o Brasil a partir de uma lente que é uma lente essencialmente etnocêntrica, "cariocaocêntrica" ou "paulistocêntrica", faz com que o nosso olhar sobre o Brasil seja um olhar muito pouco heterogêneo, muito pouco plural, muito pouco diverso, e centrado numa forma muito específica de projetar e imaginar o Brasil.

P: É possível uma TV que se encaixe nessa política cultural de participação e autonomia dos atores sociais?

MJ: Eu tenho a impressão de que a gente tem uma estética televisiva muito consolidada, e que essa estética precisou de muitos recursos no sentido da máquina, do hardware, da materialidade que vai implicar uma ideia de qualidade que foi colocada para nós com uma estética televisiva. Então o primeiro passo, apesar de uma resposta muito determinista, precisaria de muito dinheiro e investimento em maquinaria. Essa questão da maquinaria, às vezes a gente deixa de lado. O Facebook é a maior rede social do mundo, e a gente não tem como competir com uma rede de código aberto, porque no final das contas o hardware é decisivo, são as quantidades de prédios que eles têm espalhados pelo mundo com a quantidade de máquinas, isso define o protagonismo e a hegemonia de um determinado canal, mesmo no mundo da internet que deveria ser muito mais bem distribuído. No campo televisivo, até pelo nosso código de imagem, pelo nosso sentido pictórico de imagem, o primeiro passo seria um investimento pesado em máquina para poder falar a partir desse código, para poder se apropriar desse código. Acho que depois, num segundo sentido, entraria a questão do conteúdo e a relação de conteúdo é um debate que vai ter que acompanhar mais ou menos o que é o debate sobre as políticas de cultura, o desenvolvimento de territórios, e o desenvolvimento de culturas locais, que é um tema que a gente ainda estava engatinhando, mas já estava avançando um pouco, sem, no entanto, se relacionar com a TV. Na hora que se relacionasse isso com a televisão e a experiência que a gente observou mesmo dentro do ministério do Gilberto Gil, a coisa dá um curto circuito, porque você está mexendo com interesses financeiros e interesses econômicos, que talvez sejam os mais significativos que estão em jogo hoje na sociedade brasileira. E como pensar esse conteúdo num regime que seja mais democrático? Eu acredito que a gente teria instrumentos para isso. Eu acho que passa mais por um foco na televisão, por um investimento pesado material na TV e por conseguir pautar a ideia de que o espaço dela, a mídia televisiva precisa ser

discutida. O problema é que a gente não sabe como construir isso por dentro de uma opinião pública, que é muito moldada por uma postura hegemônica da TV comercial que é hoje, provavelmente, a empresa com maior capilaridade no Brasil, e que tem a marca mais sólida de construção em território nacional – pelo menos das marcas nacionais. Trata-se de um dos debates mais difíceis da sociedade brasileira, porque também tem outra questão que é pertinente, é que naquele momento da discussão da ANCINAV, o que tinha de esquerdista ressentido, com dentes afiados falando “Agora a gente vai lá e vai meter a mão na programação do Jornal Nacional e vai dizer que não pode falar isso não!”. Não é disso que a gente está falando. Não queremos censurar e nem intervir num determinado conjunto de atores, seja a Globo, ou seja as outras TVs privadas que já atuam num determinado contexto. A gente precisa equilibrar o jogo, trazer essa discussão e potencializar a circulação de outro de outro tipo de conteúdo. E aí também é um processo de alguma forma pedagógico, que tem que ser feito tanto para o mercado – que não têm o mínimo de interesse na construção desse cenário de uma TV pública, democrática, com circulação e protagonismo de agentes dos mais diversos – mas também num campo que é muito crítico à programação da TV comercial brasileira de que a intervenção do Estado dentro desse campo não pode ser para instituir a censura de um determinado canal de TV. Na verdade, é para se colocar em disputa, produzir narrativas e essas narrativas poderem disputar com esse campo comercial. Por isso eu volto, por mais chato que seja, mais simplório que seja o argumento de que também é determinante o investimento material – com que instrumentos, com suporte para construir conteúdo. O suporte, a materialidade sempre foram determinantes da ideia de conteúdo. As músicas têm três minutos e os discos têm 50 porque era o que aquela “bolacha” entendia, para dar o exemplo mais banal e simples, mas a questão dos suportes estão envolvidas. A EBC já teve um aporte interessante do ponto de vista do capital da tentativa de equipar uma possível TV pública. Não tem como fugir a esse debate, e o que a gente entende hoje é que é um vespeiro. A hora que o estado entrar realmente nesse debate de uma forma mais consistente, mais efetiva, a gente não sabe como é que vai ser a resposta, e a gente não sabe nem se a gente tem na própria sociedade civil o nível de acúmulo, de debate suficiente para conseguir travar essa disputa no Brasil.

A TV no mundo todo hoje tem um desafio que é como sustentar a reportagem de fundo, não se sabe mais como sustentar reportagem de fundo, como é que você vai financiar isso; não tem patrocinador, recurso direto pra isso. Percebemos no Brasil que só uma TV faz reportagens de fundo, que ainda é a Globo, e ela faz por um tipo de compromisso porque ela quer ser um player global, ela quer ser respeitada e para isso tem que trabalhar com reportagens de fundo. As outras redes de televisão comerciais brasileiras tem quase nenhuma condição de produzirem reportagens que investiguem três, quatro, seis meses pra conseguir trazer à tona alguma coisa que a gente desconhecia na nossa sociedade. Essa questão dos recursos está presente como central, pois se não passar por uma mobilização de enormes recursos, não tem condição nem de competir. E mais do que isso, se confunde conteúdo e materialidade porque a nossa referência do que é uma TV já é toda montada no nosso imaginário e retina de que é a principal TV comercial brasileira, que é a Globo. Reconstruir os paradigmas pictóricos, imagéticos, sonoros e estéticos do que pode ser uma televisão, a gente tem que, no mínimo, partir do mesmo patamar de investimento e estrutura material. Esse seria um lugar mínimo para que a disputa das narrativas começasse a poder ser colocadas.

P: Concordamos que a TV pública ainda figura no campo ideal no Brasil. Sobretudo por não atender a um projeto autônomo no que diz respeito à gestão, ao conteúdo de sua programação e ao seu financiamento. É preciso diminuir a intervenção do Estado, mas sem que isso o exima da obrigação legal de subsidiar a comunicação pública – um direito – no país. Considerando estes elementos, como lidar com a autonomia e gestão de uma TV pública? Quem deve pagar essa conta?

MS: Essa é outra discussão mais delicada no Brasil, como o Estado vai poder pensar esse tipo de recurso. Ainda não chegamos a soluções muito inteligentes e contemporâneas na composição orçamentária na qual a cultura pode se sustentar, e a gente precisaria estudar um pouco os modelos internacionais para entender isso; o modelo das TVs públicas europeias, entender como Estados Unidos regulamentou essa questão, estudar o caso possivelmente da TV japonesa, ou de outras experiências do oriente médio, da Ásia, e outras diversas experiências começamos a analisar um pouco esse discurso. Mas, recurso teríamos. O principal obstáculo é a maturidade da sociedade brasileira para discutir televisão. Televisão gera uma série de paixões, de questões de ódio, de amor, de repulsa e de adesão no Brasil desde muito tempo. A TV tem sido indicada e percebida como um instrumento de dominação no Brasil e discutida a partir dessa chave há muitas décadas. Então não é só um campo que defende o mercado, a TV comercial, e que não está preparada para fazer um debate sério sobre uma TV pública que pudesse dimensionar muito mais a pluralidade e a diversidade social cultural brasileira. Certamente esse espectro que ronda o mercado não está preparado e nem tem a vontade de debater sobre o tema, mas é também necessário perguntar se em um campo mais progressista, de esquerda, em um campo que entende a necessidade e a importância que teria uma TV pública com caráter muito conectado à sociedade civil – quando a gente fala em TV pública não seria uma TV estatal, mas uma TV de caráter público que apresentasse essas noções de diversidade – a gente também não sabe se o nosso acúmulo de discussão sobre esse veículo é o suficiente para fazer uma discussão que vai gerar muita tensão porque é um assunto que desperta muitas paixões. Nos outros temas como cinema, música, artes visuais, teatro, e outros campos de linguagens híbridas, e a interface dessas linguagens, e novas linguagens, parece que a gente consegue ter um debate muito mais pertinente, e muito mais razoável, com muito mais insumos, mais referências para realizar um bom debate sobre como construir e desenvolver e fortalecer essas linguagens artísticas no Brasil. Mas é espinhoso o campo da televisão, e é espinhoso porque a TV comercial no Brasil teve um desejo de dominação que prejudicou em boa escala a construção de um audiovisual mais plural e mais democrático, então ela é responsável também por esse campo de paixões que desperta. Por outro lado, precisamos entender – diante dessa hegemonia, dessa força tão massiva e tão impactante que a TV comercial tem – como é que a gente consegue construir esse debate? Pelo que se percebe quando o debate vem à tona num campo de uma esquerda progressista, o que vem é a tentativa de interditar, de censurar, de entrar no estúdio da Rede Globo de televisão e simplesmente desligar as máquinas. Não é assim que a gente vai operar uma discussão saudável sobre televisão no Brasil, tem que entender que o campo do debate de uma TV pública democrática plural ele está muito defasado, que quem pauta a ideia da televisão brasileira é o formato da TV comercial, e ele é muito forte no Brasil, é uma linguagem de muita centralidade na sociedade brasileira. Pra que se opere algum tipo de

transformação ou mudança que impliquem na produção de um pensamento crítico, e que possa ter uma capilaridade na nossa sociedade para que ela finalmente deseje essa mudança, é preciso um caminho que ainda está muito obscuro e que a gente não sabe como vai fazer. É só ver o que aconteceu dentro da formulação do projeto da ANCINAV. A EBC com certeza é uma referência importante, uma televisão que tentou construir um caráter calcado na ideia da diversidade cultural brasileira, e trazer isso à tona, deixando emergir dentro de um canal de televisão, mas é uma experiência de curto prazo, é uma experiência limitada, é uma experiência que a gente tem muita dificuldade de aferir quais as consequências e os benefícios, e quais foram os problemas, até para produzir uma autocrítica em cima disso, mas é um ponto de partida. E também não podemos deixar de pensar o caso da EBC como um modelo importante de início desse debate, mas penso que certamente em relação a outras linguagens e veículos que fazem parte dessa ampla cultura brasileira, a televisão é o que se tem como maior impasse, como debate mais difícil e que sobre o qual temos menos acúmulo e também – no momento – menos capacidade de produzir dentro da nossa sociedade. Não parece, inclusive, que essa seria uma mobilização mais inteligente por parte do estado brasileiro em termos de recurso, porque como é que a gente vai disputar isso? Será que essa grande quantidade de recursos aplicados a outras linguagens artísticas não teria um resultado muito mais previsível como resultado efetivo e objetivo? O nosso nó é tão grave que eu tendo a acreditar que sim. Se pegasse um grande volume de recursos que a gente poder investir em uma TV pública e investir no teatro, nas artes visuais, no cinema, todas essas linguagens dariam saltos enormes, enquanto na TV a gente teria muita dificuldade de entender qual seria o resultado dessa disputa, tamanha solidez, tamanha hegemonia nessa construção de narrativas sobre o que é uma televisão no Brasil. O nosso entendimento do que é uma televisão passa pela nossa principal TV comercial, então o “como” criar uma TV pública que possa balancear algo que já é o paradigma da nossa compreensão de uma televisão é um desafio que a gente tem poucos instrumentos no momento para entender como enfrentar me parece.

P: Tamanha equiparação não faria da TV pública uma televisão comercial?

Eu acredito que teoricamente esse discurso produz muito sentido, mas como me parece que a própria ideia de televisão no Brasil está completamente comprometida com essa estética comercial – eu acho que o caso brasileiro é um caso específico de tamanha referencialidade de um canal comercial de TV – a gente precisaria minimamente estabelecer alguns parâmetros que foram dados por essa TV comercial, senão vai ser uma programação para entendidos. E essa programação para entendidos é possível de ser realizada corretamente, com competência e ter inclusive seu público, mas uma TV pública que queira falar com esse país de tamanho continental entendendo que há quase 60 anos existe uma TV comercial que atinge esse objetivo... São muitas décadas que uma TV comercial faz exatamente esse papel de conversar com um país inteiro e dialogar, e pautar de alguma forma toda uma sociedade. Então uma TV pública que queira também ter um espaço de capilaridade nacional, eu não sei se no Brasil ela tem como escapar de se banalizar um pouco por determinados padrões estéticos. Para outros países a discussão é muito variada, e talvez um espaço de construção de outra estética pudesse funcionar, até porque as TVs comerciais são em algum sentido muito saturadas e são muito cansativas, e a experiência contemporânea

diz que elas não dialogam mais tanto com a forma como as pessoas olham o mundo. Mas o caso brasileiro é um caso um pouquinho mais complicado de conseguir equilibrar o jogo minimamente sem que passe pelo balizamento de uma noção que a gente está falando. Concordo que essa qualidade não é exatamente qualidade audiovisual, mas no senso comum do Brasil se estabeleceu que isso é o que se chama televisão.

De tal forma, não sei como disputar sem passar um pouco por essa gramática do opressor. A gente fala muitas vezes nessas discussões da sociedade pós-colonial que o domínio da língua é um instrumento para a gente poder, na verdade, pautar os nossos direitos de oprimidos ou de colonizados. Me parece que já está na discussão da francofonia, da lusofonia, e todos os processos linguísticos pós-coloniais. A nossa gramática televisiva é tão imponente, é tão hegemônica e tão forte, constituída há tantas décadas por uma fonte só, que é a Rede Globo nessa posição de TV comercial, que eu não acredito que a gente consiga disputar um pouco esse lugar sem usar gramática, o léxico, o vocabulário, ou seja, não usar essa estética que foi formulada a partir da história deles.

P: E o que esperar do sistema digital? Ele pode ser visto como um espaço para voltar a lutar por um lugar para a comunicação pública? A TV digital seria um movimento para flexibilizar e democratizar a produção audiovisual no país?

Eu acho complicado arriscar um prognóstico nessa discussão porque há dez anos a gente achava que o Myspace era um espaço decisivo para a circulação do novo espaço da indústria da música. Uma suplementação da questão do fonográfico e está lá o Myspace, que tinha um protagonismo e se tornou uma referência, e mesmos artistas grandes precisaram ter o Myspace. Há dez anos não tinha o Youtube; há dez anos não tinha rede social; há dez anos não tinha smartphone; eu acho que a gente tá muito incipiente pra entender. Evidentemente vai mudar, e vai mudar o lugar do papel da televisão, não tem como ser diferente. Todas as transformações desses suportes, e evidentemente dessas tecnologias, já está colocando no lugar de instabilidade os veículos tradicionais de difusão e circulação dos conteúdos, seja musical, seja audiovisual, etc. Mas é tão pouco tempo que não tínhamos streaming da música, não tínhamos os sites que hoje olhamos e falamos "É aqui que a música tá, é aqui que a música vai ser consumida, é aqui que a música vai circular". É certo que temos uma promessa de mais democratização, mas vamos lá: a internet antes do facebook e do twitter se dava pelo caráter da sua horizontalidade, e de formação de vários grupos de interseção. Uma pessoa que gostava de arquitetura, de comida, e gostava de música, teria uma comunidade da música, uma comunidade que com a percepção da arquitetura, e outra da gastronomia, e se formavam blocos de interseções e circulavam de uma forma mais horizontal dentro de um espaço formado por comunidades disformes, mas que iam compondo perfil da sua fragmentação.

Se esse mundo se verticalizou, se esse mundo se tornou o mundo de um canal só, se esse mundo se tornou um rolo que passa na sua frente e que você pouco sai lateralmente dele; Hoje para quem publica artigo na internet, melhor copiar o texto porque a sabemos a dificuldade que é clicar, sair, voltar; as pessoas não querem nem fazer esse click, não querem nem mesmo ir naquela página ou naquele site – site/blogs que tiveram centralidade e protagonismo em determinados assuntos e áreas,

precisaram "dar um jeito" de estar dentro dessa verticalidade nova que as redes sociais inventaram. Então, a gente tinha uma perspectiva de horizontalidade, democratização e distribuição; tudo isso foi verticalizado, e hoje a gente produz conteúdo para dois padrões: o Facebook e o Twitter efetivamente (alguns outros, mas efetivamente para esses dois). Então a TV digital promete pra gente uma possibilidade muito maior de democratização, de conteúdo para acesso, de formação de comunidades a partir de interesses específicos, mas há muito pouco tempo atrás a gente tinha essa promessa de forma ampla e irrestrita para qualquer que fosse o conteúdo e o tema, e a gente viu, num passe de mágica, isso ser concentrado, verticalizado e nós todos nos tornamos reféns de duas corporações específicas. Elas extinguiram nossa capacidade de circular e de passear pela internet. Como é que a gente vai entender o quanto que a TV digital? Está tudo tão em jogo, tudo tão veloz. Esse é um prognóstico muito difícil de fazer neste momento.